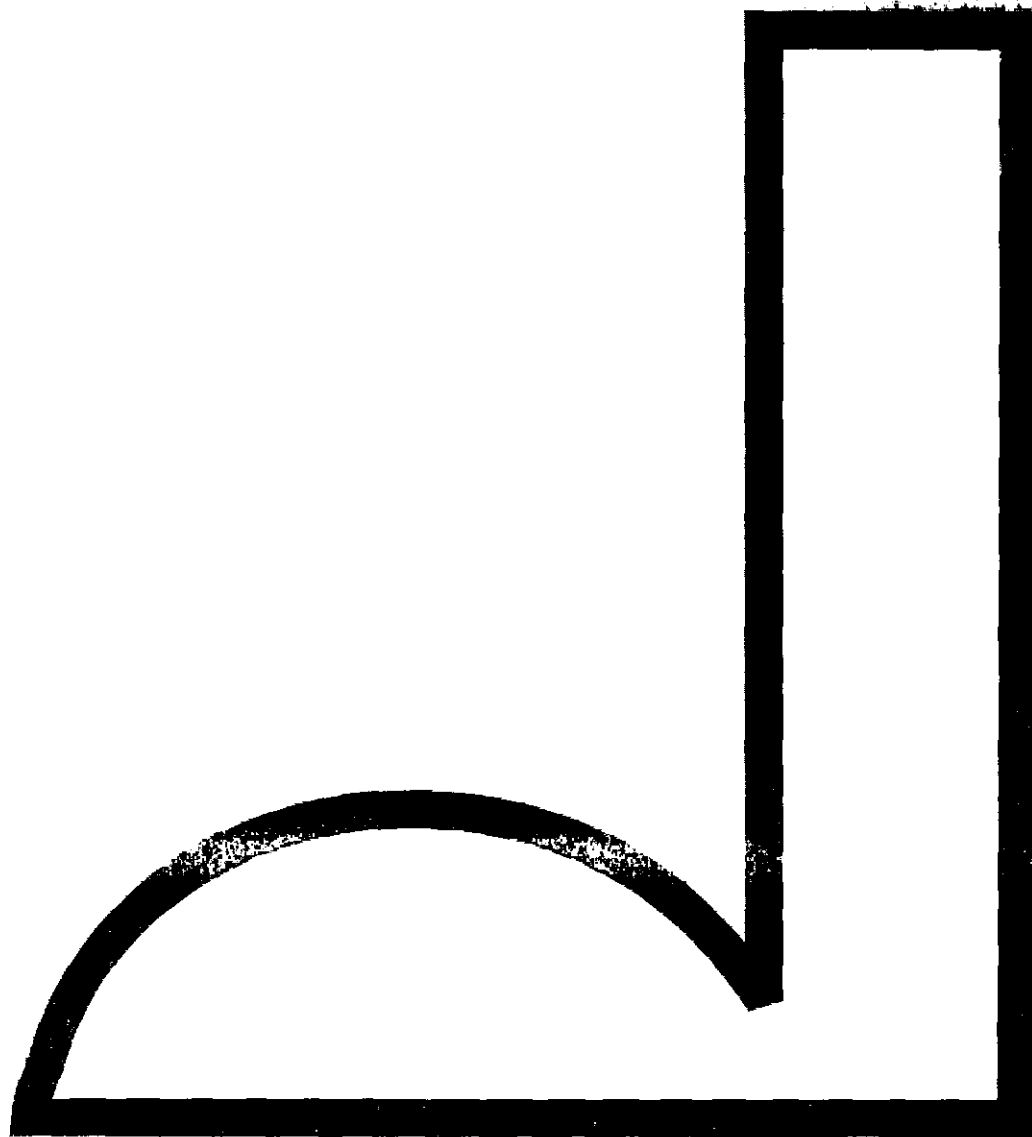




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antônio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i>		3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i> Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i>
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeitos em 2-4-97		PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Lider <i>José Roberto Arruda</i> Vice-Lideres <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PFL – 21 Lider <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Lideres <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO PMDB – 26 Lider <i>Jader Barbalho</i> Vice-Lideres <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) – 13 Lider <i>Marina Silva</i> Vice-Lideres <i>Sebastião Rocha</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PSDB – 13 Lider <i>Sérgio Machado</i> Vice-Lideres <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPB – 3 Lider <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Lider <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPS – 3 Lider <i>Paulo Hartung</i> Vice-Lider <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PTB – 1 Lider <i>Arlindo Porto</i>
EXPEDIENTE		
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial		<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 6ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE JANEIRO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 259/99, de 16 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 667, de 1999, do Senador Romero Jucá. Ao Arquivo. 00396

Nº 705/99, de 16 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 638, de 1999, do Senador Álvaro Dias, e esclarecendo que a informação referente ao quesito nº 8, será encaminhada tão logo esteja disponível. O Requerimento nº 638, de 1999, ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando informação complementar. 00396

Nº 711/99, de 16 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 595, de 1999, do Senador Roberto Requião, e esclarecendo que a resposta referente ao quesito nº 2 do citado requerimento não foi encaminhada, em virtude de envolver dados protegidos pelo sigilo fiscal. Ao Arquivo. 00396

Nº 714/99, de 16 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 596, de 1999, do Senador Geraldo Cândido. Ao Arquivo. 00396

Nº 715/99, de 16 de dezembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 668, de 1999, do Senador Ernandes Amorim, esclarecendo que a matéria objeto do referido requerimento se insere no âmbito de competência do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Ao Arquivo. 00396

Nº 807/99, de 22 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Re-

querimento nº 676, de 1999, do Senador Luiz Estevão. Ao Arquivo. 00396

Nº 1.121/99, de 16 de dezembro último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando, em resposta ao Requerimento nº 703, de 1999, da Senadora Heloísa Helena, cópia da Decisão nº 585/99-TCU-Plenário, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam, que trata de acompanhamento referente ao Relatório dos Devedores da Previdência Social – 4º Trimestre de 1998. Ao Arquivo. 00396

Nº 1.251/99, de 8 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 516, de 1999, do Senador Romero Jucá. Ao Arquivo. 00396

Nº 1/2000, de 4 do corrente, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 708, de 1999, de informações, do Senador Lúcio Alcântara. Ao Arquivo. 00396

Nº 2/2000, de 4 do corrente, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 617, de 1999, do Senador Geraldo Cândido. Ao Arquivo. 00396

1.2.2 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 55/99, de 15 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, em resposta ao Requerimento nº 653, de 1999, do Senador Geraldo Cândido. Ao Arquivo. 00397

Nº 483/99, de 13 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em resposta ao Requerimento nº 636, de 1999, do Senador Luiz Estevão. Ao Arquivo. 00397

1.2.3 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2000 (nº 282/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade

de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia. À Comissão de Educação.....

00397

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO HARTUNG – Necessidade da discussão de um plano de desenvolvimento para o País, destacando o Plano Plurianual como instrumento indispensável para as ações do Governo Federal.

00399

SENADOR MOREIRA MENDES – Críticas à decisão tomada pela companhia aérea American Airlines, de reduzir as comissões pagas aos agentes de viagem no Brasil. Preocupação com os prejuízos ao turismo no Brasil, caso outras companhias aéreas resolvam aderir à medida adotada pela empresa americana.

00401

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Alerta para o perigo do crescimento desordenado do País e para a necessidade de um grande programa de investimento com vistas ao aproveitamento das potencialidades brasileiras. Transcrição da reportagem da revista Veja, intitulada "Segundo Descobrimento do Brasil".....

00404

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Críticas ao BNDES pela discriminação da Região Amazônica nos programas de desenvolvimento regionais a serem financiados pela instituição.

00409

SENADOR RAMEZ TEBET – Elogios à edição da Medida Provisória nº 1988, de 2000, que trata da nova regulamentação do fundos constitucionais de desenvolvimento das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.....

00411

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2000, de autoria do Senador Geraldo Cândido, que altera a redação dos arts. 58, 59 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre a duração máxima da jornada de trabalho. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, devendo sua tramitação iniciar-se no dia 15 de fevereiro próximo.

00414

1.3 – ORDEM DO DIA

Item Único

Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 1998 (Substitutivo nº 627/98, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 e acrescenta artigo à Constituição Federal (limite de gastos com legislativos municipais). Não houve oradores no terceiro dia de discussão, em primeiro turno.

00417

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Intenção de apresentar projeto de lei para aperfeiçoar a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que distribui os recursos de compensações financeiras

das empresas que produzem energia elétrica e que exploram minérios e petróleo.

00417

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Críticas à atuação do BNDES e proposta para destinação de um percentual de investimento da instituição para o Norte e Nordeste.

00419

1.3.2 – Leitura de requerimento

Nº 12, de 2000, de autoria do Senador Agnelo Alves, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Expedito Medeiros, Sacerdote da Paróquia da cidade de São Paulo do Potengi, no Estado do Rio Grande do Norte. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Agnelo Alves, tendo o Sr. Presidente Ademir Andrade, em nome da Mesa, associando-se às homenagens prestadas.

00419

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR TIÃO VIANA – Abusos praticados pelo Sistema Financeiro da Habitação, exemplificando o caso do cidadão acreano, Sr. Joaquim Falcão Macedo.

00420

SENADOR ROMEU TUMA – Elogios a editorial de autoria do jornalista José Gonzaga Mineiro, lido pelo apresentador José Luís Datena, do programa Cidade Alerta, da TV Record, criticando o descaso das autoridades municipais com as vítimas das enchentes na capital de São Paulo. Denúncias de fraudes na malversação de recursos da Prefeitura destinados ao saneamento municipal.

00422

SENADORA MARINA SILVA – Considerações sobre a pauta da convocação extraordinária, lamentando que tenha sido apenas priorizada a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

00426

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA – Preocupação com a solução parcial para o problema dos funcionários da TV Manchete, absorvidos pela Rede TV, o que enseja um acompanhamento pelo Ministro das Comunicações ao projeto que garante a eficácia do acordo trabalhista feito no âmbito do próprio Ministério, que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados.

00428

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Apelo ao Prefeito da cidade do Rio de Janeiro e ao Governador do Estado para prestarem assistência aos comerciantes prejudicados com o incêndio que destruiu o grande mercado de Madureira. Comentários sobre a elevação da carga tributária da economia brasileira no ano passado.

00430

SENADOR JONAS PINHEIRO – Negociação para modificações na medida provisória que limita as áreas de desmatamento na Amazônia. ..

00432

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Justificativas para apresentação de requerimento ao Ministro das Comunicações solicitando informações sobre as providências adotadas para que a Embratel não volte a cortar o sinal da TV Cultura. Saudação à vitória do candidato socialista Ricardo Lopes, para a Presidência da República do Chile. . 00433

SENADOR EDISON LOBÃO – Importância do Ministério do Meio Ambiente no enfrentamento dos graves problemas ambientais no País. Estranheza com as críticas de editorial do **O Estado de S.Paulo**, criticando injustamente o Ministro Sarney Filho por ter destinado verbas previstas no orçamento para o Estado do Maranhão. 00434

1.3.4 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Denúncias de fatos relacionados à adulteração dos combustíveis automotivos, que ensejam a adoção de medidas pelas autoridades competentes. Apelo ao Governo para o aproveitamento de funcionários vinculados ao extinto Departamento Nacional de Combustíveis à Agência Nacional de Petróleo. . 00435

1.3.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 00437

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Geraldo Melo, proferido na sessão do dia 10-11-1999. (Republicação) 00437

Do Senador Tião Viana, proferido na sessão do dia 14-1-2000. 00440

3 – RETIFICAÇÃO

Ata da 59ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 20 de maio de 1999 e publicado no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente... 00445

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, 17-1-2000

5 – PARECER

Nº 1, de 2000-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Emenda nº 1, da Câmara dos Deputados, oferecida ao Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 1997, que aprova como regulares as Contas do Governo da República, relativa ao exercício financeiro de 1993. 00445

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 41, de 2000, referente à servidora Paula Gonçalves Monteiro. 00447

Nº 42, de 2000, referente à servidora Dória Antoninha Sautchuck Pimenta. 00448

7 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 6ª Sessão Deliberativa Ordinária em 17 de janeiro de 2000

2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Ademir Andrade
Carlos Patrocínio, Nabor Júnior, Lúdio Coelho e Eduardo Suplicy*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Alberto Silva – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Cândido – Gerson Camata – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jefferson Peres – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Alencar – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúdio Coelho – Luiz Estevão – Luiz Otávio – Luzia Toledo – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Ramez Tebet – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tião Viana – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A lista de presença acusa o comparecimento de 60 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 259/99, de 16 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 667, de 1999, do Senador Romero Jucá. Ao arquivo.

Nº 705/99, de 16 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 638, de 1999, do Senador Álvaro Dias, e esclarecendo que a informação referente ao quesito nº 8, será encaminhada tão logo esteja disponível. O Reque-

mento nº 638, de 1999, ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando informação complementar.

Nº 711/99, de 16 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 595, de 1999, do Senador Romero Jucá, e esclarecendo que a resposta referente ao quesito nº 2 do citado requerimento não foi encaminhada, em virtude de envolver dados protegidos pelo sigilo fiscal. Ao arquivo.

Nº 714/99, de 16 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 596, de 1999, do Senador Geraldo Cândido. Ao arquivo.

Nº 715/99, de 16 de dezembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 668, de 1999, do Senador Ernandes Amorim, esclarecendo que a matéria objeto do referido requerimento se insere no âmbito de competência do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Ao arquivo.

Nº 807/99, de 22 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 676, de 1999, do Senador Luiz Estevão. Ao arquivo.

Nº 1.121/99, de 16 de dezembro último, do Presidente do Tribunal de Contas da união, encaminhando, em resposta ao Requerimento nº 703, de 1999, da Senadora Heloísa Helena, cópia da Decisão nº 585/99-TCU-Plenário, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam, que trata de acompanhamento referente ao Relatório dos Devedores da Previdência Social – 4º Trimestre de 1998. Ao arquivo.

Nº 1.251/99, de 8 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 516, de 1999, do Senador Romero Jucá. Ao arquivo.

Nº 1/2000, de 4 do corrente, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 708, de 1999, de informações, do Senador Lúcio Alcântara. Ao arquivo.

Nº 2/2000, de 4 do corrente, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 617, de 1999, do Senador Geraldo Cândido. Ao arquivo.

As informações e os esclarecimentos foram encaminhados, em cópia, aos Requerentes.

O Requerimento nº 638, de 1999, ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando informação complementar.

Os demais Requerimentos vão ao arquivo.

OFÍCIOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 55/99, de 15 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, em resposta ao Requerimento nº 653, de 1999, do Senador Geraldo Cândido; e

Nº 483/99, de 13 de dezembro último, encaminhando as informações prestadas pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em resposta ao Requerimento nº 636, de 1999, do Senador Luiz Estevão.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao arquivo.

PROJETO RECEBIDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 33, DE 2000

(Nº 282/99, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia.

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 69, de 8 de junho de 1999, que outorga permissão à Rádio e TV Maira Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 814, DE 1999

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 69, de 8 de junho de 1999, que outorga permissão à Rádio e TV Maira Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia.

Brasília, 21 de junho de 1999. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 82/MC

Brasília, 8 de junho de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 019/97-SFO/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia.

2 – A comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnicas e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio e TV Maira Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3 – Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 69, DE 8 DE JUNHO DE 1999

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação do Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53800.000097/97, Concorrência nº 019/97-SFO/MC, resolve

Art. 1º Fica outorgada permissão à Rádio e TV Maira Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

Proponente Habilitada

Edital : 019

Localidade : Candéas do Jamari

UF : RO

Serviço : FM - Frequência Modulada

Grupo : A

Proponente : RÁDIO E TV MAIARA LTDA

C.G.C. : 63.752.505/0001-22

Data de Criação : 26/06/91

Processo da Proponente : 53800.000097/97

Ode Outorgas (Verificado no SFAR) Na Loc. 0 Out Loc. 0

Representante : EUDES MARQUES LUSTOSA

Dirigente

Endereço : AV. JORGE TEIXEIRA, 601
CENTRO

Procurador

Cidade : PORTO VELHO

UF : RO CEP 78915-160

Fone : (069) 224-2500

Fax : (069) 224-2517

Quadro Societário

Verificado Silar

EUDES MARQUES LUSTOSA

Cotas Out.Localid.: 0

CPF 082.740.537/53 CGC

4.850 Out. Outras: 0

MARIA DAS GRAÇAS COSTA LUSTOSA

Cotas Out.Localid.: 0

CPF 171.652.392/87 CGC

100 Out. Outras: 0

MURILO MARQUES LUSTOSA

Cotas Out.Localid.: 0

CPF 344.000.107/59 CGC

50 Out. Outras: 0

Pessoa Jurídica**Dirigentes**

Verificado Silar

MURILLO MARQUES LUSTOSA

Outorgas Localidade: 0

CPF : 344.000.107/59 Cargo : DIRIGENTE-GERENTE

Outorgas Outras Loc.: 0

MARIA DAS GRAÇAS COSTA LUSTOSA

Outorgas Localidade: 0

CPF : 171.629.392/87 Cargo : DIRIGENTE-GERENTE

Outorgas Outras Loc.: 0

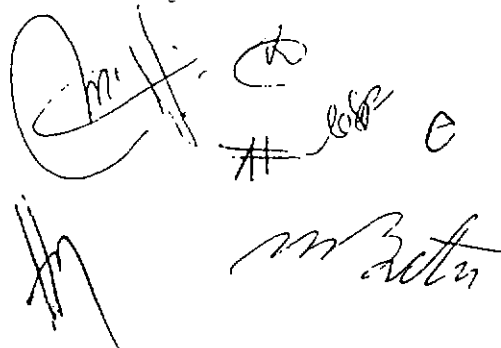
EUDES MARQUES LUSTOSA

Outorgas Localidade: 0

CPF : 082.740.537/53 Cargo : DIRIGENTE-GERENTE

Outorgas Outras Loc.: 0

(À Comissão de Educação.)



O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Paulo Hartung, por 20 minutos.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste início de ano, estarão na pauta do Congresso Nacional quatro matérias de crucial importância para o futuro do País: o Plano Plurianual de Aplicações do Governo Federal (PPA); a Lei de Responsabilidade Fiscal, que já está pronta na Câmara dos Deputados, para ser levada a plenário e, conseqüentemente, à votação; a Reforma Tributária, um tema importantíssimo sob o ângulo da produção e da competitividade no nosso País; e a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional. São matérias estreitamente relacionadas às condições de funcionamento da economia e do Estado, particularmente associadas à problemática do financiamento, do investimento e da gestão.

Destacamos de início o Plano Plurianual de Aplicações do Governo Federal. Fruto de um estudo amplo e detalhado, cobrindo todo o território nacional, o PPA relaciona todos os projetos de infra-estrutura considerados estratégicos para o País, a serem implementados nos próximos quatro anos, quer seja pelo Governo, quer seja pela iniciativa privada.

Esse conjunto de projetos representa o maior esforço deliberado de ordenamento infra-estrutural do nosso País desde o Plano de Metas de JK e o maior esforço de investimento produtivo desde que o II PND foi engavetado na segunda metade dos anos 70. Busca-se proporcionar ao País as bases para uma definitiva integração interna e uma progressiva integração externa – nos dias de hoje, dois pilares fundamentais para a sobrevivência de qualquer nação soberana.

É oportuno enfatizar, neste momento, que as prioridades em matéria de infra-estrutura relacionadas no PPA visam também dar qualidade e capacidade de resolução ao investimento público, à medida que este passa a estar, a partir de agora, orientado para programas e projetos bem definidos e com propósitos bem claros.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, o PPA apresenta-se como instrumento indispensável para orientação das ações governamentais em todos os níveis, seja na alocação dos recursos públicos, seja no desenho e busca de parcerias com o capital privado. Em suma, é um instrumento para atrair a participação do

capital privado para o financiamento de longo prazo – uma grande carência do País –, especialmente nos projetos de infra-estrutura econômica.

Quanto à Reforma Tributária, vejo um processo de idas e vindas, um processo de obstrução clara por parte do Governo em função dos recordes de arrecadação, mas ressalto a importância desse tema na agenda deste início de ano. Espera-se que a Reforma resulte em carga tributária e aparato arrecadatório compatíveis e ajustados às necessidades de uma economia urbana, industrializada e de grande porte, como é o Brasil de hoje: uma economia crescentemente integrada ao mundo e com imensos desafios ainda a serem enfrentados, desafios de sociedade desenvolvida e madura, combinados com desafios típicos de uma sociedade subdesenvolvida.

Pode-se dizer que o Sistema Tributário decorrente da Reforma deverá ser capaz de proporcionar condições sustentadas de suprir as complexas necessidades de financiamento do setor público, típicas de uma sociedade heterogênea como a nossa, sem, contudo, onerar e/ou desestimular a produção, o emprego e as exportações.

Ao mesmo tempo, espera-se que a Reforma Tributária supere definitivamente as contradições da guerra fiscal e faça com que a carga tributária deixe de recair preponderantemente, como acontece hoje, sobre os assalariados e sobre a população de menor renda.

A contraface da Reforma Tributária, na minha opinião, é a Lei de Responsabilidade Fiscal. É, na verdade, o coroamento do esforço de racionalização das ações do Estado, pois permitirá dar um tratamento consistente e disciplinador às mais diferentes matérias fiscais – do orçamento e sua execução, passando pelos gastos com pessoal e pela seguridade, até a dívida pública.

Não poderá haver Reforma Tributária adequada e/ou suficiente para proporcionar o ajuste das contas públicas e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento socioeconômico, sem a presença de um regime de gasto público voltado para a austeridade e para a sustentabilidade fiscal no longo prazo. É justamente a conjugação da Reforma Tributária com a Lei de Responsabilidade Fiscal que abrirá a possibilidade de promover mudanças na lógica de financiamento do setor público, o que, em conseqüência, terá reflexos significativos na natureza e forma de funcionamento do nosso Sistema Financeiro.

A lógica de funcionamento do nosso Sistema Financeiro é, hoje, fundamentalmente especulativa e está voltada preponderantemente para o financia-

mento da dívida pública. Portanto, está longe de cumprir com o seu papel em prol do desenvolvimento do País.

Além de inadequado ao sistema de financiamento da produção, do consumo, do investimento e despreparado para financiar compartimentos específicos da economia, tais como a agricultura, a pequena e média empresas, as exportações e a aquisição e construção da moradia popular, o nosso Sistema Financeiro carece de um adequado aparato regulador e fiscalizador, como previsto na Constituição Federal, em seu art. 192.

Entendemos que a fiscalização do Sistema Financeiro brasileiro, efetuada pelo Banco Central, tem sido conduzida de maneira arcaica e de modo incompatível com a complexidade e com o profundo dinamismo dos mercados financeiros da atualidade, caracterizados pela heterogeneidade de instituições e presença em atividades e produtos cada vez mais amplos e diversificados.

Tendo em vista essa inadequada prática fiscalizadora, elaboramos, quando chegamos a esta Casa – com base em estudos que o Senador José Serra, atual Ministro da Saúde, entregou-me –, um projeto de lei que dispõe sobre a fiscalização das instituições financeiras e que autoriza a criação da Agência Nacional de Fiscalização das Instituições Financeiras – ANFIF e do Instituto Segurador de Créditos contra Instituições Financeiras – SIF. E quero ressaltar um trabalho feito com muita competência pelo Senador Jefferson Péres, no que tange à possibilidade de regulamentação do art. 192.

A Anfif, segundo a nossa proposta, estará voltada exclusivamente para exercer a fiscalização do sistema financeiro, nos padrões atuais requeridos pela realidade do Sistema Financeiro Nacional e Internacional. Passarão a estar reunidas nessa Agência as atividades de fiscalização dispersas hoje entre diversas instituições e órgãos, e o ISIF, uma associação com personalidade jurídica de direito privado, sem intuito de lucro, terá como objetivo administrar o seguro de crédito contra instituições financeiras e adotar procedimentos para a liquidação dessas instituições, quando for necessário.

Há diversos casos. Basta lembrarmos os recentes, como os dos Bancos Marka, FonteCindam, Econômico e Nacional para constataremos a fragilidade do processo de fiscalização das instituições financeiras no Brasil.

Como se observa, Sr. Presidente, são quatro matérias que versam sobre aspectos cruciais do desenvolvimento brasileiro. A definição de uma política

que contemple a execução de projetos de desenvolvimento sustentado de longo prazo – refiro-me ao PPA –, a organização do sistema financeiro – cito as propostas no sentido da regulamentação do art. 192 da Constituição – e o controle dos gastos públicos são componentes que colocariam os três níveis de Governo em condições de executar políticas públicas com segurança, equilíbrio e sustentabilidade. Não podemos mais adiar a execução de propostas capazes de melhorar as condições sociais do País, com ênfase em setores como habitação, saúde e saneamento.

Por isso venho a esta tribuna, trazendo esta reflexão – minha e do PPS, que tenho orgulho de representar como Líder nesta Casa –, no momento em que estamos retomando os trabalhos legislativos, em uma convocação que, no meu modo de pensar, de extraordinária já não tem mais nada. Na verdade, uma regra de funcionamento do Parlamento está-se mostrando absolutamente incompatível com a agenda legislativa do País, com a edição de medidas provisórias e com os problemas econômicos e sociais que temos de resolver.

A minha intervenção, neste início de sessão, tem o objetivo de iniciar o debate de uma agenda mínima para o Congresso Nacional, no sentido de que o País possa encontrar o rumo do desenvolvimento econômico – não aquele do tipo bolha, que não tem consequência nem continuidade, mas o desenvolvimento sustentável.

Isso passa por uma reforma tributária? Claro que sim. Pela aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal? Evidentemente. Por uma coerência na aprovação e na execução dos orçamentos públicos – e acredito que esta coerência é dada pelo Plano Plurianual de Aplicações? Sim. Por uma mudança no Sistema Financeiro Nacional? Esse é o caminho.

Na verdade, o Sistema Financeiro se acomodou em ser o gestor da dívida pública e em ganhar na especulação financeira. Ele não tem a capacidade de oferecer o crédito, que é o elemento fundamental do desenvolvimento econômico, da agricultura, do setor de serviços, da indústria, do microempreendedor – aquele cidadão anônimo, nas periferias dos grandes centros urbanos, que, tendo acesso a um pequeno crédito, é capaz de gerar um negócio que possibilite o auto-emprego e, posteriormente, o emprego de vizinhos, de pessoas de seu bairro, como temos assistido onde funciona o Banco do Povo, Brasil afora.

A minha intervenção é para que pensemos uma agenda que possa dar sentido ao calendário do Legislativo de nosso País. Quem anda nas ruas tem assistido a comentários a respeito dessas convocações

extraordinárias, que deixaram de ser extraordinárias e tornaram-se uma regra – estou no meu primeiro ano de mandato como Senador, mas já estou vivendo uma convocação como esta –, o que mostra que o nosso calendário está totalmente inadequado, levando o Parlamento a um desgaste absolutamente desnecessário junto à opinião pública e à sociedade. Coloco esse tema para reflexão; sei que esta é também a preocupação de muitos dos Srs. Parlamentares. O meu esforço é no sentido de pensar uma agenda que norteie a ação do Parlamento neste ano 2000 e que possa ajudar o País a avançar no desenvolvimento econômico e social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Hartung, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, por 20 minutos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acreditamos no que a imprensa vem noticiando. Podemos respirar aliviados: os índices econômicos estariam acenando para uma superação da crise. Após um ano da desvalorização do real, a reversão dos efeitos da mudança cambial pode ser sentida com o equilíbrio das contas externas, a virada da balança comercial, a queda dos juros reais e a redução das incertezas em relação ao País. Portanto, o Presidente Fernando Henrique Cardoso está na trilha do desenvolvimento.

Expectativas deveras alvissareiras, mas não o suficiente para que o povo, principalmente a massa dos trabalhadores que está nas ruas, na fila dos que buscam um emprego, comece a comemorar. Muito menos os que estão ameaçados de perder o que têm, não por culpa das injunções da política econômica nacional, mas por decisão tomada por interesses externos em ato descabido e afrontoso à nossa soberania.

Sr^{as} e Srs. Senadores, refiro-me à decisão tomada, unilateralmente, pela empresa aérea norte-americana **American Airlines** de reduzir os já minúsculos 9% para 6% da comissão paga aos agentes de viagem que operam no Brasil. Como pode-se antever, deixa em sobressalto de 30 a 40 mil postos de trabalho no País. É em nome desses empregados ameaçados e dos demais filiados à Federação Nacional de Turismo Fenactur e à Associação Brasileira dos Agentes de Viagens ABAV que chamo a atenção deste Parlamento.

Quando o Brasil, volto a lembrar, a duras penas e com o sacrifício de todos os brasileiros, começa a exorcizar o fantasma do desemprego, eis que uma empresa estrangeira, que não sofreu nenhum arranhão na mudança econômica que convulsionou o nosso País, ameaça tirar o sono de um segmento não menos sacrificado de trabalhadores, os que compõem o **trading** do turismo.

Tive conhecimento, há pouco, por palavras do Senador Tião Viana, que a indústria do turismo foi a que mais cresceu no ano passado no Brasil. Sem justificar ou dar satisfação aos países que presta serviço – além do Brasil, os demais que integram a América Latina também foram penalizados –, desde sábado, dia 15, passamos a conviver com a insólita medida adotada pela empresa americana, que prestava serviços àqueles países e unilateralmente rompeu o contrato com as filiadas da ABAV e da Fenactur.

Essa atitude, Sr^{as} e Srs. Senadores, abre um sério precedente. A primeira a seguir o exemplo da empresa americana foi a Varig, empresa nacional que, alegando mudanças nas condições competitivas de mercado da aviação comercial na América do Sul, depois de implementar, segundo comunicado da empresa, um rigoroso programa de redução de custos operacionais, abrangendo entre outras medidas, o redimensionamento da sua frota de aeronaves e a redução do seu quadro de pessoal diante de um aumento de combustíveis, arrendamentos, peças e outros insumos, não teve outra alternativa a não ser a da revisão dos índices de comissão pagos aos agentes de viagem, um verdadeiro ridículo.

Portanto, Sr. Presidente, na próxima sexta-feira, dia 21 de janeiro, os agentes de viagem que prestam serviços à empresa aérea rio-grandense também passarão a receber, a título de comissão, 6% sobre as vendas de bilhetes internacionais e 7% sobre a venda de bilhetes domésticos.

Como previu o Vice-Presidente da ABAV de São Paulo, em matéria publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, edição do dia 13, "depois que passa o primeiro boi, passa a boiada". E aí é que está o problema. Começou a passar o primeiro boi com a American Airlines, e em seguida a Varig, e nada garante que todas as outras companhias que operam no País possam tomar a mesma atitude.

A bem da verdade, quero aqui ressaltar a posição adotada pela Vasp, única empresa brasileira que, ao contrário de todas as justificativas apresentadas pela Varig, aumentou de 9% para 13% o valor da comissão dos agentes de viagens, o que significa, seguramente, que o item "comissão", pago aos agentes,

não é o que mais pesa na questão do equilíbrio das contas dessas empresas.

À guisa de informação, Sr^{as} e Srs. Senadores, fique claro que, diante da política que o mercado da aviação comercial vem adotando para enfrentar a competitividade, os agentes de viagem nunca questionaram as decisões adotadas pelas companhias aéreas, contentando-se com a pequena comissão recebida, não só para preservar o emprego, mas principalmente para somar aos programas que visam não repassar custos aos passageiros.

Será que a American Airlines e a Varig, ao enxugarem a já minguada comissão que pagam a quem vende suas passagens, vão igualmente abaixar o preço das suas passagens com a redução das comissões que estão pagando aos agentes de viagem? Será que querem realmente reduzir custos? Por que, por exemplo, então, essas companhias não diminuem o **overprice** que pagam às grandes operadoras e que muitas vezes não é contabilizado, portanto, não está sujeito a qualquer tipo de imposto? Por que não cortam as milhares de passagens que oferecem como cortesia a pessoas influentes, a políticos, a ex-políticos, a dirigentes de estatais que controlam o setor?

É em busca dessas respostas que peço a esta Casa que se una ao clamor de milhares de agentes de viagem por todo o País e de seus empregados.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Moreira Mendes, peço desculpas por interrompê-lo, mas gostaria que me concedesse um aparte, se a Mesa permitir?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Com todo o prazer, concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Nobre Senador, eu ouvia, pela Rádio Senado, V. Ex^a abordando esse assunto que teve repercussão na imprensa de São Paulo, onde fica a direção da entidade que circunscreve as agências de viagens, e é grande o número de agências. A notícia causou uma surpresa enorme, haja vista a concorrência que as companhias americanas têm feito às companhias nacionais na questão de preço e do peso do transporte de cargas. Essas medidas têm enfraquecido e muito as companhias aéreas nacionais, que passam por uma situação difícil. Em 1999, em vários pronunciamentos nesta Casa, foi mencionada a necessidade de investimento em turismo. Ninguém pode, em hipótese alguma, afastar a importância das agências de viagem no desenvolvimento da indústria do turismo, a indústria do século. Nesse fim de semana, estive em Foz do

Iguaçu, onde a população está desesperada com a falta de investimento, já que lá há vários pólos em desenvolvimento aguardando esse incentivo. Portanto, a posição da companhia aérea americana tem que ser revista, repensada. Acredito que seus dirigentes, após o importante pronunciamento de V. Ex^a, reconsiderarão a decisão. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a tem acompanhado a questão do turismo. Em diversas ocasiões, em conclaves nacionais e internacionais, tenho encontrado V. Ex^a, que, sei, é também um defensor desse segmento.

Ao subir à tribuna, fui informado pelo Senador Tião Viana sobre dados, recentemente publicados, demonstrando que o turismo foi a indústria que mais cresceu no País. E quem está na ponta desse desenvolvimento é exatamente o agente de viagem, o microempresário, o empresário de uma economia familiar em que trabalham, basicamente, os elementos da família, e que é uma grande fonte geradora de empregos. E uma atitude unilateral como essa certamente deixará outros milhares de desempregados neste País. Por isso, estou, neste momento, levantando esta questão, fazendo este alerta e, sobretudo, procurando sensibilizar todos os Srs. Senadores para que entendam a gravidade deste momento: não se pode quebrar um contrato – um princípio elementar do Direito – sem que a outra parte seja, pelo menos, consultada. E foi exatamente o que fez essa empresa americana, que não é atingida, como as empresas nacionais, pelo custo Brasil. Atitudes como essa provocam esse "efeito cascata", esse "efeito dominó" por parte de todas as outras companhias brasileiras. Todavia, espero que revejam suas posições, que entendam que o que dificulta a sobrevivência dessas empresas não são os oito ou nove por cento de comissão pagas a esses milhares de brasileiros, que, na verdade, são os verdadeiros empregados das companhias aéreas, mal remunerados e sem direitos trabalhistas.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a fere um assunto de muita importância. O Brasil tem avançado nessa questão de turismo. Fontes indicam que, no ano de 1999, houve um incremento muito grande no setor do turismo no Brasil. Como V. Ex^a está salientando, e outros Srs. Senadores reforçam a tese de V. Ex^a porque há dados estatísticos, o turismo é responsável por um número considerável de empregos. E

quem promove o turismo, quem o estimula, até mais que o Poder Público, são as agências de viagens. V. Ex^a pode estar certo disso. Elas procuram incentivar as pessoas a viajarem. Assim, penso que elas devam ser protegidas. Apresentei um projeto que preconizava um desconto nos preços das passagens aéreas, terrestres, marítimas, fluviais, dentro do território nacional e para o exterior para pessoas acima de 60 ou 65 anos. Objetivava, principalmente, o fortalecimento do turismo interno. Há uma resistência com relação a um projeto dessa natureza. Acredito que beneficiaríamos a população brasileira e ajudaríamos inclusive as empresas aéreas, que, não sei como, alegam prejuízo estando constantemente lotadas. Para se fazer uma reserva de passagem em determinados períodos do ano, mais propriamente no período de férias, é um deus-nos-acuda, é muito difícil. Então, uniríamos o útil ao agradável. V. Ex^a tem inteira razão: devemos dar muita atenção ao turismo, principalmente ao turismo interno, fortalecendo-o, atraindo pessoas de outros países para o Brasil; promovendo o turismo interno, para que os brasileiros conheçam o seu próprio território, o nosso querido Brasil! É o que, penso, V. Ex^a, no fundo, está defendendo com muita propriedade. Gostaria de cumprimentá-lo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Nesse aspecto, ocorre algo semelhante com os impostos. Quando se pretende aumentar impostos, o volume de arrecadação, ao invés de se estender e procurar o maior número de contribuintes, ao contrário, aumenta-se a alíquota do imposto. É algo parecido com o que propõe V. Ex^a. Acredito que o esforço deveria ser concentrado. Se cada um dos envolvidos procurasse ganhar um pouco menos, certamente haveria um avanço muito grande em relação ao turismo, sobretudo por via aérea. Mas, ao que me parece, a atitude das companhias aéreas é exatamente contrária. Há uma ganância no sentido de ganhar mais querendo tirar de quem ganha menos.

Se permanecermos silenciosos, estaremos cooptando com uma atitude que, em última análise, não vai baratear o custo do transporte comercial aéreo, mas sim aumentar a fila dos desempregados neste País. Essa é a grande questão. A diminuição do valor pago a título de comissão sem dúvida vai levar ao desemprego. Os interessados já estão se movimentando. Em comunicado ao Tenente-Brigadeiro Marcos Antônio Oliveira, Diretor do Departamento de Aviação Civil (DAC), o Presidente em exercício da ABAV nacional pediu a intervenção do órgão no sentido de pro-

teger os direitos do transporte aéreo nacional e das agências de viagem.

Mais do que isso. Ao chamar a atenção da agência reguladora nacional, a ABAV fez ver que a American Airlines, por infringir dispositivos legais, precisa ser chamada a atenção, precisa levar, como diria minha avó, um puxão de orelhas. A exploração dos serviços públicos de passageiros dá-se no Brasil mediante contrato de concessão ou permissão, conforme estabelece o art. 175, incisos I a IV, da Constituição Federal – isto no caso das empresas de bandeira nacional.

No caso das empresas de bandeira internacional, a concessão ou permissão é dada no país de origem e a permissão para explorar serviços internacionais para o Brasil e vice-versa é concretizada por acordos ou tratados internacionais de reciprocidade. Esses serviços devem respeitar o Código Brasileiro de Aeronáutica, por força do disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, § 2º do art. 1º, além dos tratados e convenções.

Dessa forma, como salienta a ABAV, a diminuição da comissão das agências de viagens, ainda que em um regime flexibilizado de tarifas, mas considerando ser a comissão parte integrante da tarifa, é infração legal, constituindo-se, em decorrência, em concorrência desleal com as demais transportadoras e modificação unilateral do contrato coletivo de vendas, mantido com as empresas vendedoras, consubstanciado nos acordos coletivos firmados com o SNEA, BSP e IATA, com as consequências daí advindas.

A Diretoria da Federação Nacional do Turismo, Fenatur, neste momento, está reunida em São Paulo, com a presença de praticamente todos os Presidentes dos Sindicatos das Empresas de Turismo do Brasil, para uma tomada de posição. Se aprovada a proposta apresentada ao Plenário, todas as agências associadas à Fenatur estarão, a partir do próximo dia 19, boicotando a venda dos bilhetes da companhia American Airlines e da Varig, bem como de todas as outras empresas que aderirem à queda da comissão.

Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, claro está que a empresa americana, ao agir unilateralmente, infringiu as leis que deveria respeitar. Mas, como a American Airlines não está acima da lei, não tem o direito de provocar quebras e incertezas no sistema de vendas de bilhetes aéreos. Ou seria o caso de questionar se a tão defendida liberdade de céu aberto não passa de uma operação de risco para as transportadoras aéreas nacionais e para os seus agentes de comercialização.

Não seria para fugir desse "risco" que a Varig correu para acompanhar a concorrente norte-americana, para prejuízo de milhares de funcionários que trabalham nas 2.800 agências de viagens, representadas em 24 Estados e no Distrito Federal?

Em defesa de seus associados, a ABAV fez chegar ao Diretor-Geral da American Airlines para o Brasil e América Latina, Sr. Erli Rodrigues, a intranquilidade da classe e dos passageiros que se utilizam dos seus serviços.

O precedente da empresa norte-americana, independente da infração legal que está cometendo, implicará numa redução de 33% da receita das agências de viagens. Ou seja, estão ameaçados de ir para a rua funcionários que atendem por 68% da produção aérea nesses postos de vendas. Esse pessoal é composto, em sua maioria, por microempresários, conforme eu já disse. Associadas ou não à ABAV, as agências de viagem representam 85% dos bilhetes aéreos emitidos no País.

O que mais afronta é que a economia que a American Airlines (e agora a Varig) alega que irá fazer com o rebaixamento das comissões dos agentes de viagem torna inviável a sobrevivência de quem fica atrás dos balcões dos postos de vendas de passagem.

Conforme dados divulgados durante o Congresso Brasileiro de Agências de Viagens, era difícil sobreviver com dignidade com uma comissão bruta de 9%. Descontados os custos administrativos, tributários e trabalhistas a receita que o agente leva para casa é de apenas 2%. Esses dados são de 1998, época do apogeu do Plano Real. Imagine, agora, Sr. Presidente, com a redução de 7%, o que esse trabalhador pode fazer. É o mesmo que trabalhar sem remuneração.

Além do desemprego, com a redução das agências de viagem, o setor de distribuição e vendas de bilhetes pode também parar, representando um retrocesso no sistema aéreo em um país continental como o nosso está ameaçado de voltar a viajar de carroça. Antes de adotar medidas como essas, causadas pela ganância e insensibilidade, as empresas de transporte precisam lembrar-se de que quanto maior o número de postos de vendas, que são as agências de viagem, menor custo terão, mesmo considerando-se a terceirização do setor.

Para terminar, faço minhas as ponderações do Presidente da ABAV, ao pedir que a American Airlines suspenda a medida que adotou e, na mesma esteira de raciocínio, o mesmo façam todas as outras empresas aéreas que adotaram esse procedimento. É preciso levar em consideração que a modificação unilate-

ral do contrato coletivo de agenciamento representa, sob o aspecto social, desemprego, o que vem de encontro ao esforço do Governo Federal.

De minha parte, Sr^{as} e Srs. Senadores, como sempre, estarei defendendo os interesses dos agentes de viagens, sobretudo dos pequenos, denunciando abusos e privilégios, como acabo de fazer, mas também cobrando das autoridades constituídas providências para que essas empresas cumpram suas obrigações.

Ainda esta semana vou encaminhar à Mesa requerimento solicitando ao Departamento de Aviação Civil (DAC) e à Infraero informações relativas às empresas aqui citadas. Também vou requerer ao Ministério da Previdência social e à Caixa Econômica Federal que esclareçam se as empresas estão cumprindo, o que duvido, suas obrigações sociais com a mesma presteza com que pretendem rever os contratos com os agentes de viagem, atitude que, se concretizada, certamente levará ao desemprego milhares de trabalhadores deste país.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Moreira Mendes, o Sr. Lúdio Coelho, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Siqueira Campos.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos para seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos primeiros pronunciamentos que fiz assim que cheguei a esta Casa foi intitulado "Do Brasil das Tordesilhas", no qual afirmei que este país, ao comemorar os seus 500 anos de descobrimento, estava partindo para a sua ocupação e, verdadeiramente, redescobrimo o seu território.

Pude naquela oportunidade fazer ampla explanação sobre todo o potencial de nossa região e sobre o que estava ocorrendo naquele que poderíamos denominar um novo Brasil. Nossa região é uma alternativa para resolver o grave problema do desordenamento dos nossos fluxos migratórios e também da ocupação do território brasileiro, que é imenso. É realmente um contra-senso o que ocorre no país: cidades inchadas, problemas de toda ordem em função do crescimento desordenado.

No Tocantins a densidade demográfica é de quatro habitantes por quilômetro quadrado, como se ali houvesse problemas climáticos ou acidentes geográficos que inviabilizassem a presença do homem. Reivindicava para o país um grande programa de investimentos, um estudo dos problemas e o direcionamento de projetos de modo a ocupar melhor o nosso território, aproveitando as nossas potencialidades. Durante nosso breve recesso, Sr. Presidente, a revista **Veja** brindou-nos com a matéria denominado "O Segundo Descobrimento", segundo a qual quatro jornalistas percorreram toda a BR 153, desde o seu nascedouro, no Rio Grande do Sul, cortando o país de ponta a ponta, passando por Brasília e, depois, pela Rodovia Transbrasiliana, revivendo a epopéia de Juscelino Kubitschek e comentando tudo que está em volta dessa estrada.

Hoje já existe outro braço, denominado Rodovia Prestes, que repetiu o percurso realizado pela Coluna Prestes em um momento cívico memorável, que sai de Arraias e vai até a cidade de Palmas.

Os jornalistas Alice Granato, Maurício Lima, a jovem Leandra Péres e Silvio Ferraz, nas páginas da revista **Veja**, fazem uma radiografia do que é esse novo Brasil. Abro aspas para citar alguns trechos dessa reportagem. Um deles: "Um novo País está sendo construído em uma região jovem e com grande e surpreendente capacidade de enfrentar desafios". São 10.000km em torno da região que podemos denominar o novo Brasil. Fala bastante sobre o nosso Estado, Tocantins, bem como sobre nossa jovem capital, Palmas, e seu exemplo edificante de, ao atingir a marca de 160 mil habitantes, ter conseguido uma proeza numa região cuja renda per capita, infelizmente, assim como a do Piauí, é uma das mais baixas do país. Conseguimos construir uma capital, apesar de problemas como o do desemprego e outros aos quais estamos submetidos.

Em vez de meninos de rua, em vez de "flanelinhas", como são conhecidos mais notadamente na cidade de São Paulo, os repórteres da revista **Veja** encontraram orgulhosos jardineiros integrantes, como cita a matéria, de programas com aprovação internacional, programas alternativos e programas de renda mínima. Tocantins tem o maior programa de renda mínima deste país. Já estive na tribuna diversas vezes para citar o programa Os Pioneiros Mirins, que está abrigando 30 mil famílias distribuídas em todos os municípios do nosso Estado, mas, em Palmas, eles são 2.400 meninos.

Sr. Presidente, Senador Carlos Patrocínio, o programa Amigos do Meio Ambiente, fotografado e ci-

tado na reportagem, como é do conhecimento de V. Ex^a, um dos nossos Senadores, para orgulho da nossa população, que conhece não só Os Pioneiros Mirins, mas os Amigos do Meio Ambiente, em que há 700 crianças. Essas crianças obviamente têm a obrigação de freqüentar a escola. Para isso, é importante dizer que nós, em Palmas, não passamos nem deixamos nossa população passar pela experiência humilhante de ver os pais em filas intermináveis apenas para garantir o direito de estar na escola. Estados como São Paulo promovem sorteio para ver qual o brasileiro que terá o direito de ter o seu filho matriculado na escola.

Segundo a revista **Veja**, este ano ainda havia um superávit de três mil vagas nas escolas públicas de Palmas. Existe, Sr. Presidente. Eu mesmo construí, em minha administração, de norte a sul no território de nossa cidade, 10 escolas com cozinha industrial, gabinetes odontológicos e vagas para as crianças. No período da manhã, os alunos estão nos viveiros, onde aprendem a lidar com mudas típicas da nossa região; fazem o transporte das sementes dessas mudas das nossas árvores do cerrado para os viveiros, cuidam delas e depois as transportam para as ruas de Palmas. Palmas talvez seja a mais florida de todas as capitais deste País, organizada, planejada, bonita!

Uma dessas crianças fez um depoimento à revista **Veja**, dizendo que tinha o sonho de ser um oficial da Marinha brasileira, mas que jamais se esquecerá da sua experiência com as árvores, com as plantas, com os viveiros e com os jardins. Disse isso, segundo o repórter, afagando uma palmeira que ele mesmo havia plantado em uma das ruas da nossa Capital.

Fico, Sr. Presidente, verdadeiramente orgulhoso e emocionado de, como Prefeito de Palmas, ter tido a oportunidade de criar esse programa.

Esta Casa, o Senado da República, dá a oportunidade para que nós estejamos permanentemente ouvindo da tribuna as diferentes experiências, o reclame das dificuldades que cada Estado e cidade têm, trazido aqui pelos seus representantes. Sei que às vezes fica difícil os Srs. Senadores imaginarem como seria esse programa, se ele realmente funciona e quais são as suas conseqüências na formação das crianças que dele participam.

Estou, Sr. Presidente, a pedido de alguns Senadores amigos, enviando a cada um dos nossos Senadores um conjunto completo de informações sobre estes dois programas: o Projeto dos Pioneiros Mirins, que alcança 30 mil crianças; e o da capital, qual seja, o Programa dos Amigos do Meio Ambiente, os quais, na verdade, são uma alternativa.

Obviamente, é preciso haver o comprometimento e a coragem de gastar o orçamento público, destinando um percentual para programas atinentes à renda mínima. Nesse particular, deve-se render homenagem ao Senador Eduardo Suplicy, por quem guardo grande admiração muito antes de ingressar na vida pública. Sempre ouvi seus pronunciamentos. No primeiro discurso que fiz nesta Casa, disse a S. Ex^a que essa experiência já deixava frutos pelo País afora e que, portanto, podia ficar tranqüilo, porque pelo menos em uma parte do Brasil um grande programa de renda mínima, o dos nossos pioneiros mirins, estava sendo realizado.

Sr. Presidente, o Tocantins, ao ser criado, optou por não ter funcionários pagos pela União. Já ficamos proibidos, desde o nosso nascimento, de não lançar títulos públicos. Como não dispomos de banco do Estado, não temos esse tipo de instituição financeira a merecer socorro, a solicitar dos cofres e dos contribuintes brasileiros o emprego do dinheiro público. Definitivamente, temos uma folha de pagamento que gira em torno de 40%, mas que já esteve acima de 70%. Todavia, o Governador Siqueira Campos, ao retomar o Governo do Estado em 1995, depois de ter vencido as eleições de 1994, trouxe a folha novamente para o patamar dos 40%. Nós verdadeiramente investimos em projetos sociais, na construção de rodovias, em programas como o Pertins, que estão levando a eletrificação rural para o campo. Optamos por não ter funcionários pagos pela União para não criar na nossa gente esse vício interminável de ser apenas a folha de pagamento, o emprego público, o único caminho para o crescimento desses Estados.

Em vez disso, Sr. Presidente, nós, os Constituintes, deixamos inscrito na Constituição brasileira que o Governo Federal executaria no Tocantins os programas e os projetos previstos na Lei nº 31/77, que serviu para gerir a divisão de Mato Grosso com Mato Grosso do Sul. Decorridos 10 anos, analisado o que está na Constituição Federal, chegamos a acumular R\$1 bilhão de débitos da União com o Tocantins. Portanto, não temos dívida mobiliária a discutir com a União, porque o Tocantins é credor da União. Essa tem sido uma das queixas e uma das maiores reivindicações da nossa população. Não queremos os eventuais socorros daqueles Estados que, desorganizados, precisam ser enquadrados em um programa para trazer a folha novamente para patamares aceitáveis, reequilibrar as contas, renegociar a dívida.

E digo, Srs. Senadores: o maior questionamento que tive durante este recesso, nos meios universitários, no debate com os comerciantes, foi a respeito de

como teria sido dado aquele socorro ao Banco do Estado de Santa Catarina; como nós, aqui no Senado, aprovamos R\$2,5 bilhões para um Estado que vai ter seu banco privatizado, mas que mereceu aquele saneamento. Dei as explicações que ouvi do Governador Esperidião Amin, usei aqui os argumentos do Presidente do meu Partido, Jorge Bornhausen, ao defender tal empréstimo. Todavia, no fundo, Sr. Presidente, há um questionamento profundo e a curiosidade – para não dizer a insatisfação – no seio da nossa população, pois decorridos mais de 10 anos da sua criação, a União ainda deve ao Tocantins os tais programas de investimentos, de que somos credores em R\$1 bilhão. Porém, só agora, ao reconhecer a dívida, a Procuradoria Geral da União está tentando encontrar um jeito, e não sei quantos anos mais teremos de esperar.

O Tocantins permanece credor da União, é ainda o único Estado da Federação que não tem uma universidade federal. Isso, sem dúvida nenhuma, já passa para nós a ser uma mesquinha discriminação, com a qual não concordamos mais.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Ouço o nobre Senador Ramez Tebet com muita alegria.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Eduardo Siqueira Campos, sempre que V. Ex^a vai à tribuna abordar assuntos de interesse do seu Estado, Tocantins, nos leva à reflexão sobre os nossos Estados. É o que V. Ex^a está fazendo hoje. Em vários tópicos, há uma coincidência muito grande entre o tratamento que a União dispensa ao Estado do Tocantins e aquele que dispensa às outras Unidades da Federação mais necessitadas. É o caso da lei complementar que estabelece que, durante 10 anos, a União deve realizar programas de investimento nos Estados. Essa lei veio em razão da criação do Estado de Mato Grosso Sul, mas até hoje não temos programas de investimento nem no Estado de Mato Grosso nem no Estado de Mato Grosso Sul. Não estou dizendo a V. Ex^a que não houve investimentos do Governo Federal lá. O que não houve foram os investimentos programados pela legislação. Os Estados devem ter um planejamento, principalmente aqueles que nasceram, como os Estados a que acabo de me referir, o meu e o de V. Ex^a, Mato Grosso do Sul e o Tocantins. Quero parabenizar V. Ex^a, porque o Tocantins é hoje um Estado próspero e reconhecidamente com grandes possibilidades em razão da administração que lá é realizada. Cito o tempo em que V. Ex^a, com muito orgu-

lho, naturalmente, foi Prefeito da capital. Hoje, o Estado é governado pelo seu pai. E há semelhança entre Mato Grosso do Sul e o Tocantins: se o Tocantins não tem um banco estadual, Mato Grosso do Sul também não tem. Hoje digo graças a Deus, porque, se tivesse, estava na conta da privatização para pagar a dívida que, talvez, podia não ser nem do Estado. Então, Mato Grosso do Sul está como o Tocantins: à espera de que o Governo não apenas pague, mas também reconheça investimentos que fizemos. No caso de Mato Grosso do Sul, o Estado ficou devendo – e muito – em razão de ter realizado aquilo que a União deveria realizar: a pavimentação das BRs. Então, veja quanta semelhança existe, e eu quero cumprimentar V. Ex^a que faz hoje com o pronunciamento de defesa do seu Estado e nos leva a reflexão sobre os nossos Estados. Quer dizer, os Estados mais pobres estão mesmo a unir os seus esforços – e daqui a pouco vou à tribuna – para obter maiores investimentos por parte do Governo Federal.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Agradeço, Senador Ramez Tebet, e concordo com os argumentos prestados por V. Ex^a ao meu pronunciamento e diria, Sr. Presidente, que menos de dez dias após a realização por parte desses quatro jornalistas a que me referi da revista *Veja*, o Jornal Nacional trouxe uma grande matéria sobre Palmas mostrando a cidade que mais cresce no País, mostrando aspectos do seu planejamento, mostrando que lá o desemprego não consegue vencer o emprego, porque ainda é uma região que gera e que está oferecendo vagas nas diversas fases do seu crescimento.

Sr. Presidente, fico imaginando o quanto a região de São Paulo, do Rio de Janeiro, da grande Belo Horizonte, da nossa Brasília, o quanto a população não comemorou e está comemorando ver a organização de um projeto planejado, de alguma coisa verdadeiramente organizada, surgindo em uma região mais ao norte do País que esteja servindo como um alternativa. Se Palmas já está com 170 mil habitantes, imaginem se não houvesse Palmas, que essa população já estaria aqui assolando ainda mais a crise de Brasília, pressionando ainda mais pelos lotes e por aquilo que tem sobrado, e é assim que nós estamos tratando os que nada têm com as sobras. Eu diria que o Estado do Tocantins tem sido uma alternativa extraordinária. Mas é preciso, Sr. Presidente, que junto com programas como a construção da nossa grande Usina Luís Eduardo Magalhães, já superando os 35% das suas obras prontas e 3.000 trabalhadores na frente de serviço, é preciso que rapidamente os 15 Km da Ferrovia Norte-Sul, que já adentraram o territó-

rio do Tocantins, atinjam a cidade de Anápolis. É preciso que essa obra seja concluída, que as obras da hidrovía Araguaia-Tocantins sejam concluídas, porque assim estaremos com uma grande alternativa para ocupar melhor esta região, pois não dá para entender esse paradoxo de o Brasil ter uma baixa densidade demográfica, uma péssima taxa de ocupação de seu território, enquanto as nossas cidades sofrem com enchentes, com mortes, com desbarrancamentos.

Sr. Presidente, tomam-se providências, mas não adianta nos iludirmos, pois jamais haverá um programa que evite, na cidade de São Paulo, as ocorrências que tivemos nas chuvas. Isso ocorre em todas as outras cidades. O que precisamos é ganhar tempo em direção a essa grande marcha, como se fez nos Estados Unidos, com ferrovias, duas à margem do Rio Mississippi, com o aproveitamento dos nossos recursos hídricos, projetos e programas alternativos para dar oportunidade à nossa população de ocupar melhor essas áreas. Devemos isto ao saudoso Juscelino Kubitschek. Dentre outras visitas, no tempo em que fui Prefeito, por três oportunidades, o ex-Governador de Brasília, Cristovam Buarque, esteve em Palmas. Disse ele que o Brasil devia muito a Juscelino Kubitschek. Ficou admirado com o nosso programa de renda mínima, com a capital, com o desenvolvimento de Palmas. Tive, também, oportunidade de receber o Presidente da República.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, requeiro à Mesa a transcrição dessa memorável matéria da revista *Veja*, que considero realmente uma homenagem aos 500 anos do Brasil, o redescobrimento do nosso Território.

O outro objetivo, Sr. Presidente, é o de buscar mais uma vez a solidariedade dos meus Pares aqui no Senado, no Congresso Nacional, para o Estado do Tocantins. Não queremos nenhum programa de emergência, nenhum favor, e não temos dívida a renegociar. Na verdade, precisamos que os programas de desenvolvimento sejam verdadeiramente aplicados no Tocantins, para que grandes obras, como a Ferrovia Norte-Sul, a Hidrovía Araguaia-Tocantins, a duplicação do Linhão, realmente se tornem realidade o mais rápido possível, porque estamos dando uma grande contribuição ao País quando nos apresentamos como uma alternativa na reocupação desse grande Território nacional.

Portanto, Sr. Presidente, cumprimento também a grande matéria apresentada pelo Jornal Nacional que mostrou os problemas que estamos vivendo por sermos a cidade que mais cresce neste País. Tudo isso com muito orgulho, na certeza de que o Tocan-

tins é o rosto deste Brasil novo que está surgindo e que tenho a honra de representar nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS EM SEU PRONUNCIAMENTO:

NA PONTA DO LÁPIS

*Cidades planejadas vencem as adversidades
do interior e exibem ótimos padrões de vida*

Silvio Ferraz

Os mestres portugueses e artesãos, construtores das primeiras cidades brasileiras, preocupavam-se, sobretudo, com a sede do Poder, a Igreja, a rua principal e a praça. O restante da ocupação era deixado à iniciativa dos moradores e negociantes. Os resultados, desastrosos. Com o tempo, ruas estreitas para proteger os pedestres do calor escaldante da colônia viraram labirintos decadentes. Bairros serpenteando encostas ou margens de rios explodiram em favelas. Cinco séculos passados, os resultados desse caos são flagrados com maior realce ainda em São Paulo, Rio de Janeiro ou Salvador. Foi o carimbo do primeiro descobrimento, em argamassa e pedra. Do litoral à interiorização mais próxima, os vícios permaneceram. Hoje, o eixo Rio-São Paulo exibe um dos mais horrorosos cenários urbanos brasileiros. De Taubaté a São Paulo, as cidades quase se unem em confusa megalópole. Os Municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema fundiram-se. Explodiu o fenômeno batizado com nome tão feio quanto seu resultado físico: a conurbação.

As vésperas do quinto centenário, a onda do novo descobrimento imprime marca vigorosa e organizada ao interior. As margens da transbrasiliana, formidável eixo norte-sul que anima o Brasil do interior, brotam sem espalhafato cidades planejadas, com ruas largas, saneamento básico, escolas e hospitais. Nem tudo está realizado, mas previsto. Algumas ainda exibem placas "Futuro hospital". Outras, prédios sólidos e contradição.

É o Brasil do segundo descobrimento saltando das pranchetas para a selva amazônica, para o cerrado ou para as pradarias do sul. O mais recente exemplo de frutos do planejamento urbano é Palmas. O mais conhecido, Brasília, os mais pujantes e tradicionais, Londrina, Belo Horizonte e Goiânia. São brasileiros que se interiorizaram seguindo um plano mestre traçado por gerações de urbanistas. No País famoso pelo jeitinho e pela improvisação é uma surpresa constatar que em boa parte de seu interior, do norte do Paraná às faldas da Amazônia, cada quilômetro de ocupação foi cuidadosamente planejado.

Cada uma dessas cidades se transformou em pólos irradiadores de desenvolvimento. No norte do Paraná germinaram municípios pequenos e médios com baixos índices de analfabetismo, más condições de saúde e um PIB per capita superior à média brasileira. Londrina, com mais de 400.000 habitantes, ostenta o título de possuir a quarta melhor universidade do País, atestado pelo último Provão do Ministério da Educação. Sua população é abastecida com água tratada. Maringá segue a mesma trilha. O analfabetismo é de apenas 4%, contra 15% da média do País. Umuarama exibe um setor de serviços que responde por 80% da economia local. Cianorte oferece 23 metros quadrados de jardins a cada um de seus habitantes – o dobro do mínimo recomendado pelas Nações Unidas e seis vezes o de São Paulo.

Palmas, hoje com 160.000 habitantes, dobra a população a cada dois anos. Seus administradores já haviam previsto isso

e, com toda a demanda infantil por escola, ainda sobram 3.000 vagas. O mesmo acontece com a rede de esgotos, concluída em 70% dos bairros, até os ainda inabitados. Os treze médicos de 1996 são hoje 125. Dentistas, de sete saltaram para 75. Em 97% das residências há luz elétrica, em 98% água tratada. Ruas e avenidas são quase todas pavimentadas.

Nos calendários um círculo vermelho sinaliza a data: setembro de 2001. Ai surgirão 12 quilômetros de praias às margens do cristalino rio Tocantins. Elas aparecerão quando a hidrelétrica de Lageado começar a encher seu reservatório. Com apenas 3 metros de profundidade média, o imenso lago receberá oxigenação constante, oferecendo excelentes condições para a criação de peixes. Dotar de lazer uma cidade onde no verão os termômetros chegam a 44 graus é uma preocupação constante de seus administradores. O Senador Eduardo Campos, seu ex-prefeito, enfatiza: "Trabalho só não basta. O lazer é imprescindível". Criá-lo como em Palmas só é possível porque as soluções foram previstas nas pranchetas.

Partiu dos ingleses, nos idos dos anos 30, o primeiro ensaio para o segundo descobrimento. Empreendedores, vislumbaram o norte paranaense como campo fértil para plantar lucros. Colocaram a ponta do compasso onde seria erguida Londrina e giraram. Compraram o círculo. A pronta revenda fracassou. Mudaram os planos: construir cidades era a nova meta. O desafio foi entregue ao engenheiro Alexandre Razgulaeff com a recomendação: as novas cidades deveriam ser focos de desenvolvimento, emolduradas por largas avenidas e imensos parques. Sucesso imediato. Mais de 30.000 compradores na maioria paulistas, lavraram escrituras. Nascia Londrina.

AS SEMENTES DO FUTURO

Com uma população de 160.000 habitantes, 51% até 18 anos, Palmas, a mais nova capital do país, não pode relaxar com a juventude. Seus programas assistenciais são inovadores e ganhadores de prêmios internacionais. Todos direcionados à prevenção da delinquência juvenil. Começam cedo. Dos 9 aos 12 anos, alunos da rede pública são gradualmente matriculados no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Aprendem a repelir traficante desde cedo. Ensina-se a eles os efeitos destruidores da cocaína, da maconha, do crack e até da heroína. No ano passado, formaram-se 900 alunos. A meta deste ano é o dobro.

Entre a população mais carente, a atração maior é o AMA – Amigos do Meio Ambiente. Nessa associação, 700 menores recebem 70% do salário mínimo por mês, cesta básica, assistência médica, escola, aprendizado do esporte que desejarem e de jardinagem. Coordenados por Marcelo Lélis, o paisagista que planejou jardins e praças, os alunos aprendem o cultivo de árvores nativas, ipê, pequi, palmeiras e 150 espécies de plantas ornamentais. O resultado tem sido recompensador para todos. Não se vêem flanelinhas vagando, e a cidade pode orgulhar-se de exibir o mais baixo índice de violência juvenil do País. As regras são duras: notas baixas no colégio, exclusão imediata do programa e corte de todos os benefícios. Por isso mesmo, o empenho é enorme. Aliados do trabalho dos participantes do AMA são os moradores da cidade. "Antes os moradores roubavam mudas das praças e avenidas para seus jardins. Ao perceber que os menores os construíam, viraram implacáveis fiscais", conta Marcelo. Nem todos querem ser jardineiros para o resto da vida, mas têm no AMA uma plataforma de lançamento para a realização de seus sonhos. Gleidson Vieira Menezes, 15 anos, há sete meses no projeto, é um deles. "Quero ser oficial da Marinha, mas nunca esquecerei as árvores e as flores", garante, enquanto afaga com emoção uma palmeira por ele recém-transplantada.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho, de maneira persistente, chamado a atenção da Nação e, principalmente, das autoridades do Poder Executivo para o descaso com que é tratada a Amazônia e também as regiões Centro-Oeste e Nordeste do País em relação às mais ricas, Sul e Sudeste. Na semana passada, fiz dois pronunciamentos sobre o tema, inclusive mostrando a incoerência e o verdadeiro crime que cometeu o BNDES quando, em 1998, aplicou 80% de seus investimentos nos sete Estados do Sul e do Sudeste e apenas 20% nos outros Estados da Federação – ou seja, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste –, que são os mais pobres e, portanto, deveriam ser a prioridade para o desenvolvimento do país, cumprindo-se ditame constitucional de eliminar as desigualdades regionais.

Mas o BNDES não está só nessa nefasta ação contra o desenvolvimento das regiões mais pobres do Brasil. Vários outros órgãos e instituições que deveriam trabalhar no sentido de diminuir o fosso que separa as regiões brasileiras mais ricas das mais pobres parecem ter um plano deliberado de sufocar um desenvolvimento harmônico – uma atitude míope de investir mais nas áreas em que o PIB e a concentração populacional são maiores.

Na década de 80, Edmar Morel publicou *Amazônia Saqueada*, uma advertência ao Poder Público sobre a cobiça internacional no que tange à nossa floresta tropical. Lembra que a região não-ocupada pelos brasileiros estava na mira dos espoliadores internacionais desde o século XVII. Na mesma década, Ricardo Bueno, jornalista e economista – no Volume IV, nº 36, de *Cadernos do Terceiro Mundo* –, relembra a época em que a floresta era conhecida como Inferno Verde, até cair nas mãos de empresas transnacionais, graças às facilidades oferecidas pelo Governo Federal para a ocupação da Amazônia. Inúmeros foram os incentivos fiscais então concedidos, quer para implantação de indústrias, quer para projetos agropecuários. Foram instaladas fazendas gigantescas de milhões de hectares, a maioria nas mãos de empresas estrangeiras.

A falta de planejamento global para a região tem contribuído para agravar o problema. Os desejos e anseios das populações locais não são levados em consideração pelas autoridades governamentais, que costumam dar mais importância a sugestões externas do que a internas. O papel do Estado na Amazônia tem-se mostrado frágil, apesar de todos os seminários, conferências nacionais e internacionais, que, de algumas décadas para cá, se sucedem no Brasil e no exterior.

Cada dia é maior a cobiça internacional sobre a área. Recentemente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso compareceu à Itália para debater com os sete países mais ricos do mundo, o conhecido G-7, o estabelecimento de "parcerias" relativas à Floresta Amazônica. É uma vergonha que se continue oferecendo abatimento de nossa dívida externa em troca de cessão de nossa soberania na área. Não é possível acreditar que o interesse seja apenas na preservação do chamado "pulmão do mundo", quando o que se vê é a exploração de nossas riquezas, especialmente de nossa flora, que há anos alimenta laboratórios internacionais, sem que o Brasil receba sequer um centavo por essa exploração clandestina. Sem falar no interesse por imensas reservas minerais, outro assunto grave e sem controle pelos Governos Federal e Estadual.

Os Estados Unidos estão propondo o abatimento de US\$650 milhões da dívida externa brasileira, por investimentos, segundo eles, no meio ambiente. Tais investimentos seriam destinados ao Programa de Proteção de Florestas Tropicais, o PPG-7. Não só aquele país mas também outros países doadores não admitem a autonomia brasileira na administração do dinheiro, em afrontoso acinte a nossa soberania. Assim é que Rolf Thiemans, embaixador da União Européia, disse no *Correio Braziliense* de 27 de outubro passado: "cerca de 80% dos recursos do PPG-7 vêm dos contribuintes europeus. Então, é natural que tenhamos de monitorá-los de alguma forma, o que não significa interferência nas políticas públicas brasileiras".

Ora, o monitoramento, por si só, já constitui uma interferência.

Sr. Presidente, não podemos aceitar a soberania relativa. Não podemos permitir que os países mais ricos do mundo queiram se apossar de nossas riquezas. Não podemos continuar assistindo impassíveis à exploração de nossos minérios, de nossa madeira, de nossa flora, de nossa fauna por empresas estrangeiras. O Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA, tem procurado manter a nossa soberania na região.

Mas precisa, evidentemente, do total apoio do Governo Federal e dos Governos Estaduais. No ano passado, a convite do EMFA, vários Parlamentares brasileiros tiveram oportunidade de ver o que os militares estão fazendo em defesa da Amazônia.

O General Lessa, chefe do Comando Militar da Amazônia, demonstrou a presença militar em dois projetos na região: o Calha Norte, encarregado da defesa, e o Sistema de Vigilância da Amazônia – SILVAM, do controle e vigilância. Em artigo publicado no **O Estado de S. Paulo**, de 16 de outubro passado, o Deputado José Genoíno, um dos convidados, concluiu que, apesar de todo o esforço militar, "o Brasil, do ponto de vista do planejamento de Estado, não tem um projeto abrangente para a Amazônia, um projeto que abarque a defesa, a viabilidade econômica, a proteção da reserva florestal e dos recursos hídricos e a preservação e exploração da biodiversidade". E acrescenta: "Quanto menos o Estado brasileiro se ocupar do assunto, mais as pressões internacionais se farão sentir".

Mas, surpreendentemente, as Forças Armadas, especialmente o Exército Brasileiro, que são as instituições que mais se preocupam com o problema, não estão agindo como deveriam diante da realidade atual. O Exército mantém, segundo a revista **Veja** do dia 5 de janeiro de 2000, 44.000 soldados só no litoral do Estado do Rio de Janeiro, enquanto que em toda a Amazônia, "para guarnecer a fronteira do Brasil com sete países", existem apenas 25 mil soldados. E isso, segundo a revista, diante da realidade da guerrilha e do narcotráfico na Colômbia, no Peru e na Bolívia e de outros tantos problemas no Suriname, na Guiana e na Venezuela.

Sobre esse assunto, quero registrar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que recebi, há poucos momentos, da assessoria do Exército Brasileiro um documento que explica o contingente no Rio de Janeiro em flagrante disparidade com a Amazônia. É verdade que, como o recebi há poucos minutos, não tive tempo de me debruçar sobre o documento, mas, por questão de justiça, quero registrar seu recebimento, pedindo que seja parte integrante do meu pronunciamento, Sr. Presidente.

Enquanto isso, sucedem-se nos jornais e nos noticiários das rádios e televisões denúncias e constatações, na Amazônia, de ações de biopirataria, narcotráfico, contrabando de armas, da presença de estrangeiros agindo ilegalmente em vários setores. Além disso, a elite governante, a elite política, empresarial, intelectual e a mídia nacional continuam de frente para o litoral brasileiro e de costas para a imen-

sidão da Amazônia, como se o Brasil acabasse onde passava a linha divisória do Tratado de Tordesilhas.

Sr. Presidente, há muitos anos, a pregação internacional de soberania limitada do Brasil sobre a Amazônia vem sendo defendida por governantes de diversos países desenvolvidos. Essa solução, evidentemente, só traria desserviço ao País, atingindo populações locais e interferindo nas incontáveis riquezas da região. É preciso agir com galhardia, sem abrir mão, um minuto sequer, da nossa soberania, pois aos brasileiros pertence a mais bela floresta tropical, e são eles capazes de exercer a sua cidadania.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO:

EFETIVO DO EXÉRCITO NO RIO DE JANEIRO

A Sua Excelência o Senhor
Senador Mozarildo Cavalcanti
Ala Sen. Afonso Arinos – Gab. nº 10
Senado Federal
Brasília – DF

Prezado Senador,
Este documento tem por finalidade apresentar a V. Ex^a alguns aspectos que traduzem a realidade dos atuais efetivos do Exército na guarnição do Rio de Janeiro.

Longe de tentar inibir qualquer pronunciamento acerca de uma comparação com o número de militares na Amazônia, sinto-me na obrigação de abordar aspectos que esclareçam a situação e proporcionem maiores subsídios para uma real avaliação do fato.

Em sua reportagem a revista **Veja** realiza um estudo comparativo superficial sobre os efetivos na Amazônia e no Rio de Janeiro, sem no entanto, avaliar, com profundidade a questão. Vejamos então, alguns aspectos sobre o problema:

– a cidade do Rio de Janeiro, histórica capital do País por cerca de quatrocentos anos, pólo científico-cultural e grande centro industrial, é sede da maioria das escolas de formação, aperfeiçoamento e especialização no âmbito do Exército, tais como, a Escola de Comando e Estado Maior do Exército, a Escola Superior de Guerra, ambas de altos estudos militares e estratégicos, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, o Instituto Militar de Engenharia e tradicional Escola de Educação Física do Exército, berço dos atletas olímpicos brasileiros, as escolas de Material Bélico, de Comunicações de Equitação de Instrução Especializada, o Colégio Militar e a Escola de Saúde além do Departamento de Ensino e Pesquisa e suas Diretorias, estrutura necessária para o planejamento supervisão e coordenação de todos esses cursos; a Academia Militar das Agulhas Negras, responsável pela formação dos oficiais, está sediada em Resende – RJ.

– na área tecnológica pode-se citar a existência do Centro Tecnológico do Exército, o Campo de Provas da restinga da Maranbaia, o Centro de Avaliação do Exército e o Arsenal de Guerra.

– na área de Saúde temos o Hospital Central do Exército, o Hospital da Guarnição da Vila Militar, duas policlínicas e o Instituto Biológico do Exército;

– no campo operacional, o Rio de Janeiro conta com a 1ª Divisão de Exército, grande comando que enquadra a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada e a 2ª Brigada de Infantaria Motorizada, esta última sediada em Niterói – RJ; conta também com a Brigada de Infantaria Paraquedista localizada nas proximidades do Campo dos Afonsos, face ao imprescindível apoio aéreo da FAB e, também, com o Batalhão de Forças Especiais, unidade de elite do Exército, com capacidade de emprego em qualquer região do País.

Prezado Senador, o efetivo existente, nas Organizações Militares, operacionais do Estado do Rio de Janeiro com certeza, não ultrapassa um terço dos números publicados naquela edição da revista *Veja*. No Comando Militar da Amazônia praticamente noventa por cento do efetivo existente está voltado para a atividade-fim.

Sem mais a dizer, agradeço a atenção e compreensão de V. Exª na esperança de ser prestado modesta colaboração sobre o assunto.

Atenciosamente, **Walter Sérgio Carneiro Herrlein** – Ten. Cel. Assessor Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Ramez Tebet, por cessão do Senador Arlindo Porto.

V. Exª dispõe de quinze minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, mais precisamente no dia 13 último, comparecemos, no Palácio do Planalto, à cerimônia de assinatura da Medida Provisória nº 1.988, que traz nova regulamentação dos fundos do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Ao tomarmos conhecimento da íntegra da Medida Provisória, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sentimos que, realmente, vale a pena travar o bom combate e lutar pelos nossos objetivos.

Agora mesmo, estava na tribuna o Senador Mozarildo Cavalcanti, dizendo que o BNDES deveria aplicar melhor seus recursos e distribuí-los pelas regiões menos favorecidas do nosso País, fazendo coro, portanto, com aqueles que não se conformam com as desigualdades regionais que persistem em nosso País.

Eu disse que vale a pena lutar, recordando-me dos idos de 1988, quando presidia a Superintendência do Desenvolvimento da região Centro-Oeste – Sudeco.

Na ocasião, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as ruas de Brasília estavam enfeitadas com faixas que continham uma frase que hoje ainda ecoa em meus ouvidos e penetra fundo no meu sentimento de brasilidade: "292 e uma vontade só". Eram 292 Parlamentares unidos, 292 Parlamentares do Norte, Nordeste e Centro-Oeste com uma só vontade: a de fazer constar da Constituição Federal de 1988 – como realmen-

te consta – um dispositivo que obriga a aplicação de investimentos nessas regiões. Tal dispositivo estabelece que 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados devem ser obrigatoriamente aplicados em projetos de financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Mas teve início – é bom que se diga – uma via-crúcis das classes produtoras, dos empresários pequenos e grandes e dos parlamentares, no sentido de fazer com que esses recursos fossem efetivamente aplicados, e aplicados a um custo que permitisse o cumprimento do dispositivo constitucional, que era o de diminuir as desigualdades regionais, fomentando o desenvolvimento, o progresso, e melhorando a qualidade de vida das populações dessas três regiões do nosso País.

Os fundos, todos sabem, não vêm cumprindo a finalidade a que se destinam. Não vêm cumprindo devido aos elevados encargos financeiros, devido à alta taxa de juros que sempre recaem sobre os pedidos de empréstimos daqueles que ousaram apresentar projetos e obter empréstimos regulamentados por esses três fundos: do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Com relação ao Centro-Oeste, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, nem banco de desenvolvimento possuímos. Lá, o Centro-Oeste ainda é administrado, praticamente, na sua operacionalidade, pelo Banco do Brasil. E, realmente, agora, ocupo esta tribuna para saudar essa nova regulamentação. Parece que as coisas melhoraram e que valeu a pena a luta da Bancada do Centro-Oeste. Valeu a pena a nossa luta. Particularmente, sinto-me recompensado, porque, realmente, agora, esses fundos pelo menos não sofrerão oscilação. Pelo menos na medida provisória baixada pelo Presidente da República, que aceitou o trabalho feito pelo Ministério da Integração Regional, ocupado pelo Senador Fernando Bezerra, os tomadores dos recursos dos fundos, sejam do Norte, do Nordeste ou do Centro-Oeste, caso queiram ou caso entendam, vão ter oportunidade de solicitar empréstimos a juros absolutamente fixos, que variam de 5% a 16%, conforme o porte do produtor.

O fundo vem com essa nova regulamentação, beneficiando os agricultores, as cooperativas e associações, beneficiando os miniprodutores e suas respectivas cooperativas e associações, os pequenos, médios e grandes produtores, beneficiando as operações industriais, tudo isso a juros fixos, fenômeno que pela primeira vez acontece nos fundos, que têm o ob-

jetivo de promover o desenvolvimento das regiões menos favorecidas do País. Quero dizer que muitos empresários, muitos agricultores sucumbiram ao peso dos encargos, dos terríveis juros que oneraram os seus empréstimos, que são inúmeros os agricultores que abandonaram suas atividades, porque não tiveram condições de honrar os compromissos tomados com os diversos estabelecimentos de crédito, seja perante os bancos regionais, no caso do Norte e do Nordeste, seja perante o Banco do Brasil.

As taxas de juros eram elevadas. No percurso da nossa vida econômica, eles eram onerados pela correção monetária ou por outros nomes que sucederam essa correção monetária, de TJLP e outras tantas siglas que significavam ou que significam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mesmo que a chamada correção monetária.

Agora, não! Agora, pelo menos, temos uma medida provisória em que, se ainda fala em juros de cinco a dezesseis por cento, pelo menos são fixos, o que é um avanço muito grande e já anima os investidores, os agricultores e os empresários. Acredito que agora irão ter oportunidade.

E mais: essa medida provisória deve ser saudada, porque permite que os devedores desses fundos renegociem, repactuem as suas dívidas com os mesmos juros que a medida provisória estabelece para os novos tomadores.

Tudo isso é auspicioso. Se não é assim, o absolutamente desejável é que acredito que haverá de chegar o dia – e vamos lutar para isso – em que esses juros sejam no máximo de 6% ao ano.

Não podemos deixar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de registrar que isso é, sem dúvida nenhuma, uma vitória da classe política, uma vitória nossa, de quem vem do interior e de quem está preocupado com o pequeno produtor, com o pequeno agricultor e com os devedores, aqueles que tomaram dinheiro para plantar e depois sucumbiram. Trata-se de uma nova oportunidade que a medida provisória dá.

Saúdo a medida provisória do Presidente da República e agradeço os esforços envidados pelo Ministro Fernando Bezerra, nosso companheiro no Senado. Foi uma coincidência ter sido S. Ex^a que estudou a matéria, juntamente com seu corpo de auxiliares, e ouviu nossas reivindicações.

Recordo-me, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que fizemos muito esforço para modificar essa legislação tão cruel com os investidores brasileiros. Realizamos, certa vez, uma reunião conjunta entre os Senadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para agendarmos um encontro com o Mi-

nistro do Planejamento que, à época, era o então Deputado Federal Antonio Kandir. Fomos até lá procurar explicar a aflição dos que querem produzir, dos que desejam tomar recursos. Quis o destino que agora, favorecido pelas circunstâncias, S. Ex^a tenha podido realizar estudos que foram aceitos pelo Presidente da República. Todos os que participaram dessa luta estão em parte satisfeitos, pois ninguém pode ficar inteiramente satisfeito ao ver que os juros ainda atingem 16% ao ano. Ficamos satisfeitos porque acabou aquela inquietação – os juros são fixos – e porque os devedores poderão renegociar, repactuar suas dívidas perante os diversos estabelecimentos de crédito.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo-lhe o aparte, Senador Agnelo Alves.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Gostaria de fixar um aspecto da maior importância, além de todos estes, altamente relevantes, que V. Ex^a tão bem focalizou. É que pela primeira vez, depois que se instalou neste País uma política de combate à correção monetária, à inflação, estamos tendo a oportunidade de acreditar na moeda nacional; uma moeda que, por meio dos fundos constitucionais, não permitirá mais que seja corrigida pelos índices inflacionários. De tal maneira que os tomadores, os que necessitam, principalmente dos setores rural e industrial, possam programar os seus investimentos, ou seja, tomando determinada quantia por determinado prazo, pagará um tanto. Dessa forma, ele pode programar-se, não será passível de incertezas. Esse é o aspecto mais importante e que deve servir de espelho para todos os demais setores brasileiros que precisam recorrer a bancos e que não sabem, ao final, quanto vão pagar ou quanto precisarão apurar para poder pagar.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Agnelo Alves, agradeço imensamente o seu aparte. Considero-o mais objetivo que o pronunciamento que estou fazendo.

Acabou aquele ponto de interrogação. É isso o que V. Ex^a está dizendo. Quem tomar empréstimo a juros de 15%, 16% ou 5% saberá exatamente o que irá pagar, e isso é o importante. É também muito importante para aquele que irá produzir; é muito importante para o industrial, que está buscando recursos para aplicar no meu Mato Grosso do Sul, Senador! É muito importante para que ele não fique mais na dúvida sobre qual será a TJLP, por exemplo, ou se a correção é de fato aquela.

V. Ex^a aborda um ponto de capital importância.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) V. Exª me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. Fazendo soar a campainha.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) Sr. Presidente, peço mais um minuto, porque ainda tenho um ponto a dizer, e já concedo o aparte ao querido Senador Alberto Silva.

E vejam que há também algo importante no projeto: ele concede bônus de adimplência para quem pagar em dia! Estão-se dando prêmios a quem pagar em dia! A situação era difícil antes. Quem fizer os pagamentos dentro do prazo terá descontos que variam de 30% para os pequenos a 15% para os demais! Isso significa que ninguém vinha pagando mesmo, a coisa estava ruim, mas agora os descontos entram nas negociações, o que é importante! Se o devedor repactuar a dívida e fizer os pagamentos em dia, terá essa vantagem conferida pela Medida Provisória.

Ouçõ V. Exª, Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) Senador Ramez Tebet, quero apenas fazer uma pequena intervenção. De tudo o que foi dito aqui, devemos aplaudir a medida, mas quero acrescentar mais um ponto: lembro-me bem de que o Senador Fernando Bezerra declarou, quanto a esses fundos constitucionais – e eu era Senador quando aprovamos aquele fundo constitucional gerido pelo Banco do Nordeste –, que era necessário desburocratizar a sua liberação, pois trata-se de algo terrível. Se um pequeno industrial quiser usar um desses fundos, ele passa um ano discutindo dentro da burocratização dos estabelecimentos gestores que envolveu os fundos. E o Ministro Fernando Bezerra, homem experiente, empresário, declarou que haverá a desburocratização, o que é uma grande medida. Parabéns pela justeza com que V. Exª aborda o problema.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) Senador Alberto Silva, se o Presidente Antonio Carlos Magalhães não tivesse soado a campainha, iríamos tratar desse assunto.

Realmente, a burocratização tem matado os projetos governamentais do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Assina-se medida a favor dos pequenos e médios empresários. Vão à ponta V. Exªs e vejam as exigências que se lhe fazem.

Portanto, esta Casa está de parabéns quando tem um dos seus Membros num Ministério – o Senador Fernando Bezerra –, que, como V. Exª e todos que aqui se encontram, está disposto a lutar agora contra a desburocratização que atrapalha, e muito, o progresso e o desenvolvimento do nosso País.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) V. Exª permite-me um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) Eminentíssimo Senador Ramez Tebet, V. Exª aborda o tema com grande maestria. É muito importante que nós, do Senado, levemos nosso aplauso a essa medida, porque, mesmo quando congelamos os preços, num passado não muito remoto, o Governo não deu demonstração de que acreditava no fim da inflação, tanto que é a primeira vez que estamos assistindo à retirada da correção monetária nos contratos de financiamento com recursos oriundos de bancos oficiais. Nunca houve isso durante esses anos de inflação, que vêm desde o início do Governo Militar, quando foi instituída a correção monetária. Ela foi estabelecida no tempo em que o Senador Roberto Campos era Ministro do Planejamento. Há quase quarenta anos os organismos financeiros oficiais oferecem crédito sempre com correção monetária, e isso mudou somente agora, o que é importante, porque mostra que o Governo acredita no fim da inflação. Não somos só nós que devemos acreditar no fim dela, mas o Governo também está dando uma prova de que começa a acreditar nisso, ao retirar a cláusula de correção monetária. Além disso, trata-se de instrumento importantíssimo na retomada do desenvolvimento, porque recursos para investimentos exigem que os custos sejam conhecidos pelo investidor. E agora o investidor pode conhecer esses custos, como foi muito bem exposto pelos que me antecederam nos apartes. Agradeço a oportunidade do aparte que V. Exª me concede e o felicito pela abordagem tão oportuna do tema, trazendo essa notícia de grande importância para o desenvolvimento da economia brasileira.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) Sr. Presidente, encerro o meu discurso, abrilhantado por todos os apartes que recebi, do Senador Agnelo Alves, do Senador Alberto Silva e agora do Senador José Alencar, representante do Estado de Minas Gerais, que não tem nada a ver com o Fundo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tem a ver porque se trata do Brasil.

Depois das observações do Senador José Alencar, sem dúvida nenhuma, tenho que parar de falar, porque elas realmente fecham com chave de ouro o meu pronunciamento, principalmente quando S. Exª afirma que, pela primeira vez em quarenta anos, por meio de uma medida concreta, parece que se está dizendo ao Brasil que se acredita no que se está fazendo.

Senador José Alencar, agradeço-lhe o aparte, que fecha com brilhantismo minhas modestas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sr^{as}. e Srs. Senadores, antes de passarmos à Ordem do Dia, cumpre-me salientar que há número legal para deliberação, e que o Senado da República, todas as vezes em que se reuniu nesta convocação extraordinária, teve **quorum** para suas sessões. Conseqüentemente, qualquer matéria que disser o contrário, não estará fazendo justiça com o trabalho que o Senado Federal vem realizando na convocação.

Sobre a mesa, projeto de Tei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2000

Altera a redação dos arts. 58, 59 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre a duração máxima da jornada de trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 58, 59 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58. A duração máxima da jornada de trabalho, para os empregados em qualquer atividade, não excederá 7 (horas) diárias nem poderá somar mais de 35 horas semanais.

Art. 59. A duração da jornada diária poderá ser alterada mediante contrato coletivo de trabalho, desde que este seja homologado pelo Sindicato representante dos empregados e que não seja excedido o limite semanal de 35 horas.

§ 1º (suprimido)

§ 2º (suprimido)

Art. 61. Ocorrendo necessidade imperiosa, a duração do trabalho poderá excepcionalmente exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis e cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, quando a necessidade destes serviços ocorrer por motivos imprevisíveis.

§ 1º O excesso, nos casos deste artigo, poderá ser exigido independentemente de acordo ou contrato coletivo e deverá ser comunicado e justificado por escrito, dentro de 10 (dez) dias do seu início, à autori-

dade competente em matéria de trabalho e ao sindicato representante dos trabalhadores ou, antes deste prazo, justificado no momento da fiscalização sem prejuízo dessa comunicação.

§ 2º Nestes casos, a remuneração da hora excedente será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal, ou maior, se fixado por acordo coletivo, e o trabalho não poderá exceder de 10 (dez) horas, desde que a lei ou acordo coletivo não fixe expressamente outro limite.

§ 3º (suprimido)”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor 180 dias após a data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O Congresso Nacional encontra-se presentemente voltado para resolver o problema da pobreza em nosso País. Tem razão os que afirmam: “A desigualdade na distribuição de renda no Brasil é a matriz dos problemas que assolam nossa sociedade. Tal desigualdade gera elevados índices de pobreza e miséria, não condizentes com a pretensão de nos tornarmos uma nação próspera, respeitada e influente no cenário internacional.”

O desemprego figura, inquestionavelmente, entre as principais causas da pobreza e da desigualdade na distribuição de renda.

Que o desemprego é uma das piores chagas sociais que atingem nosso País hoje é um fenômeno tão visível e constitui um tal consenso que não demanda comprovação estatística. Não custa porém lembrar que o índice de desemprego, segundo as pesquisas do Dieese, tem chegado a alarmantes cifras em torno de 20% da população economicamente ativa. Estas pesquisas incluem não somente as pessoas que estavam procurando emprego nos 30 dias que antecederam a entrevista e não exerceram qualquer trabalho, nem mesmo “bico”, nos 7 dias imediatamente anteriores – o desemprego aberto, medido pelo IBGE – mas também aqueles que, apesar de procurarem ocupação, realizaram uma atividade eventual, remunerada ou não, e aqueles que, por desalento, suspenderam a busca por ocupação mas pretendem voltar a procurar em momento mais propício – o desemprego oculto.

O combate ao desemprego é assim, necessariamente, uma peça chave e indispensável de qualquer programa que vise reduzir a tragédia da pobreza e da desigualdade de renda em nosso País.

Para combater o desemprego eficazmente, é preciso encontrar suas causas principais. Isto na verdade não é difícil, pois elas são bem conhecidas.

Observe-se os seguintes dados. Enquanto o aumento de produtividade na indústria, entre 1990 e 1998, foi de mais de 110%, o aumento da produção no mesmo período foi apenas 19%, segundo dados do IBGE.

Isto significa que, para produzir a mesma quantidade de mercadorias que, em 1990, necessitavam de 100 trabalhadores numa jogada de 8 horas, eram necessárias, na mesma jornada, apenas 48 trabalhadores. Ou que, para produzir a mesma quantidade de mercadorias que em 1990 era produzida em 8 horas de trabalho, em 1998 bastavam, 3 horas e quarenta e oito minutos. Para produzir 19% a mais, o quanto aumentou a produção neste período, bastavam 57 trabalhadores. Em resumo: em 100 trabalhadores empregados na indústria em 1990, 43 tinham perdido seus empregos em 1998.

Se tomarmos os números dos Indicadores de Conjuntura Econômica do Boletim do Banco Central de julho de 1999, obteremos os seguintes números para abril de 1999, comparados com a média de 1992: a produtividade na indústria cresceu 57%, enquanto a produção cresceu apenas 16%; a quantidade de horas trabalhadas na indústria caiu 29% e o emprego caiu 26%, enquanto a massa salarial real caiu 0,5%.

Para termos um quadro mais completo, é preciso observar ainda que, entre 1990 e 1998 a população brasileira cresceu mais de 12%, cerca de 18 milhões de pessoas. Se levarmos em conta que o crescimento populacional no Brasil tem sido decrescente ao longo dos anos, pode-se concluir que foi de mais de 18 milhões de pessoas o crescimento do mercado de trabalho neste período.

Se os números referentes à indústria fossem representativos de toda a economia, estaríamos hoje com um nível de desemprego muito maior do que os 20% observados. Houve certamente alguma migração de trabalhadores da indústria para comércio e serviços. Mas, por um lado, não houve um crescimento consistentemente maior destes setores em relação à indústria. Em alguns anos, inclusive, ele foi significativamente menor. Por outro lado, eles também foram significativamente afetados pelo avanço tecnológico, principalmente pela difusão do uso do computador. Mesmo que a redução do nível de emprego tenha aí sido menor, não pode ter constituído um fator de compensação suficiente. Mais significativa foi a migração de trabalhadores para a economia informal, incluindo

a criminalidade. Isto, de resto, pode ser observado a olho nu em qualquer grande cidade brasileira.

Fica assim claro que o desemprego atual, no Brasil como em todo o mundo, é provocado principalmente pela conjunção de dois fatores interligados. O enorme aumento da produtividade que ocorreu nas últimas décadas, por um lado. E, por outro lado, o fato deste aumento da produtividade não ter sido acompanhado por um aumento correspondente na capacidade de consumo da população. Os dois fatores constituem um fenômeno mundial, mas no Brasil o proporcionalmente menor aumento de produtividade foi agravado por um crescimento ainda menor da capacidade de consumo, devido a décadas de arrocho salarial e ao agravamento da desigualdade na distribuição de renda.

Nestas condições, o crescimento da economia, por si só, não pode resolver o problema do desemprego. Para apenas manter a taxa atual de desemprego, o crescimento teria que igualar ao crescimento da PEA (População Economicamente Ativa) mais o crescimento da produtividade. Para diminuí-la, ele teria que ser ainda maior. E é preciso lembrar que, para que a economia cresça, é preciso que a capacidade de consumo da população, isto é, de seus rendimentos, cresça também em um nível compatível.

A redução da jornada de trabalho aparece, então, como medida eficaz, indispensável e insubstituível para combater o desemprego.

Além de necessária para combater o desemprego, esta medida atende também a um requisito de justiça social. Com efeito, não é justo que os aumentos de produtividade sejam apropriados apenas pelos empregadores e não beneficiem também os empregados, pois o progresso científico e tecnológico é uma conquista da humanidade como um todo e não um patrimônio de apenas uma parte dela.

Em 1943, há portanto 56 anos, a Consolidação das Leis do Trabalho limitou a jornada normal de trabalho a 48 horas semanais. Somente em 1988, com a nova Constituição brasileira, este limite foi alterado, mesmo assim com uma redução de apenas 4 horas. O pior é que a CLT admite que, por acordo ou contrato coletivo de trabalho, a jornada seja prolongada por mais duas horas suplementares diárias. Como este dispositivo não foi revogado e como a Constituição só se refere à duração normal, e como os trabalhadores não somente não colocam grandes obstáculos a esta extensão da duração do trabalho mas muitas vezes até a reivindicam, devido aos notoriamente baixos salários que recebem, a jornada máxima legal vigente de fato no Brasil é de 10 horas diárias e 50 horas se-

manais. Isto coloca o Brasil como detentor de mais um recorde negativo: um dos países que têm a jornada de trabalho mais longa do mundo e um dos poucos que não respeita esta conquista histórica, e de décadas atrás, que é a jornada máxima de 8 horas. Isto num tempo em que a maioria dos países adiantados já adotaram jornadas menores.

Este momento, em que o Brasil vive a pior crise de desemprego de toda sua História, é portanto mais do que oportuno para o País fazer este ato de justiça e para recuperar seu atraso em relação ao resto do mundo, reduzindo a jornada de trabalho.

Vimos que em somente 8 anos, entre 1990 e 1998, a produtividade no Brasil mais do que dobrou, tornando necessário menos da metade do tempo para obter a mesma produção. Não há portanto como sustentar uma argumentação de que a economia brasileira não suportaria a redução da jornada de trabalho. O que a economia brasileira não está suportando é a retração do mercado consumidor, da qual uma das causas é sem dúvida o desemprego.

A medida proposta representa uma redução de aproximadamente 20% na duração máxima do trabalho. Mantida a mesma produtividade, haveria um acréscimo de cerca de 25% na demanda de mão-de-obra. Mas este acréscimo tenderá a ser menor devido a uma aceleração do crescimento da produtividade que o próprio aumento da demanda por mão-de-obra tenderá a estimular. Por outro lado, o ingresso de novo contingente de trabalhadores no mercado formal de trabalho não deixará de estimular a demanda por mercadorias e, portanto, o aumento das vendas e da produção. Tenderá a provocar, em consequência, a retomada do crescimento econômico e, com ele, também o crescimento da arrecadação fiscal.

A redução da jornada de trabalho aparece assim como medida que não beneficiará apenas os trabalhadores, ao reduzir o desemprego, mas que beneficiará todos os setores da sociedade.

Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2000. – Senador **Geraldo Cândido**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CAPÍTULO II

Da Duração do Trabalho

SEÇÃO II

Da Jornada de Trabalho

Art. 58. A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

Art. 59. A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.

§ 1º Do acordo ou contrato coletivo de trabalho deverá constar, obrigatoriamente, a importância da remuneração da hora suplementar, que será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.

§ 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou contrato coletivo, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda o horário normal da semana nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias.

Art. 61. Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

§ 1º O excesso, nos casos deste artigo, poderá ser exigido independentemente de acordo ou contrato coletivo e deverá ser comunicado, dentro de 10 (dez) dias, à autoridade competente em matéria de trabalho, ou, antes desse prazo, justificado no momento da fiscalização sem prejuízo dessa comunicação.

§ 2º Nos casos de excesso de horário por motivo de força maior, a remuneração da hora excedente não será inferior à da hora normal. Nos demais casos de excesso previstos neste artigo, a remuneração será, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) superior à da hora normal, e o trabalho não poderá exceder de 12 (doze) horas, desde que a lei não fixe expressamente outro limite.

§ 3º Sempre que ocorrer interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais, ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de 2 (duas) horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 10 (dez) horas diárias, em período não superior a 45 (quarenta e cinco) dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O projeto lido será publicado e remetido à

Comissão competente, devendo a sua tramitação iniciar-se a partir de 15 de fevereiro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 15-A, DE 1998

(Substitutivo da Câmara)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 1998 (Substitutivo nº 627/98, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 e acrescenta artigo à Constituição Federal (limite de gastos com legislativos municipais), tendo

Parecer sob nº 2, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, com votos contrários dos Senadores Roberto Freire, Antonio Carlos Valadares e Romero Jucá, e abstenções dos Senadores Mozildo Cavalcanti e Eduardo Suplicy.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão. Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã e, na quarta-feira, será votada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, por permuta com o Senador Tião Viana.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, desejo apresentar um projeto de lei a esta Casa cujo objetivo básico é corrigir, aperfeiçoar a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que distribui os recursos de compensações financeiras das empresas que produzem energia elétrica e que exploram minérios e petróleo. Essa possibilidade surgiu na Constituição de 1988, depois de uma grande luta de muitos Parlamentares que representavam os interesses de seus Estados neste Congresso Nacional. Aprovou-se, inicialmente, a Lei nº 7.990, de dezembro de 1989, e, posteriormente, a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990. Foi um grande processo de trabalho de representantes de vários Estados produtores de energia, de minério

e de petróleo, que conseguiram fazer com que as empresas que se beneficiavam dessa produção pudessem pagar aos Municípios e aos Estados nos quais a produção se dava e aos órgãos do Governo Federal ligados ao trabalho do meio ambiente, como o Ibama, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Dnaee uma parcela desses recursos para efetivar o seu trabalho.

Essa última lei foi aprovada no Congresso na época do Governo Collor, que descumpriu, inclusive, o prazo de regulamentação. Já havia sido uma tarefa muito difícil regulamentar a própria Constituição por intermédio dessa lei, pois o **lobby** das empresas mineradoras no Congresso Nacional era muito forte e poderoso, mas conseguimos vencê-lo. Posteriormente, o próprio Presidente da República recusou-se a regulamentar a lei. Foi preciso que entrássemos com uma ação de responsabilidade contra o Presidente da República. Assim, ela foi regulamentada, e os Estados brasileiros passaram a receber uma compensação pelos minérios, pela energia e pelo petróleo que produziam.

Estabeleceu-se, na época, que a energia seria 6% do faturamento da empresa produtora de energia e os minérios seriam 3%. Como o **lobby** das empresas mineradoras é muito forte, o Governo, em uma segunda lei – a citada Lei nº 8.001 –, conseguiu reduzir essa taxa de 3% para 2% em alguns tipos de minérios, incluindo o ferro. Essa redução criou o imposto sobre o valor líquido do faturamento, o que significa retirar os recursos gastos com transporte, com tributos e com seguros – seguros inexplicáveis do ponto de vista do risco, por exemplo, da extração de minério no nosso País.

Essa lei, na distribuição que fez dos recursos do minério, destinou 25% aos Estados, 65% aos Municípios produtores e 12% ao Departamento Nacional de Produção Mineral, que seria obrigado a destinar 2%, desses 12%, para a proteção ambiental nas regiões mineradoras, por intermédio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Trago uma proposta que faz um acréscimo a essa lei. Proponho que, além dos 2% que o Ibama recebe para cuidar da preservação do meio ambiente nos locais de extração mineral, sejam destinados também 3% ao financiamento de projetos de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico, aplicados à exploração e ao beneficiamento de recursos minerais por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Sr. Presidente, solicito também que, do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, sejam aplicados, no mínimo, 40% em projetos de amparo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico das regiões Norte e Nordeste, mediante con-

vênios celebrados com universidades e centros de pesquisa nelas sediados. Trata-se de uma forma de corrigir uma distorção muito grave existente no nosso País: a distribuição dos recursos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico no nosso País. Os dados são realmente constrangedores.

Numa comparação em nível internacional, o Brasil é um País que aplica muito pouco recurso no desenvolvimento da ciência e da tecnologia – apenas cerca de 0,76% do seu PIB. Se compararmos com outros países do mundo, como o Canadá, por exemplo, que aplica 1,61%, ou mesmo Cuba, um país da América Central, de pouca expressão econômica mundialmente, que aplica 1,26% nessa área, estamos numa situação de muito atraso.

Há dados que demonstram que, além de serem poucos os recursos aplicados nessa área no Brasil como um todo, a diferença entre o que se aplica na região Sudeste e nas regiões Norte e Nordeste é absolutamente inacreditável. Há que se corrigir o erro que o Governo mantém com essas aplicações. A distribuição de recursos orçamentários tem seguido uma lógica perversa que concentra a quase totalidade de suas aplicações nas regiões Sul e Sudeste. O desenvolvimento científico e tecnológico tem sido assim. Os interlocutores do Governo justificam que os recursos são distribuídos segundo o tamanho da economia da região. Esse modelo ignora totalmente o tamanho das demandas e o potencial da região, desconsiderando especialmente suas riquezas naturais, no caso, a Amazônia, e ainda os preceitos constitucionais, que determinam ao Governo corrigir, com as aplicações orçamentárias, as diferenças regionais.

Segundo levantamento do jornal **Folha de S.Paulo**, de cada 100 alunos de doutorado no País, apenas 0,7% está no Norte e 3,8% estão no Nordeste; o restante, nas demais regiões do País. O Norte e o Nordeste não recebem sequer 5% do total dos alunos que fazem doutorado no Brasil.

Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, os investimentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em pesquisa – bolsas de doutorado, mestrado e fomento à pesquisa –, de 1995 a 1998 na região Norte, foram equivalentes a 0,37% do PIB da região. Esse número não é nem proporcional à economia da região. Trata-se de uma distorção que precisa efetivamente ser corrigida. Espero que os Parlamentares desta Casa se sensibilizem com os dados que apresentamos.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Ademir Andrade, cumprimento V. Exª por abordar importante tema. É lamentável que todos nós das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste estejamos aqui todos os dias denunciando e trazendo esses números incontestáveis – como V. Exª está fazendo agora – no que tange ao investimento no setor de pesquisa, de formação e de aperfeiçoamento de professores. Em todo o setor, é alarmante verificar que não há um plano efetivo de valorização, de inversão dessa equação que “beneficia” o Sul e o Sudeste. Essa concentração de desenvolvimento trabalha também contra as regiões Sul e Sudeste. A elite tecnocrata deste País ainda não pensou que esse modelo é perverso não só para o Norte e o Nordeste, mas também para o Sul e o Sudeste. Portanto, solidarizo-me com V. Exª, parabenizando-o pelo brilhantismo de seu pronunciamento.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Se analisarmos os dados do Ministério da Educação referentes a 1996, veremos que, nas regiões Sul e Sudeste, concentram-se 82,5% dos programas de pós-graduação e apenas 57,8% da população. Nas regiões Norte e Nordeste, essa proporção é de 13,3% dos programas para 35,7% da população, ou seja, é o inverso.

No mesmo sentido, apontam os dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico referentes a 1997 no tocante aos dispêndios em bolsas e em apoio a pesquisas. As regiões Sul e Sudeste concentram nada menos que 78% dos recursos de fomento daquela agência, enquanto as regiões Norte e Nordeste foram contempladas com apenas 14%. A distorção chegou a tal ponto, que hoje a região Sudeste controla praticamente todo o sistema de apoio à pesquisa no País: são desta região 118 dos 159 profissionais, que, por meio de comitês assessores, definem a destinação dos recursos financeiros de pesquisa e pós-graduação do CNPq. Também na Capes são maioria os representantes da região Sudeste, que detinham, em 1996, vinte e nove dos quarenta e dois lugares, sendo que não havia representante algum da região Norte do País.

Quanto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), dados referentes a 1996 também revelam que as regiões Sul e Sudeste concentraram nada menos que 85,3% das operações contratadas, ficando as regiões Norte e Nordeste com apenas 8,8%, quase dez vezes menos. Resultados muito semelhantes são obtidos dos dados referentes às operações contratadas

pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), coordenados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Veja bem, Sr. Presidente, não estou aumentando os impostos das empresas mineradoras. Aliás, se fosse possível, entendo que isso deveria ser feito, porque tais empresas, principalmente em nossa região – também em Minas Gerais –, exportam seus produtos praticamente sem nenhum benefício para o nosso País. Tenho sempre chamado a atenção do Congresso Nacional para o fato de que esse é um dos grandes problemas do Brasil. Somos um país basicamente exportador de produtos semi-elaborados e primários. O nosso produto industrializado está na faixa de 50% do total de tudo que é exportado pelo País, diferentemente dos chamados países desenvolvidos do Primeiro Mundo, onde o valor do produto industrializado, nas exportações, atinge cifras que chegam a 98% e o do produto semi-elaborado ou primário, a 2%.

Essa é outra distorção que o Brasil tem de trabalhar para corrigir. A idéia era a de que, quanto mais se cobrasse sobre o minério, mais haveria estímulo para que a industrialização fosse efetivada em nosso País. Lamentavelmente, o **lobby** das empresas mineradoras conseguiu que o Congresso Nacional reduzisse, em uma segunda lei, no caso do ferro, minério do qual o Brasil é um grande produtor mundial, o imposto para 2%, quando a aprovação inicial fora de 3%. Além disso, retirou-se desse recurso o dinheiro do seguro, do transporte e de outros tributos, reduzindo-se enormemente a quantia. Desta, 12% vão para o Ibama, dos quais 2% se destinam ao Departamento Nacional de Produção Mineral, que é obrigado a repassar 2% ao Ibama.

Estamos solicitando que, desses 12%, 3% sejam envidados para o Ministério da Ciência e Tecnologia; que o dinheiro seja reservado à área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e que 40% dele sejam destinados às regiões Norte e Nordeste do País. Este é o objetivo do nosso projeto. Ele não aumenta o imposto da empresa, não diminui a arrecadação dos Municípios e dos Estados brasileiros, apenas define que 3% do total desses 12% serão destinados à ciência e tecnologia, sendo 40% reservados para as regiões Norte e Nordeste do nosso País.

Espero que esse projeto receba o apoio dos Parlamentares desta Casa. Não tenho a menor dúvida de que isso acontecerá com os do Nordeste e Norte do País, mas espero que haja também a compreensão dos Parlamentares das outras regiões, porque essa é uma causa de justiça: as nossas universi-

dades estão precisando de recursos dessa ordem, a fim de aumentar as vagas para a pós-graduação, para o doutorado e para inúmeras matérias. Precisamos incentivar a pesquisa na área de mineração, para fazer com que os minérios saiam do Brasil cada vez mais preparados, agregando mão-de-obra e, portanto, melhorando o desenvolvimento da nossa região e do nosso País.

Era essa a minha manifestação sobre o projeto que pretendo apresentar a esta Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Jefferson Péres.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JEFFERSON PÉRES NA SESSÃO DE 17-1-2000, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Expedito Medeiros, Sacerdote da Paróquia da cidade de São Paulo do Potengi, no Estado do Rio Grande do Norte.

Monsenhor Expedito Medeiros foi sagrado sacerdote em 1939. Nesses 61 anos de vida sacerdotal, 56 foram dedicados à Paróquia de São Paulo do Potengi, no Rio Grande do Norte, recusando-se sistematicamente a ocupar cargos hierárquicos na Arquidiocese, inclusive o de Arcebispo, para ficar junto à gente, os mais humildes de toda uma região das mais pobres do estado. Homem de talento, estudioso e vivendo os problemas do Nordeste, dedicou toda a sua vida à solução de um que, na região é fundamental, o problema da água. Por essa razão tornou-se conhecido em todo o

Rio Grande do Norte como o "Monsenhor das Águas", acompanhando estudos, providências, atos, obras, inaugurações de poços, adutoras e barragens.

Freqüentou ciclo de debates, reuniões de estudos, concedeu entrevistas, protestou, quando era o caso, louvou, quando necessário, marcando com a sua palavra e sua presença todos os atos e debates que realizaram-se para o encaminhamento de soluções do problema vital para a vida e para o desenvolvimento, ou mesmo para a sobrevivência das atividades rurais. O Monsenhor Expedito Medeiros faleceu domingo passado, às 22h15min em Natal, onde se encontrava em tratamento. Sentindo porém, que a sua hora estava próxima, deixou muito clara a sua vontade de ser sepultado na pequenina cidade de São Paulo do Potengi, que adotara há mais de meio século como sua e seus habitantes seus conterrâneos.

Voto de pesar, comunicando à família, à sua Excelência Reverendíssima Dom Heitor de Araújo Sales, Arcebispo da Arquidiocese de Natal, ao Prefeito Municipal da cidade de São Paulo do Potengi.

Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2000. – Senador **Agnelo Alves**.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Agnelo Alves.

O SR. AGNELO ALVES (PMDB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e ao nobre orador.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi o registro desse voto de pesar pelo falecimento de Monsenhor Expedito não apenas pelo sacerdote que foi, mas pelo lutador que durante toda a vida esteve ao lado dos pobres. Sua vida foi dedicada exclusivamente à população pobre que escolheu para pastorear. Monsenhor Expedito se recusou a exercer todos os cargos da hierarquia da Igreja Católica para ficar junto àqueles a quem escolhera como suas ovelhas como para o pastoreio de Deus. Nos últimos anos dedicou a sua vida à solução de problemas graves da região Nordeste, entre os quais quero eleger o da água. Foi Monsenhor Expedito que, no meu Estado, levantou a voz contra as soluções que estavam sendo dadas ao problema da água. Ele verberou chamando cada um e a todos de sibaritas. Fez com que todos recuassem e passassem a apoiar a solução do problema.

Eu gostaria também de frisar um fato, para mostrar o bom humor e o sentido do homem que era Monsenhor Expedito. Num debate sobre o problema da água, com autoridades, jornalistas e diversas outras pessoas, chegou uma senhora com uma bandeja para servir água às autoridades. Ele perguntou: "Aon-

de a senhora vai?" Ela disse: "Vou levar essa água para as autoridades". Ele disse: "Não, não vá. É preciso que elas sintam a sede que todos nós, os pobres daqui, sentimos. Só assim, sentindo a sede, elas poderão adotar as providências que se fazem necessárias." Fez isso sem nenhuma ira – que seria a santa ira –, mas com humor, que todos perceberam e aprovaram.

Portanto, peço a V. Ex^a que faça chegar, com aprovação desta Casa, à Arquidiocese de Natal e à família do Monsenhor Expedito nosso voto de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A Mesa se associa às homenagens propostas por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero solidarizar-me com o Senador Agnelo Alves pela justa homenagem que faz a uma figura religiosa do Nordeste e dizer que se conseguirmos cultivar a memória desses homens que representam tanto para a vida de nossas comunidades mudaremos o País. O importante é que o Brasil saiba fazer juízos de valor que estejam à altura da dimensão humana, como muito bem foi salientado por V. Ex^a.

Então, sou francamente solidário a esse requerimento, que foi aprovado também pela sensibilidade da Mesa.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Estou muito agradecido a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero trazer aqui um fato que ilustra, acredito, um problema e uma angústia de milhares de brasileiros, que não deve ficar isolado por ser uma carta simples e muito objetiva de um cidadão acreano, que recebi quando estive visitando os Municípios no período de dezembro e janeiro. Ela fala sobre a situação dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, da Caixa Econômica Federal, e, a meu ver, traduz fielmente a angústia e o desrespeito que pairam sobre milhares de brasileiros que passam por esse tipo de problema. Foi escrita por um cidadão que já foi Prefeito, Governador, Deputado Federal pelo Estado do Acre e que hoje vive como um digno cidadão de classe média e já teve o sonho de um dia ter uma casa própria também. Inscreveu-se em 1968 para adquirir um apartamento em 360 prestações durante o período

do de 30 anos. Este cidadão, Sr. Joaquim Falcão Macedo, coloca nesta carta o seguinte: "Em 30 de novembro de 1999, quando comemorava o pagamento da última prestação, fui notificado pela Caixa Econômica Federal de que ainda teria de pagar mais 15 anos, ou seja, 180 prestações."

Esse cidadão, que tem quase 75 anos de idade, quando comemorava em família a quitação de um apartamento, depois de 30 anos de prestações cumpridas religiosamente, é avisado de que sua dívida estaria sendo prolongada por mais 15 anos. Então, faz uma pergunta que todos deveriam fazer: se uma pessoa com quase 75 anos de idade tiver de passar mais 15 anos de sua vida pagando prestações de um apartamento cujo contrato, feito em 1968, era outro, será que poderá, em vida, quitar esse compromisso que não foi feito nem assinado por ela, mas pela Caixa Econômica Federal? A CEF, a meu ver, arbitrariamente toma uma medida unilateral que fere princípios do consumidor, do cidadão brasileiro e atinge milhares de pessoas neste País.

Tais situações devem ser levadas adiante neste País, não podendo mais ser adiadas. Está-se negando o direito ao cidadão brasileiro de, junto com sua família, pensar em adquirir um imóvel que possa pertencer a si, deixando dessa forma uma lembrança de vida a seus familiares.

Vale lembrar que a Caixa Econômica Federal foi criada em 1861, na cidade do Rio de Janeiro, pelo Imperador D. Pedro II, com a finalidade inicial de recolher depósitos populares em poupança e emprestá-los sob penhor às classes menos favorecidas.

A missão da Caixa é: "Promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade, intermediando recursos e negócios financeiros de qualquer natureza, atuando prioritariamente no fomento ao desenvolvimento urbano e nos segmentos de habitação, saneamento e infra-estrutura, e na administração de fundos, programas e serviços de caráter social."

A intervenção da Caixa Econômica Federal é obrigatória em todas aquelas causas em que se discutem valores relativos aos contratos de financiamento para aquisição de bem imóvel celebrados sob as normas regentes do Sistema Financeiro de Habitação, independentemente da presença ou não da cláusula relativa ao chamado FCVS Fundo de Compensação de Valores Salariais.

A partir de então, tomaram-se como instrumento o desrespeito a contratos feitos originariamente e a permissão de dilatação de dívidas que não deveriam ser apresentadas ao usuário brasileiro.

Segundo Miguel Guskow, Subprocurador-Geral da República, "à Caixa Econômica Federal compete a

fiscalização da sociedade de crédito imobiliário, **ex vi** do estabelecido na legislação de regência (arts. 35 e 41 da Lei nº 4.380/64 c/c art. 1º, § 1º, do Decreto-Lei nº 2.291/86). Entretanto, descure-se do seu dever legal extrajudicialmente e, quando é chamada a integrar a lide, escusa-se de tal mister sob o argumento de que seu ingresso no feito é facultativo, ou que não tem interesse na causa, ou ainda que o contrato firmado entre as partes se ressentia de cláusula relativa ao Fundo de Compensação de Valores Salariais" – esse famigerado FCVS. "Nenhuma das condicionantes para se eximir da responsabilidade é legítima."

Uma das atividades desse agente financeiro é a oferta de serviços de crédito de que se utilizam os mutuários para a compra de imóvel dos vendedores, sendo que a remuneração desses serviços é representada pelos juros incidentes sobre o valor do financiamento, acrescidos da correção monetária e com a finalidade de se manter a equação financeira inicial do contrato.

Vejo essa atividade ofertada pelos agentes financeiros como uma relação de consumo, mediante o empréstimo de determinada quantia em dinheiro sobre a qual incidem juros e que será ressarcida pelo mutuário em prestações mensais durante um período determinado. Enquadra-se no conceito de fornecedor estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor em seu art. 3º, § 2º: "O mutuário do sistema financeiro de habitação, de interesse social, está compreendido no conceito de consumidor, nos termos da Lei nº 8.078, de 11/09/90, que, definindo serviço, para fins de incidência de suas normas, faz incluir no conceito as atividades de natureza bancária, financeira e de crédito (art. 3º, § 2º – Juiz Olindo Menezes, AG 96.01.45428-4/MT; Agravo de Instrumento; decisão da Terceira Turma, por maioria, deu provimento ao agravo de instrumento).

Em seu art. 2º, o Código de Defesa do Consumidor define consumidor como "toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final".

Essa atividade que a Caixa Econômica exerce, que empresta ao público desde que satisfeitas algumas exigências que necessita de casa para moradia, encerra uma relação de consumo.

Essas relações são firmadas mediante contratos cujas cláusulas uniformes são dirigidas por autoridade governamental (Conselho Monetário Nacional) e preestabelecidas de forma unilateral pelo agente financeiro, não se facultando ao mutuário a discussão ou modificação substancial do conteúdo já escrito. O mutuário é limitado a aceitar as cláusulas em bloco já previamente elaboradas.

Ao consumidor restam apenas as alternativas de aceitar ou não o contrato, não podendo modificá-lo mesmo que as cláusulas ali apresentadas o coloquem em desvantagem financeira.

Assim, o mutuário que comprou seu imóvel em 1968 com financiamento a ser pago em 30 anos, quando chega a última prestação em 1999 e ele comemora o final do financiamento, é notificado pela Caixa para refinarçar o saldo devedor em mais 180 prestações ou pagá-lo a vista, sob pena de perder o imóvel, pois seu contrato não possuía uma cláusula de que ele era optante do FCVS, Fundo de Compensação de Valores Salariais, a qual se integrasse seu contrato seria quitado o seu imóvel ao final de 30 anos.

Ora, mesmo se o mutuário soubesse que haveria essa possibilidade quando do fechamento do contrato, ele não poderia fazê-lo, pois foge às regras do Conselho Monetário Nacional.

Princípios da transparência, da boa-fé objetiva e da equidade contratual, bem como a proibição de cláusulas abusivas, são preceitos estabelecidos expressamente pelo Código de Defesa do Consumidor e independentes de pacto contratual. É conduta obrigatória, originada de previsão constitucional e mandamento legal de interesse social de ordem pública.

Mesmo que um contrato seja anterior a 1º de março de 1991, quando as normas do Código de Defesa do Consumidor entraram em vigor, essa relação de consumo deve ser regida seguindo a proteção da ordem pública e interesse social, nos termos do art. 5º, XXXII, art. 170, V da Constituição Federal.

Posso entender que o caso ilustra a violência praticada pelo Conselho Monetário Nacional ao cidadão brasileiro que tem o direito justo, democrático e soberano de ter acesso a um imóvel que possa representar uma aquisição para si e para sua família.

Lamento profundamente que as instituições brasileiras e o Conselho Monetário Nacional dêem, como resposta a um indivíduo que quitou de maneira judiciosa 30 anos de uma dívida assumida, o prolongamento da dívida por mais 15 anos. E não sabemos se esse indivíduo em vida vai poder cumpri-la como imaginava em 1968.

O que tenho a dizer é que todos os cidadãos envolvidos nesse tipo de agressão e desrespeito por parte do Conselho Monetário Nacional devem entrar na Justiça, lutar por seus direitos, para não pagar por um ato que fere a dignidade do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, um editorial impregnado de emoção e que suplanta qualquer outro comentário foi lido dia 14 último pelo brilhante jornalista e âncora do programa de televisão Cidade Alerta, da Rede Record, José Luiz Datena, ao apresentar o noticiário sobre mais um ciclo de inundações que flagelam São Paulo, destruindo vidas, lares e instalações empresariais por toda parte.

Redigido pelo Diretor de Jornalismo daquela emissora, jornalista José Luiz Gonzaga Mineiro, a quem envio os parabéns pela concisão e precisão, o editorial verbera vícios políticos contrários ao humanitarismo, à moral e ao bom senso, que se repetem e alimentam a indignação popular ante a impassibilidade de quem promete, se elege e não cumpre, esquecendo-se de que é um procurador escolhido pelo povo para, fundamentalmente, cumprir o prometido.

Gostaria de ter o dom de transmitir a emoção contida no texto, como o fez Datena. Mas, de qualquer forma, creio que possa e deva reproduzir o que nele está dito para conhecimento dos meus nobres Pares. Eis o editorial:

"Chove. Lá na roça, no campo!

Lá, a chuva é bem-vinda. Faz a semente brotar. Produz alimento. Produz sobrevivência. Produz... sobretudo esperança...

Chove, aqui na cidade!"

Em todas as grandes cidades, a chuva também produz. Produz a catástrofe. Produz o medo, produz o pavor!

Faz nascer, crescer e florescer a indiferença do cidadão pelo governante!

Governante que lhe é indiferente o tempo todo. Desculpe, não é o tempo todo. Em períodos eleitorais, eles surgem, pródigos, fartos de propostas e promessas.

FARTOS DE MENTIRAS, ISSO SIM!!!

São hipócritas e desonestos como comprovam as CPIs da vida e as pesquisas sobre capacidade, credibilidade etc.

O cidadão, pagador de impostos, honrado, é invadido pelas águas, pelo lixo e pela lama da omissão pública.

Apenas discursos! Uns acusam outros, como se a culpa não fosse de todos. Há, sem dúvida, omissão.

Há irresponsabilidade social!

Os danos materiais são incalculáveis...doem no bolso, na falta de capacidade de refazer a casa...

De refazer a vida...

De reencontrar o fogão, quase aposentado por falta de comida, no rio que invadiu a fábrica que tirou o emprego!

Que vai aos poucos tirando a coragem, roubando a dignidade, infiltrando lento e gradualmente no coração de cada um.

Amargor de ódio, de raiva, de desrespeito!

Não vale a pena, irmão!

O dano foi material – uma rotina de cada chuva.

O que dizer, então, àqueles que perderam tudo: a vida dos mais próximos ... pai, mãe, filhos e irmãos ...

É impossível se indiferente!

A indignação é inevitável!

Temos sensibilidade. Não temos mandatos.

A morte pode estar na curva da estrada ...

Num acidente ...

Numa fatalidade!

Mas ...

Na curva do rio?

Do córrego?

Como em todos os anos?

Como todas as previsões?

Não... Não é fatalidade! É omissão!

É CRIME!

Lá no interior, o cidadão olha para as nuvens carregadas e fica feliz. vê esperança.

Aqui na cidade grande, ele olha para o céu, e a perspectiva de chuva é sinal de que, mais uma vez, vai colher a indiferença ... menosprezo, e concluir que é cidadão de segunda categoria! Apesar de ter um voto na mão..."

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o editorial da TV Record, assim como as chuvas e inundações que lhe deram origem, surgiu no momento em que grandes jornais ocupavam-se de mais um escândalo na área municipal paulistana.

Com isso, desabonavam acusações de culpa da população pela tragédia. Explico: o Exm^o Prefeito Celso Pitta e seus auxiliares, em entrevista à imprensa, alegaram a seu favor que parte da população paulistana larga o lixo residencial nas ruas sem as devidas precauções, o que resultaria no entupimento de bueiros e galerias de águas pluviais, além da obstrução de córregos recém-canalizados. Mas, o que se pode ler, principalmente nos respeitadíssimos jornais **Folha de S.Paulo**, dos dias 11, 12 e 14 últimos, e **O Estado de S.Paulo**, também do dia 14, demonstra que tal alegação, a par de ser improcedente, tem sido utilizada para mascarar a inépcia da Prefeitura na prevenção de enchentes periódicas, previsíveis e, portanto, evitáveis. Tanto que o setor de coleta e varrição de lixo está sendo palco de um dos maiores escândalos já

acontecidos no âmbito da administração municipal paulistana, com denúncias de fraudes que envolvem a imperfeita atuação de empresas contratadas para tais serviços, colocam sob suspeita concorrências públicas e motivam ações judiciais pelas quais se sabe que as irregularidades, apenas em trabalhos não realizados, teriam consumido R\$717.200.000,00 – Sr. Telespectador da TV Senado, repito, R\$717.200.000,00 –, ou seja, 60% dos gastos, o suficiente para construir 51.214 apartamentos populares dentro do Projeto Cingapura.

Assim, a **Folha de S.Paulo** do dia 12 do corrente noticia em ampla reportagem, na primeira página do 3^o Caderno, que uma comissão criada pela própria Prefeitura de São Paulo e formada por assessores jurídicos das Secretarias das Finanças, dos Negócios Jurídicos e das Administrações Regionais sugeriu que sejam processados todos os secretários de Serviços e Obras das Administrações Regionais, desde 1995. Isto porque concluiu que houve irregularidades nos gastos de mais de R\$1,26 bilhão, relativos aos serviços de coleta e varrição de lixo pagos pelo município nos últimos cinco anos – portanto, não podia ter nem uma folha de árvore na rua quando o outono chega –, e responsabilizou aqueles oito secretários e ex-secretários municipais. A matéria da **Folha**, assinada pelos jornalistas Mário César Carvalho e Sílvia Corrêa, reproduz trechos do relatório, um dos quais diz:

"O apontamento dos serviços era feito de maneira estritamente formal, apenas reproduzindo os dados do contrato (quantidades e preços unitários), multiplicados pelo número de dias do mês, como se fosse crível que serviços de tal envergadura pudessem ter sido executados à perfeição durante 365 dias no ano".

E prossegue a reportagem:

"O grupo de apuração foi criado em setembro a pedido de Pitta, para apurar as irregularidades do lixo 'em todas as áreas do município'. Em 90 dias – os trabalhos foram concluídos em 10 de dezembro –, a comissão encontrou irregularidades de todos os tipos. São pelo menos sete falhas, que começam na assinatura dos contratos e se alastram em uma sucessão de aditamentos ilegais. Em apenas uma delas – na conversão de cruzeiro para real – o prejuízo aos cofres públicos chegou a R\$176,400 milhões."

Lembro-me aqui, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, sobre o caso dos precatórios, quando, ao reescalona-los, na transformação de cruzeiros para reais, deixaram todos os zeros. Assim, somaram-se valores enormes que a população tem "a obrigação de pagar", sem que haja punição e sem que sejam obrigados a restituir aos cofres públicos aquilo que indevidamente fortaleceu o patrimônio daqueles que não merecem respeito da população.

"Há mais. Segundo a comissão, o Município gastou 144 milhões e 200 mil reais para reforçar a varrição em um projeto inexistente, contratou em duplicata quilômetros de varrição – gastando 56% a mais com o mesmo serviço na recontração, segundo o Tribunal de Contas do Município – e antecipou a data de pagamento pelos serviços, em um 'claro favorecimento das empresas'. Em resumo, a comissão afirma que a 'informalidade' com que a Prefeitura trata a limpeza urbana é incompatível com os valores envolvidos nos contratos e com os princípios da administração."

Diante dos resultados da apuração, a Prefeitura limitou-se a comunicar à imprensa, por intermédio do porta-voz do Prefeito, que "esse relatório não é oficial porque não foi avaliado pelos Negócios Jurídicos".

Não sei que negócios são esses. Se a Senadora puder me explicar depois, eu gostaria de ouvi-la.

É evidente que a Prefeitura não é responsável pela inclemência dos temporais que castigam minha cidade nesta época do ano. Mas pode ser responsabilizada pela falta de providências para evitar inundações. Por exemplo, paralelamente às falhas na coleta do lixo e varrição das vias públicas, verifica-se que a administração empenhou apenas 2% da verba disponível no Orçamento Municipal para obras antienchentes no córrego do Ipiranga. Na tarde do dia 12, o córrego transbordou, inundando as avenidas Ricardo Jafet e Abraão de Moraes, onde a Sr^a Sônia Lima Caribé César, de 38 anos e grávida de cinco meses, morreu depois de ser arrastada dentro de seu carro submerso. De acordo com o sistema de Execução Orçamentária da Prefeitura – revela a **Folha de S. Paulo** do dia 14, na página 5 do 3º Caderno, em matéria assinada pelo jornalista Otávio Cabral –, a Secretaria das Vias Públicas tinha, no orçamento original, 5 milhões de reais para obras no Ipiranga. Na correção orçamentária, o valor caiu para 1 milhão, o que corresponde a uma redução de 80%. Desse valor, a Secretaria empenhou, isto é, reservou para pagamentos apenas 100 mil reais, o que corresponde a somente 2% da verba disponível. E, para reforçar a ausência de investimento no córrego – talvez o mais conhecido no País, pois suas margens, nem sempre plácidas, ouviram o grito da Independência – "a Prefeitura não liquidou nem pagou nenhum real utilizado em limpeza e canalização".

Quatro dias antes, o mesmo jornal havia revelado outra falha da Prefeitura no combate às enchentes. Dos 12 milhões de reais previstos para limpeza de bocas-de-lobo, apenas 5,4 milhões foram empenhados, apesar de se saber que o entupimento de bueiros, ao lado do transbordamento de córregos, "é o grande motivo das enchentes que causam transtornos em São Paulo todo verão".

Senadora Heloisa Helena, quero agradecer-lhe a gentil cessão, razão por que ocupo a tribuna neste momento.

Conversei com dois promotores públicos que abordaram os servidores que pintavam os bueiros de amarelo como se estivessem em condições de receber água fluvial para aliviar as enchentes. Estavam apenas pintando, mas não receberam ordens para limpá-los. É um crime que deve ser apurado. Em quantas cidades isso vem acontecendo?

Além de não prevenir os danos das enchentes, "a inépcia da Prefeitura de São Paulo criou a oportunidade de mais rendosos negócios no já lucrativo e suspeitíssimo serviço de limpeza pública", conforme afirma o editorial "Lixo e Prefeitura" também da **Folha de S. Paulo** do dia 11 último, antes de completar:

"Desde 1998, este governo municipal estranhamente tenta alinhar uma concorrência que não seja legalmente defeituosa, sem consegui-lo. Os contratos atuais venceram em novembro. A administração de Celso Pitta os prorrogou por seis meses. Talvez haja outra prorrogação, pois o novo edital de licitação apresenta as mesmas falhas do anterior."

O editorial lembra que os contratos têm sido "aditados às dezenas", ou seja, "aumentam-se serviços e valores pagos às quatro empresas que dominam o negócio, sem nova licitação". Depois, acentua que "não seria tanto de estranhar se os novos acertos se mantivessem em consonância com os índices de inflação verificados". Conforme frisa o jornal, "a despesa da Prefeitura com os serviços de lixo aumentou em mais de 200%" e promotores levaram o caso à Justiça.

"O caso do lixo se conecta ao da propina", diz o jornal. E, sobre isso, poderiam falar, com mais propriedade do que eu, os integrantes da força-tarefa, composta por autoridades policiais e do Ministério Público, empenhada na apuração de toda sorte de ilícitos penais ocorridos no âmbito do Executivo e Legislativo municipal paulistano. "Empresas pagavam propina a funcionários, entre outras finalidades, com o intuito de fraudar a fiscalização da coleta", diz a **Folha**, lembrando que "uma empresa o admitiu à polícia". Outra emprestava carro e motorista a uma vereadora já casada graças às investigações daquela força-tarefa.

E o editorial termina com o seguinte fecho:

"Pesquisa Datafolha mostrou que se varriam ruas com menos frequência que o registrado, e pago pela Prefeitura. Planilhas de fiscalização de serviços de limpeza já pagos não estavam preenchidas. Durante a gestão Pitta, caiu estranhamente o número de multas aplicadas por má prestação de serviço, apesar de a cidade estar, sabidamente, em condições de lim-

peza indesejáveis e haver evidências fortes de propina no setor. Passam da dezena as irregularidades e omissões no controle do trabalho das empresas de lixo. Como consequência, entupiram-se os escoadouros de água da cidade, o que, obviamente, contribuiu para as enchentes. E, desse forma, vai terminando o mandato de Celso Pitta”.

Por sua vez, o jornal **O Estado de S.Paulo** do dia 14 publicou editorial sob o título “A Sujeira Irremovível”, abordando os trabalhos realizados pela comissão da Prefeitura que apurou as irregularidades, pelo Tribunal de Contas do Município e pelo Ministério Público. Permitam-me lê-lo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pois parece-me ser peça inseparável do que acabo de dizer. Eis a matéria:

“A pedido do prefeito Celso Pitta, uma comissão formada há quatro meses por assessores jurídicos das Secretarias de Finanças, de Negócios Jurídicos e das Administrações Regionais investigou as irregularidades ocorridas desde 1995 no setor de limpeza urbana de São Paulo. O resultado surpreendeu o prefeito e seus assessores. O relatório final da comissão apontou irregularidades nos gastos de R\$1,2 bilhão referentes aos serviços de coleta e varrição de lixo, pagos pela Prefeitura e responsabilizou oito secretários municipais pela fraude.

Não havia, no entanto, por que se surpreender. Afinal, desde 1996 essas falcaturas têm sido apontadas em auditorias do Ministério Público, Tribunal de Contas do Município e em investigações da própria Polícia. Sempre ignoradas pela Prefeitura.

Só agora, quando as mesmas conclusões partem de funcionários do Executivo, o Secretário de Negócios Jurídicos, Edvaldo Brito, resolveu se indignar e anunciou: vai refazer o trabalho de apuração comandado por assessores que ele e seus companheiros de secretariado indicaram e, em vez de investigar os acusados pelas fraudes, vai investigar os membros da comissão! Isso porque, segundo eles, eles podem ter agido por motivação política.

A posição da Prefeitura nas denúncias de desvios de verbas no setor de limpeza foi o inverso daquela que se espera de um governo interessado em fiscalizar com rigor o uso do dinheiro público.

Diante das sete ações movidas pelo Ministério Público – baseadas em auditorias do Tribunal de Contas Municipal que apontaram, nos últimos anos, a contratação de serviços desnecessários, aditamentos que aumentaram em até 100% os contratos firmados, falta de fiscalização dos serviços prestados e pagamentos antecipados de empreiteiras –, a resposta da Prefeitura foi contestá-las, abrindo mão de cobrar

dos responsáveis uma reposição de recursos que pode chegar a R\$1,4 bilhão. Isso mesmo depois de algumas das fraudes terem sido assumidas por servidores e até pelo presidente de uma das empresas prestadoras de serviço.

Em vez de proceder à “limpeza” do setor de limpeza, que se transformou num dos maiores nichos de corrupção, o prefeito e seus assessores preferem defender quem permitiu os abusos. Mais do que isso, facilitam a abertura de novos ralos para que mais verbas públicas se escoem.

Desde novembro, o **Jornal da Tarde** denuncia irregularidades no edital de licitação dos serviços de varrição e coleta de lixo da cidade. Erros primários no edital causaram a suspensão do processo, no final do ano, levantando suspeitas de que tenham sido propositais, para que contratos emergenciais fossem firmados com as empresas que já prestam serviços ao Município.

Agora, ao ser reeditado, o edital trouxe, além dos mesmos erros, a informação de que a Prefeitura pagará R\$30,1 milhões a mais pelos serviços de varrição do que o previsto no primeiro edital. Além disso, o documento foi divulgado pela Internet, um meio que a lei ainda não reconhece como válido para a publicação de documentação como editais de licitações. Conforme a lei, o edital tem de ser impresso.”

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade. Fazendo soar a campanha.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já estou terminando, Sr. Presidente.

“Além disso, desde que foi veiculado pela rede, o documento sofreu alterações sem que os concorrentes tenham sido avisados. Ou seja: num determinado dia, quem acessou a Internet copiou um edital com itens que seriam mudados no dia seguinte. A lei estabelece que toda a alteração pressuponha a suspensão do processo até que todos os concorrentes sejam avisados da mudança e possam fazer suas propostas de acordo com as novas normas. Sem isso, a irregularidade torna-se gravíssima e enseja a anulação do edital.

Ao que parece, é tão manifesta a ânsia de preservar os atuais fornecedores do serviço de limpeza que não há meio de se publicar um edital isento de defeitos. Assim, a cidade continuará suja porque suja continua sendo a sua administração.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero deplorável – e magoa-me como paulistano que sou – ter que remexer em tanto lixo, causador em grande parte da situação caótica e das tragédias vividas por São Paulo a cada verão. Mas o texto lido no Programa Cidade Alerta da TV Record impeliu-me a assim agir, fazendo-me trazer à baila, desta tribuna, mazelas que

assolam uma administração responsável pela execução do terceiro orçamento público existente no País. Como disse o editorialista, "é impossível ser indifferente! A indignação é inevitável!"

Muito obrigado.

Era isso que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra à eminente Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a atual convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo Presidente da República tem suscitado um grande debate que contempla os aspectos relacionados ao custo, à oportunidade política, à necessidade de reedição de medidas provisórias e à extensão da pauta ou por diversos outros motivos.

Desejo, todavia, tratar de apenas um deles, qual seja a pauta da convocação extraordinária, principalmente no que se refere às prioridades que nela foram inseridas, pelo fato de que, aos projetos apresentados pela Comissão Mista de Combate à Pobreza, três emendas à Constituição foram tidas como prioritárias para tramitação nesta Casa, como o Projeto de Renda Mínima e do Orçamento Social, a manutenção do valor do poder aquisitivo do salário mínimo e a criação do Fundo de Combate à Pobreza. Essas três propostas resultaram do trabalho da Comissão de Combate à Pobreza. No entanto, para efeito de prioridade na convocação extraordinária, apenas a criação do Fundo de Combate à Pobreza é que foi inserida na pauta e as demais, pelo menos para essa prioridade que, do meu ponto de vista, era equitativa às demais, até porque ambas as propostas fazem parte de uma decisão unânime de 19 Srs. Deputados e 19 Srs. Senadores, não tiveram o mesmo peso e a mesma ênfase na convocação, quais sejam: a renda mínima, o orçamento social e a manutenção do valor do poder aquisitivo do salário mínimo.

Não entrarei no mérito da polêmica que está em torno da convocação em si, até porque pretendo destacar essa questão posteriormente.

Todavia, cumpre destacar que a convocação tem base em preceito constitucional, é feita pelo Presidente da República e, no caso, sendo uma convocação com base em preceito constitucional, não haveria possibilidade de o Congresso se recusar a cumprir essa sua obrigação constitucional, até porque, se o Governo Federal institui uma pauta e diz que ela está se ressentindo da convocação extraordinária, o Governo deve ter feito o devido peso com relação a ela, muito embora, do ponto de vista dos itens apresenta-

dos, da dinâmica do processo de votação, pelas matérias que estamos aqui apreciando, com certeza essa avaliação não tenha sido feita com o devido rigor que se faz necessário, até porque o Congresso Nacional é o elo mais fraco de toda cadeia de crítica que a sociedade faz.

Com relação às instituições políticas, é claro que parece que a cada início de ano o Governo paga para que para que o bode expiatório, Congresso Nacional, receba todas as bofetadas em ambas as faces, da sociedade brasileira. Mas, como falei anteriormente, não é essa a oportunidade para tratar do tema, até porque não quero fazê-lo pura e simplesmente na defesa do que acontece na dinâmica do Congresso, porque críticas devem ser feitas, mas a Instituição não pode ser execrada publicamente, como se fosse um peso, um prejuízo à democracia. Os erros devem ser corrigidos. No entanto, a Instituição é fundamental, até porque é ela que deveria -- e de certa forma consegue -- dar eco aos gritos da sociedade, que nem sempre pode chegar perto do Presidente.

É preciso que a sociedade brasileira seja informada cotidianamente das especificidades do trabalho legislativo. É aqui o fórum dos debates nacionais. E, como falei anteriormente, muito embora, em muitas oportunidades, tais debates passem ao largo daquilo que é a agenda sentida pela sociedade brasileira, é aqui também que, em alguns momentos, a sociedade brasileira tem a oportunidade de se expressar, seja por meio de Partidos que tenham compromisso e vínculo com essa luta da sociedade, seja por intermédio da ação independente de políticos que, muito embora pertençam a Partidos conservadores, têm a ousadia e a coragem de, de forma independente, vincular a sua ação aos interesses da sociedade brasileira.

Não há como deixar de lembrar que ao Poder Executivo cabe a responsabilidade pela execução dos projetos. Em suma, o resultado das proposições que aqui são apresentadas e votadas pelos Senadores da República se dá num tempo regimental específico. É bem verdade que nem sempre o tempo que determinadas matérias permanecem nesta Casa obedece ao chamado tempo ético.

Creio que a idéia do tempo ético para a tramitação das matérias é fundamental numa discussão que podemos fazer. Qual é o tempo em que uma matéria de alta relevância para a reforma agrária deve permanecer nas Comissões? Qual é o tempo ético para propostas tão importantes como essas da Comissão de Combate à Pobreza, quer seja o Fundo de Combate à Pobreza, quer seja o Orçamento Social e Renda Mínima, quer seja a Manutenção do Valor do Poder Aquisitivo?

sitivo do Salário Mínimo? Qual é o tempo ético de tramitação? Ou será que, em muitos momentos, nós não estamos extrapolando esse tempo ético e protelando a tramitação dessas matérias, porque elas ferem aos interesses do Poder Executivo, ferem aos interesses daqueles que não querem dar oportunidade à sociedade para se expressar naquilo que lhe é mais elementar, que lhe é mais fulcral?

Sendo assim, cabe destacar uma falha grave na pauta da convocação extraordinária: ao contemplar a Proposta de Emenda à Constituição que cria um Fundo Constitucional de Combate à Pobreza (de autoria da Comissão de Combate à Pobreza) – no caso do Fundo apresentado pelo Relator Roberto Brant, bem como temos a proposta de Fundo apresentada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães antes da Comissão, que já tinha inclusive uma dinâmica de tramitação dentro da Casa –, deixou de incluir duas outras PECs que, da mesma maneira, receberam igual prioridade, de forma unânime, pelos membros daquela Comissão. Há que se lembrar: como falei anteriormente, foram 19 Srs. Deputados e 19 Srs. Senadores que fizeram parte da referida Comissão e consideraram as propostas fundamentais, fulcrais para as ações de combate à pobreza.

Vou detalhar rapidamente algumas das PECs desconsideradas pela pauta da convocação extraordinária. A primeira é sobre a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo. O efeito e a importância da aprovação desta emenda constitucional seriam sentidos por milhões de brasileiros que ainda recebem apenas um salário mínimo, de R\$136,00, para custear sua sobrevivência.

Não quero ficar repetindo números sobre a situação de pobreza e de miséria do nosso País, mas cabe lembrar que 50% da população brasileira, segundo dados do IPEA, é constituída de pessoas pobres, sendo que grande parte delas está abaixo da linha de miséria. Nunca é tarde demais para repetir que são 73 milhões de pobres, com 43 milhões de pessoas vivendo com menos de US\$1.00 por dia.

Tenho a honra de estar ao lado do Senador Eduardo Suplicy, que, durante todo o tempo na Comissão, fez um trabalho pedagógico e sacerdotal de explicar a cada membro a necessidade de uma renda de cidadania, que deve ser a estrela de Davi a ser perseguida pela sociedade brasileira, pelos governantes, pelo Congresso Nacional. Esta proposta também tem importância fundamental.

A outra PEC desconsiderada trata do orçamento social, que se constitui num instrumento muito importante para destacar recursos a serem vinculados a

ações de combate à pobreza, que não podem ficar circunscritas à esfera das ações emergenciais, do imediato, mas devem contemplar ações estruturais, como por exemplo a bolsa-escola, a reforma agrária, atividades voltadas para geração de emprego e renda e qualificação das pessoas, para que estas tenham oportunidade no mercado de trabalho.

De tal sorte, o fato de essas propostas estarem em segundo plano pode fazer parecer à sociedade que, na pauta da convocação extraordinária – que só é extraordinária pela relevância das matérias, de caráter inadiável pelo que significam e representam para o País –, elas não seriam tão importantes – do que discordo completamente. Da mesma forma que o Fundo é importante, igualmente importante é o orçamento social, o programa de renda mínima e a manutenção do valor aquisitivo do salário mínimo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) V. Ex^a permite-me um aparte?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, pois já me encaminho para a conclusão deste registro. Como falei anteriormente, ainda não vou me ater ao mérito da convocação em si, assunto polêmico que desejo tratar em outra oportunidade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) Senadora Marina Silva, concordo plenamente com V. Ex^a. Temos conversado sobre esse assunto e precisamos expor com muita clareza, sobretudo na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas também aqui no Plenário do Senado, que o fato de estarmos examinando apenas a proposta de criação de um Fundo de Combate à Pobreza, em decorrência da proposição do Senador Antonio Carlos Magalhães, e de apenas parte do que foi proposto pela Comissão Mista de Combate à Pobreza, seria algo totalmente inadequado. Quando da reunião de conclusão e votação do relatório da Comissão Mista de Combate à Pobreza, o Deputado Roberto Brant perguntou-nos, diante das observações que todos nós fazíamos, Deputados e Senadores do Bloco de Oposição, se estaríamos de acordo em fazer um voto consensual se porventura ele acatasse as proposições que estávamos fazendo. Pois bem, dialogamos a respeito e concordamos. Dessa forma, seria próprio que o Senado Federal agora, ao examinar aquela parte ou as proposições recomendadas pela Comissão Mista de Combate à Pobreza, examinasse-as em sua forma completa, e não apenas aquela parte com a qual o Governo, o PFL e o PSDB estariam de acordo. Esse seria o procedimento adequado em vista daquela palavra que S. Ex^a nos disse naquele momento,

e que nos parecia até ser um entendimento dos Partidos, que naquela Comissão representavam o Governo. Desse modo, nesta semana, com muita franqueza, temos que dizer aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que a sua decisão, na hora de votar o Fundo de Combate à Pobreza, precisa levar em conta também aquelas propostas de emenda à Constituição que constaram da Comissão Mista de Combate à Pobreza. Relembro que o Senador Lúcio Alcântara, na última reunião da CCJ, apresentou requerimento no qual pretendeu dar um parecer não apenas sobre o mencionado Fundo – a proposta de emenda à Constituição do Senador Antonio Carlos Magalhães –, mas também sobre a proposta da Comissão Mista de Combate à Pobreza. Ora, no que tange às propostas de emenda à Constituição, conforme V. Ex^a bem assinalou, havia a PEC do Fundo de Combate à Pobreza, a PEC que criava o orçamento social e estabelecia que a todos os brasileiros se garantiria uma renda mínima e, ainda, a proposta de preservação e crescimento, em termos reais, do valor do salário-mínimo. Então, é essencial que isso seja considerado na votação desta convocação extraordinária.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT AC) Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy e incorporo ao meu pronunciamento o seu aparte.

Apenas para se ter uma idéia da oportunidade desta discussão, trago dados relativos ao comportamento do gasto social do Governo na área federal. Se compararmos o gasto social federal com o gasto não-financeiro federal no período de 1992 a 1998, percebemos com tristeza, a partir de 1995 – quando esse percentual era de 60% –, sua tendência claramente declinante, tendo chegado ao final de 1998 a 44%.

O aumento assustador do índice de desemprego neste País, a redução das poucas oportunidades de sobrevivência, mesmo no mercado informal, e a queda nos investimentos sociais – de 60% para 44% – representam a gravidade de se reduzir investimento social num período de crise como o que estamos atravessando.

Espera-se, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que haja, por parte da Casa e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma reflexão para que a preterição de algumas PECs na convocação não signifique, em hipótese alguma, menor relevância de seus temas. Pelo contrário, essas propostas cumprem o papel fundamental de pensar em uma renda de cidadania, em uma renda mínima para os brasileiros, de pensar na idéia de um orçamento social – proposta revolucionária, porque estaríamos des-tacando recursos para investimento na área social.

Diante da farsa de se dizer que o País tem um grande investimento social, mas que precisa ser bem utilizado, e que esses investimentos estão na quantidade adequada, estaríamos dando endereço, telefone, rosto e nome para investimentos sociais no nosso País, carimbando-os no orçamento social.

Assim como existe um orçamento fiscal, existiria também, constitucionalmente, o orçamento social, e daríamos uma grande contribuição ao nosso País na oportunidade em que se discute – como muito bem disse o ex-Governador Cristovam Buarque – a necessidade de acabar com a pobreza. S. Ex^a lançou um livro chamado *A Segunda Abolição*, que considero uma proposta altamente criativa e estimulante para que possamos trabalhar.

Há 100 anos, houve a abolição da escravidão. Poderíamos realizar agora a segunda abolição, acabando com a pobreza e com a miséria no País. Para isso, precisamos perceber que o tempo ético não apenas do encaminhamento dessa discussão, mas da resolução do problema em si, está esgotado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola, por permuta com o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Sem Partido – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Saturnino Braga a permuta. Deixo com todos a certeza de que S. Ex^a falará depois de mim, o que será sempre um prazer para esta Casa e para todos que acompanham os nossos debates pela TV Senado.

Trago ao conhecimento do Senado algo que já tem aparecido na imprensa e mobilizado forças políticas e sindicais do Rio de Janeiro: o retorno do problema da extinta TV Manchete. A partir de uma negociação que propiciou a venda de parte da TV Manchete, sobretudo do título, orientada no sentido de permitir que aquela atividade não cessasse e, ao mesmo tempo, que trabalhadores da Rede Manchete, que vinham, há mais de ano, com salários atrasados e – pior do que isso –, há 10 anos, sem o recolhimento do Fundo de Garantida por Tempo de Serviço, não ficassem ao abandono a que estavam relegados por uma situação anômala. Fez-se uma montagem que me pareceu adequada, e, assim, veio ao ar a chamada Rede TV.

Num primeiro momento, observou-se que a Rede TV operou com enorme cautela: ficou um tempo para organização com a imagem apenas do selo da emissora no ar; passou um segundo tempo exclusivamente com aparições de natureza mercadológica, a vender produtos etc; e, finalmente, preparou uma pro-

gramação ao vivo, brasileira, com alguns aspectos interessantes, pretendendo entrar na grande competição da televisão.

Poderíamos fazer mil observações sobre esse procedimento, que, evidentemente, foi anômalo, mas realizado com base numa causa justa: a de não permitir, primeiro, que se fechasse uma matriz irradiadora de pensamento no Rio de Janeiro, já que toda essa atividade, hoje, passa para São Paulo, praticamente; segundo, que não houvesse uma interrupção no trabalho daqueles profissionais. É importante saber que, no Rio de Janeiro, praticamente os profissionais de televisão só exercem a sua atividade na Rede Globo, uma vez que a Rede Bandeirantes tem ali uma pequena gerência e um mínimo de noticiário, assim como o SBT e a Rede Record. Havia ali a TV Manchete e há, ainda, a TVE, uma televisão de espaço de trabalho relativamente reduzido, por não ter a força e a pujança das emissoras comerciais, onde, inclusive, estão profissionais de alta qualidade.

Trata-se de uma questão trabalhista da mais alta seriedade e de uma questão cultural de relevância. É preciso que nós do Senado, exatamente por pertencermos à Casa do equilíbrio nacional, pensemos também no que significa a concentração de emissoras de televisão em um só Estado, por acaso o estado-sede do capitalismo brasileiro e, portanto, o Estado que propaga uma visão de Brasil dentro naturalmente das forças que compõem as correntes dominantes dentro desse Estado.

Estão, portanto, envolvidas nessa matéria muitas questões. Mas, fora dessas considerações, que seriam oportunas, porém longas, há no momento, a partir de uma solução que pareceu bem encaminhada, o retorno de um susto, de uma ameaça muito séria, que já mobilizou o sindicato dos jornalistas profissionais do Município do Rio de Janeiro e igualmente outros sindicatos ligados à atividade de comunicação e que evidentemente já mereceu o apoio de outras correntes sindicais de todo o Brasil. Após terem o que deveria haver sido recolhido de seus salários para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço deixado de entrar no mesmo por 10 anos e após passarem quase um ano sem salários, vivendo toda sorte de humilhações, novamente, essa ameaça volta a esses trabalhadores. Os atuais compradores ou dirigentes dessa operação que ocupou a TV Manchete, com a chamada "A Nova TV", já determinaram que o compromisso assumido de pagar o atrasado em parcelas mensais juntamente com o salário funcionasse por quatro meses – e já não funciona mais. Há ainda uma questão judicial, impetrada por um dos antigos donos da TV

Manchete, Pedro Jack Kapeller, dando aos atuais donos o argumento de que, estando a matéria sub judice, se deve, de imediato, suspender a natureza daquela negociação.

Diante disso, caracteriza-se uma inadimplência por parte dos novos compradores. E a figura jurídica não está clara, até porque o Congresso Nacional ainda não votou a autorização para a renovação com os novos donos. A matéria está na Câmara dos Deputados.

Por tal manobra, por tais circunstâncias, pelo atraso que já se estabeleceu, podemos, com certeza, daqui conclamar o Governo a voltar à matéria, já que é relativa à concessão para uso de uma atividade pública. Até creio que foi bem conduzida; pelo menos chegou a um êxito, à formulação de uma política. Tudo parecia bem encaminhado nesse sentido. Apesar de tudo estar bem encaminhado, acredito que cabe novamente ao Governo Federal uma intervenção bem decidida, razão pela qual conclamo o Ministro das Comunicações, que foi uma das pessoas a possibilitar o entendimento, a intervir na matéria com a energia necessária, partindo do princípio de que o dignatário principal de direitos, primeiro, é o usuário; segundo, o trabalhador. Não é o proprietário, o dono da empresa, no caso, pois se trata de uma concessão para o uso de um serviço público, que, convenhamos, é altamente benéfica para os que a têm em rádio e televisão, do ponto de vista político, dos ganhos, etc. Não são esses os dignatários prioritários de uma concessão. É o usuário, em primeiro lugar, que tem o direito de receber serviços, de ser informado com amplitude, de ter o seu lazer garantido por alguma atividade, de ter uma base cultural nessa atividade, e também o trabalhador, que é justamente o profissional que faz a matéria: o homem que está atrás das câmeras; o operador de vídeo; o operador de áudio; o diretor de TV; o diretor de cena; todos os envoltórios ligados à atividade de cenarização, de iluminação; os atores; enfim, os que são a vida real de uma emissora de rádio e televisão.

Portanto, quero trazer a esta tribuna, agradecendo ao Senador Saturnino a gentileza de haver feito a permuta, a preocupação, que já expressei, e, ao mesmo tempo, a conclamação ao Ministro das Comunicações para que interceda nesse caso, deixando bem claro que o acordo que S. Ex^a mesmo engendrou, ajudou a estabelecer, deve ser cumprido, bem como o outro aspecto que envolve toda a nacionalidade, no sentido de que não tenhamos toda a emissão de televisão do País concentrada em um só Estado.

Já dizia Gramsci que a cultura é uma produção do centro. Os centros produzem cultura e acabam por impô-la às periferias, quando, a rigor, o conceito mais

profundo de cultura é exatamente o inverso: a cultura está onde ela foi mais preservada e pôde vicejar e existir com plena liberdade. Cada vez mais, no Brasil, nós temos uma produção de centro a esmagar a produção cultural das periferias, e este processo se agudiza e se concentra.

Por todas essas razões, deixo da tribuna essa preocupação, partindo do princípio de que ela pode ser branda como preocupação, mas muito severa no sentido de defender direitos que foram violentamente transgredidos por ação empresarial e que, de novo, estão ameaçados de serem transgredidos, após um compromisso público, contratos assinados com o aval do Governo, para que se pudesse ter a cicatrização de um processo empresarial em mais uma rede de televisão no País – o que hoje quer dizer muita coisa, tendo em vista a importância, o alcance nacional, tudo aquilo que a tarefa de emissões de televisão significa para o País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado pela atenção, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Artur da Távola, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Esteja certo, Senador Artur da Távola, de que o apelo que V. Ex^a faz é de todo o Senado. Gostaria de transmitir que, como V. Ex^a e outros Senadores, também me empenhei para que houvesse a solução, para que essa concessão resguardasse o direito dos trabalhadores – e isso foi testemunhado por muitos, no esforço do Ministro das Comunicações. Portanto, é importante que este compromisso seja resguardado e prioritário.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero brevemente abordar um tema que esteve nas manchetes, nos noticiários neste fim de semana: o da arrecadação tributária, da carga tributária da economia brasileira no ano passado.

Antes, entretanto, não posso deixar de fazer uma conclamação, um apelo ao Sr. Prefeito do Rio de Janeiro, Luís Paulo Conde, e ao Governador Anthony Garotinho – que têm dado demonstrações sucessivas e inequívocas de espírito público em um entendimento em torno de ações que beneficiam a população do Estado e da cidade – para que, com rapidez, energia

e eficácia, apresentem uma resposta ao sinistro que ocorreu, no Rio de Janeiro, na noite de sábado para domingo: um gigantesco incêndio que destruiu completamente as instalações do grande mercado de Madureira, o maior centro comercial de toda a área suburbana da cidade, que não apenas gerava renda e receita para a cidade e para o Estado, mas também dezenas de milhares de empregos para pessoas que ali trabalhavam e tiravam o seu ganha-pão. Essas pessoas e suas famílias não podem ficar, de uma hora para outra, desprovidas desse sustento, e a própria cidade e o Estado também não podem ficar com a sua economia desfalcada da atividade desse grande centro comercial do Rio de Janeiro, que era o mercado de Madureira.

Desse modo, além de a população toda estar comovida, exigindo explicações a respeito da natureza desse incêndio, quer também, especialmente os empresários e empregados, uma ação rápida dos governos, entendidos entre si, para a reconstrução do imóvel, a fim de que o mercado entre em atividade o mais breve possível.

Passo, Sr. Presidente, ao assunto que me traz à tribuna na tarde de hoje: a arrecadação de tributos na economia brasileira, que atingiu, no ano passado, uma cifra recorde em toda a sua história. Ela alcançou um limite relativo ao produto bruto, a todas as riquezas geradas no País, absolutamente inédito, superando a marca de 30,16% do PIB, considerando-se a arrecadação de R\$293 bilhões para um PIB de R\$973 bilhões. Efetivamente, é um resultado importante, que nos faz considerar a ação da Receita Federal e de todas as Secretarias de Finanças Estaduais e Municipais como merecedora de crédito, pelo esforço, sobretudo, de arrecadar de fontes que antes, por uma razão ou outra, estavam escapando por meio de brechas na lei ou da sonegação e que agora estão sendo recuperadas. Há um empenho louvável que é preciso reconhecer.

Há comentários divulgados pela imprensa que têm repercussão junto à opinião pública e que, entendendo, precisam ser colocados nos devidos termos: comentários de que o Brasil atingiu um limite correspondente ao PIB dos países mais ricos do mundo; comparando a arrecadação brasileira com a americana, o Fisco brasileiro com o Fisco de diversos países da Europa, da Austrália, do Japão, etc.

Essas comparações, Sr. Presidente, tem um sentido muito pouco objetivo, porque as realidades em cotejo são extremamente diferentes, a começar pela renda **per capita**. Isto é, ainda que a arrecadação brasileira esteja situada, em termos de percentual do PIB, em volume semelhante à de vários outros

países ricos do mundo, na verdade, a arrecadação **per capita** é muitíssimo mais baixa, porque a nossa renda **per capita** é muito menor.

Então, não há sentido fazer comparações como as que saem na imprensa: Ah! Com uma arrecadação tão elevada como essa, os Governos Federal, Estadual e Municipal não conseguem prestar os serviços com a mesma eficiência e qualidade daqueles prestados nos países que têm o mesmo nível de arrecadação! Não se pode comparar, porque a nossa arrecadação **per capita** é muitíssimo mais baixa.

Há um outro fator, normalmente esquecido, que é altamente relevante e importante: a economia e o Governo brasileiros têm, no cômputo de suas despesas, uma parcela elevadíssima de juros, relativos à rolagem da dívida pública. O custo da rolagem da nossa dívida pública federal está em torno de 20% do PIB. Um país que paga tanto de juros tem de arrecadar, senão não irá conseguir prover, minimamente, serviços que são de sua responsabilidade.

Então, o alto percentual de juros que o poder público brasileiro paga é o responsável, no fundo, pelo esforço de arrecadação, que atinge esse percentual de 30% do PIB, porque, do contrário, o Governo ficaria sem os recursos mínimos para atender aos serviços, sendo que, nos dias de hoje, quando se arrecada muito mais do que no passado, a contribuição do Governo para a formação da poupança nacional decaiu substancialmente. O fato é que a nossa poupança, que já esteve em níveis superiores a 20% do PIB, encontra-se hoje em patamares muitíssimo mais baixos, afetando todo o funcionamento, o bom desenvolvimento da economia nacional. Faltam exatamente essa parcela, que é drenada radicalmente para o pagamento da rolagem da dívida brasileira.

É preciso recompor essas taxas: ou se reduzem as taxas de juros e os encargos da rolagem da dívida ou será necessário até elevar ainda mais a carga tributária. Do contrário, o prejuízo sobre a economia brasileira, em termos de formação de poupança, e o prejuízo para a população que necessita dos serviços públicos prestados pelo Governo serão cada vez maiores. Essa é a primeira observação.

O segundo comentário é da natureza da injustiça dessa arrecadação, que atingiu níveis realmente elevados em termos de PIB, porém com uma distorção na formação do produto arrecadado que difere muito dos países ricos, por exemplo, onde os impostos diretos pesam muito mais do que os indiretos – o que não se dá no Brasil –, onde a carga dos impostos diretos sobre a população mais rica é muito mais pesada. No Brasil, essa arrecadação elevada foi obtida com sa-

crifício muito grande, em termos relativos, da população de categoria de renda mais modesta e muito especialmente da classe média, que está suportando efetivamente uma carga muito elevada, porque a distribuição é injusta, de tal forma que os impostos diretos sobre a população de renda mais alta não são elevados no Brasil como o são nos Estados Unidos, na Europa, no Japão ou em qualquer país mais desenvolvido.

Uma correção tem de ser feita. Em primeiro lugar, é preciso atentar para os juros, é preciso reduzir o encargo dos juros – do contrário, vamos ter de elevar ainda mais a carga tributária – e é preciso corrigir a distorção profunda existente no processo de arrecadação, que pesa excessivamente sobre a classe média e é benevolente com as camadas mais ricas da população.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, é preciso reconhecer o esforço da Receita Federal, especialmente do seu Secretário-Geral, o Dr. Everardo Maciel. Mas, ao reconhecer a eficácia do seu trabalho, é preciso chamar a atenção – e volto a esse tema, que, repetida vezes, tenho falado aqui desta tribuna – porque a eficácia é muito importante, mas não se pode sobrepor-lá às questões de natureza ética e moral que estão no fundamento da constituição da própria Nação. Eficácia é importante sim, mas a ética, a moral, a justiça também são. E o Sr. Everardo Maciel resiste à idéia de uma alteração no esquema de tributação que faça incidir um peso maior sobre as populações mais abastadas, mais ricas, aliviando a classe média. O Sr. Everardo Maciel crê que isso prejudica a eficácia e que é importante manter o esquema atual.

Não posso concordar com o que para mim é uma distorção, que acaba prejudicando não só o atendimento da população, porque, afinal de contas, a arrecadação não é um fim em si mesmo, mas se faz para produzir um determinado serviço por parte do Estado e para beneficiar a população, a comunidade nacional. À medida que há distorções, a população é prejudicada por esse vício, essa visão de eficácia por parte da Receita Federal, que causa danos às questões de natureza ética ligadas à Justiça Tributária, a qual precisa ser mais respeitada.

É importante que o Sr. Everardo Maciel se convença de que eficácia não basta. Eficácia é relevante, mas, acima dela, estão considerações de natureza moral e ética, fundamentais para a constituição da Nação.

Embora reconheça a eficácia da Receita Federal, não posso deixar também de criticar alguns laivos de inflexibilidade que chegam ao absurdo, por exemplo, aquele da cobrança de Imposto de Importação do piano da Rádio MEC – Rádio Ministério da Educação –, retido na alfândega do Rio de Janeiro, sobre o qual

fiz um pronunciamento aqui. A nossa Receita Federal quer cobrar imposto sobre um bem de natureza cultural a uma emissora do Governo, comprado com recursos do Governo, do Ministério da Cultura, transportada pela Força Aérea Brasileira. É um absurdo essa inflexibilidade de querer cobrar Imposto de Importação sobre um piano, um bem cultural para servir à população por meio de uma emissora de rádio.

Essas demonstrações de inflexibilidade que o Sr. Everardo Maciel considera necessárias para o cumprimento do objetivo que S. S^a se está esforçando para conseguir – o aumento da arrecadação – não têm sentido nenhum. Muito ao contrário. Não há perda de autoridade, nem de eficácia num momento em que se adotam outros procedimentos de compreensão para outros fenômenos que não sejam estritamente ligados à eficácia da arrecadação, que parece ser a obsessão do Sr. Everardo Maciel.

Enfim, Sr^{as} e Sr^s Senadores, faço esse comentário, pois penso ser importante que o Brasil tenha atingido esse nível de eficácia. Diante do que se paga de juros e da maneira como se arrecadam os tributos no Brasil, há muito a ser melhorado, aperfeiçoado, transformando a eficácia na arrecadação em eficácia da produção de benefícios em termos de bens e serviços para usufruto da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

Gostaria de lembrá-lo que restam dez minutos e que ainda gostariam de falar os Senadores Leomar Quintanilha, Eduardo Suplicy e Edison Lobão, se possível. Então, cada um falaria no tempo restante.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, espero em cinco ou seis minutos fazer meu pronunciamento, que é um comentário sobre a medida provisória que altera o Código Florestal.

A Medida Provisória que altera dispositivos da Lei nº 4.771, de 1965, o conhecido Código Florestal, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas encontra-se em apreciação no Congresso Nacional já em sua 45ª edição. Durante esse longo período de tramitação no Congresso Nacional, foram mantidos entendimentos com o Governo Federal que viabilizaram diversas alterações em relação ao texto original proposto, as quais foram expressas nas reedições da mencionada medida provisória.

Coube ao Deputado Moacir Micheletto a incumbência de relatar a matéria no âmbito da Comissão

Mista criada, e tive a honra de ser designado Presidente daquela Comissão.

O Relator, Deputado Moacir Micheletto, se debruçou sobre a matéria por um longo período, ocasião em que realizou diversas audiências públicas em Brasília e nas diferentes regiões, ouviu especialistas de renome nacional e internacional, manteve entendimento com entidades não-governamentais interessadas e com as áreas governamentais que se dedicam a esse assunto. Como resultado de todo esse esforço, apresentou um projeto de conversão que foi, inclusive, objeto de discussão não somente com os órgãos e entidades mencionados, como também com os Parlamentares integrantes da Comissão Mista e do corpo da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O projeto de conversão apresentado pelo Relator introduziu um conjunto de melhorias e aperfeiçoamentos no texto da medida provisória que, sem dúvida, enriquecem a legislação e viabilizam mecanismos para um melhor controle e manejo ambiental.

Esse projeto de conversão foi aprovado na reunião da Comissão Mista, mas, em decorrência da existência de pontos sobre os quais havia divergência e da apresentação de novas sugestões que precisam ser melhor analisadas, decidiu aquela Comissão que a matéria ainda seria objeto de nova rodada de discussões e negociações e que voltaria a ser apreciada no mês de fevereiro, após o retorno aos trabalhos legislativos normais.

Assim, existem ainda cinco pontos que precisam ser melhor apreciados e negociados, após o que a matéria poderá ser aprovada a partir de um acordo entre as diversas partes interessadas. São eles os seguintes:

1 – Manutenção da reserva legal em 20% das áreas cobertas por cerrado, na região Norte, na parte norte da região Centro-Oeste. A Lei nº 7.803, de 1999, estabelece que a reserva legal para as áreas de cerrado seja de 20%; a MP a mantém em 20%; o Relator defende a manutenção nesse percentual. Entretanto, algumas entidades ambientalistas e setores do Governo Federal defendem a sua elevação para 50%;

2 – Supressão do dispositivo que na medida provisória estabelece que "nas propriedades onde a cobertura arbórea se constitui de fitofisionomias florestais não será admitido o corte raso em pelo menos 80% dessas tipologias florestais". O projeto de lei de conversão prevê a supressão desse dispositivo, com a concordância da CNA e dos Membros da Comissão Mista;

3 – Inclusão da palavra biodiversidade no conceito de reserva legal. O Ministério do Meio Ambiente defende a inclusão da palavra biodiversidade e a posição do Relator é contrária, por entender que a inclusão dessa palavra muda o conceito de reserva legal,

que sempre foi o de manter as árvores como reserva de madeira e/ou de energia, além de possibilitar a proibição pelo órgão ambiental da recomposição com espécies exóticas;

4 – Dispensa da obrigatoriedade de manutenção de área de reserva legal em propriedades rurais com área de até 25 hectares, registradas em cartório até a data da publicação da lei e ressalvada a área de preservação permanente. O Relator propõe essa dispensa, o que não conta com a concordância de setores do Governo Federal;

5 – Recomposição da área de reserva legal com espécies exóticas. O Relator propõe admitir a recomposição da área de reserva legal com espécies exóticas nas pequenas propriedades e também que o órgão ambiental competente, do Sistema Nacional de Meio Ambiente, poderá admitir a recomposição da mesma maneira, para atender às peculiaridades regionais e microrregionais, o que não é uma posição coincidente no próprio Ministério do Meio Ambiente.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, como Presidente da Comissão Mista, eu gostaria de prestar essa informação a esta Casa, até porque percebermos que essa matéria foi objeto de análises e comentários, muitas vezes superficiais e equivocados, com ampla divulgação na mídia, levando o debate para um clima passional e, portanto, desvirtuado.

Ao completar o meu pronunciamento, quero deixar registrado também, para que sejam inseridos nos Anais desta Casa, os pontos em que já há concordância: são 24 pontos da medida provisória. Há cinco pontos, como já comentei, que não têm consenso na Comissão Mista que trata dessa medida provisória.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro o Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra, por três minutos, ao eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, estou apresentando um requerimento ao Exm^o Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, para que possa S. Ex^a dar as seguintes informações:

Quais as providências adotadas pelo Ministério das Comunicações e pela Anatel visando coibir que a Embratel volte a bloquear o sinal da TV Cultura, emissora de televisão mantida pelo Governo do Estado de São Paulo?

Quais os meios que a Anatel dispõe para coibir possíveis abusos que possam ser cometidos pela Embratel face a seu poder monopolista de transmissão de sinais de longa distâncias no Brasil?

Gostaria de assinalar, Sr. Presidente, que, em 17 de dezembro, a Embratel conseguiu na Justiça uma liminar que lhe permitiu o corte do sinal da TV Cultura, a RTC, deixando com isso as emissoras participantes da Rede Pública de Televisão, RPTV, sem programação. A Embratel alegou que a RTC atrasou o pagamento de parte de uma dívida de R\$5,8 milhões que a emissora tem para com a empresa. Quatro dias depois, a Fundação Padre Anchieta, mantenedora da RTC, conseguiu uma autorização judicial para que o seu sinal fosse restabelecido. Entretanto, no dia 29 de dezembro, a Embratel novamente conseguiu derrubar o sinal só restabelecendo-o sete dias depois.

A Televisão Cultura reconhece a dívida, mas só pode honrar parte dela, R\$3 milhões que foram pagos com a ajuda do Governo paulista. O acordo para o pagamento do débito da RTC para com a Embratel teve o aval do Ministério das Comunicações, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e da Secretaria da Fazenda do Governo de São Paulo. A emissora educativa vem pagando parte das parcelas e, conforme relato da direção da Fundação Padre Anchieta, do Presidente Jorge da Cunha Lima, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República enviou um comunicado à direção da Embratel informando a determinação do Governo Federal em auxiliar à TV Cultura no pagamento do principal da dívida a partir deste mês de janeiro.

A Embratel é uma concessionária de telecomunicações em regime público. Ocorre que esses serviços não podem sofrer interrupções injustificadas. A atitude da Embratel de suspender a prestação dos serviços ao invés de cobrar seus eventuais créditos foi arbitrária, implicando constrangimento desnecessário e impedindo a fruição dos serviços não apenas da Rádio e Televisão Cultura, no caso da TV Cultura, mas também do público em geral. Além disso, é inegável o risco de dano irreparável face aos abruptos cortes nos sinais da RTC, que, reconhecidamente, presta serviços de mais alta qualidade e está à frente de Rede Pública de Televisão, transmissora para inúmeras TVs educativas, TVs culturais, para vários Estados da Federação.

Enquanto, por um lado, a Rádio e Televisão Cultura é agraciada com o prêmio Emmy, uma das mais importantes honrarias da televisão, por outro, há de se considerar a posição monopolista exercida pela Embratel. Sendo assim, as informações aqui solicita-

das são de grande importância para que possamos evitar que arbítrios dessa ordem se repitam.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio. Fazendo soar a campainha.) – Consulto o Plenário sobre a prorrogação da sessão por cinco minutos, para que o orador conclua a sua oração e para que eu possa repartir o tempo que resta com o eminente Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, está prorrogada a sessão por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estou concluindo. Apenas saúdo o extraordinário exercício da democracia no Chile e a vitória do candidato do Partido Socialista e da coalizão **Concertación** daquele País, Ricardo Lagos, que venceu as eleições presidenciais com uma vantagem de 2,6%. Saúdo também o adversário dele, Joaquín Lavín, que o cumprimentou, admitindo a derrota numa atitude muito significativa.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB – RJ) – Permite-me V.Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ouço V.Exª com prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB – RJ) – Peço a V. Exª que inclua o meu nome nessa saudação, que considero de extrema importância para o quadro político da América Latina.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com alegria, registro que os Senadores Roberto Saturnino Braga e Geraldo Cândido assim como a Senadora Heloisa Helena também saúdam a vitória do Partido Socialista do Chile e da **Concertación**, porque isso significa ventos muitos saudáveis.

Sobretudo saudemos o exercício da democracia no Chile após os tempos de ditadura militar, de péssima saúde. Neste momento os chilenos acompanham as importantes decisões que ocorrem em Londres, oriundas da relevante ação do Juiz Baltazar Garzón da Espanha, que colocou no banco dos réus o General Augusto Pinochet por seus crimes contra a humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Tem a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Serei breve.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no contexto do estamento administrativo brasileiro, o Ministério do Meio Ambiente alça-se, na atualidade, como um dos mais importantes segmentos do Governo. Cumpre-lhe enfrentar os gravíssimos problemas que, de todos os lados, agridem a majestade da incomparável natureza brasileira, com o que os desígnios divinos privile-

giaram o Brasil. No decorrer das últimas décadas, a ação humana tem dilapidado os nossos maiores tesouros naturais. As mais nobres madeiras brasileiras compõem hoje, especialmente na Europa, o mobiliário mais sofisticado, as artísticas esculturas e as peças entalhadas dos palácios e das famílias providas dos antigos fidalgos.

Sr. Presidente, como V. Exª me concede apenas um minuto, peço-lhe que dê por lido o meu pronunciamento nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª será atendido na forma do Regimento Interno.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO:

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senhor Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, no contexto do estamento administrativo brasileiro, o Ministério do Meio Ambiente alça-se; na atualidade, como um dos mais importantes segmentos do governo. Cumpre-lhe enfrentar os gravíssimos problemas que, de todos os lados, agridem a majestade da incomparável natureza com que os desígnios divinos privilegiaram o Brasil. No decorrer das últimas décadas, a ação humana tem dilapidado os nossos maiores tesouros naturais. As mais nobres madeiras brasileiras compõem hoje, especialmente na Europa, o mobiliário mais sofisticado, as artísticas esculturas e as peças entalhadas dos palácios e das famílias providas dos antigos fidalgos.

Entrementes, praticamente exterminou-se a nossa Mata Atlântica. Os campos ocupados no passado por sua riqueza vegetal transformaram-se em desertos. Ainda nos dias atuais, basta que se percorra o litoral, de Brasília a Bahia, para ainda se encontrar, especialmente no litoral do Espírito Santo, os sinais da parte do tronco vegetal que permanece ligada à terra depois de cortada a árvore. A televisão quotidianamente registra flagrantes das derrubadas ilegais de árvores nobres, faltando-nos meios e condições para interromper esse terrível ciclo de destruição da natureza brasileira. O jacarandá e tantas outras madeiras nobres, até há alguns anos orgulho da nossa riqueza vegetal, já ingressaram no registro histórico como árvores extintas. Agora, caminha rápido para a extinção o mogno, a sedutora madeira procurada pelos países ricos.

Todos sabemos que os modernos aventureiros da motosserra, após devastarem florestas daqui e de alhures, avançam Amazônia adentro na busca de novas madeiras nobres, algumas até mesmo desconhecidas, despertando preocupações inclusive nas na-

ções que querem a preservação do meio ambiente universal. Muitos dos nossos Colegas amazônidas têm freqüentado esta tribuna para denunciar os riscos que se antepõem à soberania brasileira naquela região, agravados pelas agressões perpetradas contra a natureza.

As conseqüências dessa insensatez, Senhor Presidente, já repercutem gravemente sobre nossos mananciais. O assoreamento, provocado especialmente pela redução do volume dos rios, que por sua vez reduz a correnteza das águas, vai tornando de difícil navegação o velho Rio São Francisco. No meu Maranhão, o rio Itapecuru já perdeu 60% do seu volume de água. Tudo provocado pela extinção das matas ciliares, com funestas implicações para a agricultura e o bem-estar das populações.

A avaliação do nosso ambiente, portanto, é grave e, por tal motivo, foi criado o Ministério do Meio Ambiente e, em boa hora, colocado à sua frente o dinamismo de Sarney Filho, um jovem homem público que a cada instante mostra os ímpetos do seu espírito empreendedor.

Na sua posição de liderança na defesa da nossa natureza, o ministro Sarney Filho tem mesmo de ser criativo, mas, por mais criativo que seja, não pode superar as carências do órgão que dirige.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem proporcionado ao Ministério do Meio Ambiente importantes recursos, mas ainda insuficientes para torná-lo absolutamente eficaz na defesa da nossa natureza. É preciso que o Governo Federal, como um todo, compreenda a importância das nossas necessidades preservacionistas e não poupe esforços para manter a integridade do que ainda nos resta, com providências possíveis de uma recuperação que aproveita as futuras gerações.

Causou-me estranheza, nos últimos dias, um editorial de "O Estado de São Paulo", criticando injustamente o ministro Sarney Filho por ter destinado ao Maranhão, através de uma das suas cinco Secretarias, onze milhões de reais para o governo estadual e 4,7 milhões para prefeituras maranhenses, verbas previstas no Orçamento.

O editorial referiu-se apenas à Secretaria de Recursos Hídricos, não se dando ao trabalho de analisar a destinação das verbas das outras quatro Secretarias. Se o fizesse, teria constatado que Sarney Filho, como sempre o fez, terá atuado sem bairrismos, discriminações ou privilégios.

O importante a notar, Senhor Presidente, é a insignificância das verbas assinaladas no referido editorial. O Maranhão, um Estado geralmente esquecido

pelos poderes públicos federais, tem problemas gravíssimos vinculados ao meio ambiente: matas ciliares extintas; rios, de grande importância econômica, ameaçados de secarem; falta de saneamento nos seus núcleos populacionais, etc., um conjunto de carências que o governo estadual não tem condições de, sozinho, solucionar. Os recursos que lhe foram destinados, de acordo com as disposições orçamentárias, são uma gota d'água frente ao vulto dos problemas a enfrentar. Estão, pois, plenamente justificados.

O episódio da injusta crítica talvez possa servir de inspiração ao grande jornal paulistano para se somar àqueles que pleiteiam não só para o Maranhão, mas para as regiões mais carentes do Brasil, verbas consentâneas para o encontro de soluções definitivas. Os expedientes paliativos ajudam a atenuar males e procrastinam crises, mas não impedem que elas eclodam com repercussões sociais e econômicas mais desfavoráveis.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os Srs. Senadores Geraldo Cândido, Ademir Andrade e Eduardo Suplicy enviaram à Mesa proposições que, em face do disposto no art. 235, inciso III, alínea a, do Regimento Interno, serão lidas na próxima sessão.

O Senador Carlos Patrocínio enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{es}. e Srs. Senadores, minha presença na tribuna do Senado Federal tem por objetivo, nesta oportunidade, denunciar a ocorrência de fatos, lamentáveis sob qualquer ótica, relacionados à adulteração dos combustíveis automotivos comercializados em toda a rede distribuidora, independentemente da bandeira a que esteja filiado um posto revendedor de gasolina, álcool ou diesel.

Não me encontro na fronteira da ingenuidade de ignorar a existência, desde os tempos mais longínquos de nossa história, de uma indústria da alteração, que iniciou-se nas bebidas e estendeu-se por alimentos, cigarros, café e perfumes, entre outros setores atingidos.

Primordialmente danosa, ainda que não seja objeto de discussão nesse pronunciamento, a indústria de adulteração e de falsificação de remédios tem sido responsável por graves acontecimentos no seio da sociedade brasileira, que tem chocado a todos, e a mim em particular, como médico e permanentemente atento às questões da saúde pública.

A questão ora relevada é referente aos combustíveis vendidos aos consumidores finais, que, no processo de intermediação e de movimentação pelas distribuidoras, após sua retirada das refinarias e das usinas, têm sido adulterados de forma grosseira e abusiva, em relação aos padrões de composição regularmente aceitos para seu consumo.

O cenário de ocorrência da fraude é extremamente amplo, abrangendo mais de 160 distribuidoras em atividade e de 25 mil postos de abastecimento, nos quais também pode ser adulterado o combustível, no período de tancagem após a recepção.

A mistura de outros componentes mais baratos, como o álcool anidro, o solvente e mesmo a água, fora dos limites permitidos, apresenta efeitos danosos, do ponto de vista técnico e do ponto de vista econômico.

Para o funcionamento dos veículos, o uso de combustível adulterado e fora de especificação, causa uma redução do desempenho de seu motor, aumenta o consumo e desgasta suas partes internas, reduzindo a vida útil dos mesmos.

Para a economia em geral, a adulteração produz uma possibilidade de comercialização a preços mais baixos, com redução da incidência tributária e redução da arrecadação aos cofres públicos.

A constatação fundamental, a partir do cenário descrito, é de que o sistema de fiscalização da qualidade dos combustíveis na ponta da distribuição é ineficiente ou mesmo inexistente, nos moldes em que é necessária.

A atuação governamental no que tange à regulação e fiscalização do setor de petróleo esteve sob a coordenação do Conselho Nacional de Petróleo, depois transformado em Departamento Nacional de Combustíveis, vinculado ao Ministério das Minas e Energia, os quais, mesmo com as limitações já encontradas, possuíam razoável grau de interferência no cenário, permitindo garantir, em boa medida as características de qualidade dos combustíveis comercializados no país.

Em 1996, foi extinto o Departamento Nacional de Combustíveis, tendo sido transferida parte de suas atribuições para a Agência Nacional de Petróleo, criada no ano seguinte, cuja fragilidade institucional e organizacional não permitiu a continuidade de um trabalho sistemático de fiscalização.

Tal fenômeno, Senhor Presidente, não é restrito à referida agência, tendo sido também observado na Anatel e na Aneel, responsáveis pelos setores de telecomunicações e energia elétrica, que foram estabelecidas como agências reguladoras, em função dos

processos de privatização das empresas daqueles setores, sem a contrapartida de equipamentos, tecnologia e pessoal necessários ao desempenho eficiente de suas funções.

A celeridade dos processos de privatização e a conseqüente implantação de mecanismos imperfeitos de controle redundou em ônus para a sociedade, resultante de comportamentos inadequados por parte dos agentes envolvidos nos referidos setores, sem que houvesse a viabilidade de fiscalizar e punir os infratores.

No caso dos combustíveis, a manutenção das tarefas de produção em mãos do governo, especificamente da Petrobrás, leva às etapas de distribuição, no atacado e no varejo, toda a suspeita, já comprovada em alguns estados, sobre os processos de adulteração criminosa.

Enquanto isso, Senhoras e Senhores Senadores, a mídia nos revela algumas incoerências no seio do Governo, em relação ao assunto, que considero extremamente graves.

Refiro-me à reportagem intitulada "Postos reclamam da máfia da gasolina", publicada no **Correio Braziliense**, no último dia 13 de maio.

A referida matéria aponta, entre outros fatos, a existência de um corpo de funcionários, especialistas em fiscalização no setor de petróleo e combustíveis, vinculados ao extinto Departamento Nacional de Combustíveis, que estão afastados do exercício de suas funções por decisão do Ministério de Minas e Energia, dentro de uma política de redução de quadros, ainda que tais funcionários estejam percebendo regularmente os seus vencimentos.

Trata-se de um grupo de profissionais habilitados que poderiam minorar os efeitos maléficos do cenário ao qual me refiro, se estivessem auxiliando a fiscalizar as distribuidoras e os postos de combustível.

A questão que salta aos olhos, Senhor Presidente, é a contradição entre a constatada carência de estruturação que existe na ANP e a disponibilidade compulsória de funcionários que poderiam suprir tal carência.

Lanço, pois, um apelo ao Governo para que o aproveitamento dos citados funcionários se efetive com a maior brevidade possível e que, mesmo consciente da validade dos propósitos governamentais de enxugamento da máquina estatal, não se deixe desamparada e se instrumentalize a Agência Nacional de Petróleo, organismo da mais alta relevância para a sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Mais uma vez, esta Presidência se manifesta muito satisfeita com o **quorum** altamente qualificado desta segunda-feira, o qual é suficiente para se votar qualquer matéria da convocação extraordinária do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}. e os Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 18, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15-A, DE 1998

(Substitutivo da Câmara)

Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 1998 (Substitutivo nº 627/98, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 e acrescenta artigo à Constituição Federal (limite de gastos com legislativos municipais), tendo

Parecer sob nº 2, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com votos contrários dos Senadores Roberto Freire, Antonio Carlos Valadares e Romero Jucá, e abstenções dos Senadores Mozerildo Cavalcanti e Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 36 minutos.)

(OS 10291/00)

*DISCURSO PROFERIDO PELO SR.
SENADOR GERALDO MELO, NA SESSÃO
DELIBERATIVA ORDINÁRIA DE 10-11-1999,
QUE SE REPUBLICA A PEDIDO DO
PARLAMENTAR:*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Melo, por permuta com o Senador Maguito Vilela.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Pronunciamento seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto-me no dever de vir à tribuna para conhecimento a esta Casa do projeto que apre-

sentei anteontem, lido na sessão de ontem, que trata da possível privatização das empresas que exploram no Brasil o serviço de abastecimento de água, e saneamento.

Em primeiro lugar, desejo comentar uma aparente contradição. Tenho sido favorável, desde o começo do meu mandato, à tese geral de que é necessário privatizar as atividades do Governo, diminuir o seu tamanho, dar maior eficiência a muitas das instituições que realizam atividades que poderiam ser privadas. Tenho dado o meu apoio, convencido de que esse modelo, dentro da realidade, é importante para o Brasil.

Vim hoje para dizer que, sou totalmente contrário a privatização das empresas de água e saneamento. Não é por nenhuma razão menor; não me inspira nenhum motivo local, nenhuma preocupação com o que possa ocorrer no meu Estado, nenhum tipo de suspeita com relação a quem quer que seja. Trata-se de uma convicção objetiva.

Na realidade, uma das razões que têm sido indicadas, e que me convenceram a apoiar os projetos de privatização, é a possibilidade bastante concreta de que as empresas privatizadas ganhem maior eficiência e que a competição no mercado seja um elemento indutor desse ganho de eficiência.

Essa tese, entretanto, não se aplica às empresas distribuidoras de água e dedicadas ao esgotamento sanitário. Inicialmente, veja-se o caso das empresas de telefonia. Uma empresa de telefonia que ganha o direito de exploração de uma determinada área sabe que uma empresa espelho surgirá para competir com ela. Como será possível fazer uma empresa espelho para competir com a empresa de água e esgoto? Como faremos? Distribuiremos dois sistemas de encanamento em cada rua, para que o usuário possa verificar quem está vendendo água mais barato? Quem está fazendo o seu esgotamento sanitário mais barato? Na realidade, vamos substituir o monopólio do Estado por um monopólio privado. A diferença, aqui, é que o Estado pode errar, pode ser objeto de crítica, de censura; mas, por definição, a prioridade do Estado é o bem-estar comum; e, por definição, a prioridade da empresa privada, que não é errada, a prioridade correta da empresa privada é maximizar o lucro.

O limite da elevação das tarifas de água e esgoto será, portanto, aquele patamar a partir do qual, se a tarifa subir, o consumo cairá, comprometendo o lucro da empresa distribuidora.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Peço a V. Exa. para me dar a chance de explicar a tese. Em seguida, com muita honra, ouvirei o aparte de V. Exa, que certamente irá enriquecer esta minha modesta intervenção.

Em primeiro lugar, eu quis fixar com clareza que a minha posição é contrária à privatização das empresas de água e esgoto, até porque a sociedade que serve de paradigma para o Brasil na construção, digamos assim, do capitalismo brasileiro é a sociedade norte-americana, onde não há, que eu saiba, nem se cogita de que haja, nenhuma empresa de água e esgoto que seja privada.

Mas, sei que a minha posição contrária não vai impedir que a privatização se faça.

Por essa razão, apresentei ao Senado Federal um projeto, lido ontem, em que proponho que o Congresso Nacional interfira nesse processo para estabelecer determinados limites.

O projeto trata de duas questões fundamentais. A primeira: que não se retire do usuário de baixa renda o direito de continuar a receber água tratada e esgotamento sanitário, com a manutenção da tarifa social que hoje paga..

Não haverá razão, se o Congresso por lei não determinar, para que nenhum empresário privado, que, como eu disse, virá para cá como propósito natural, de ganhar dinheiro, se sinta na obrigação de ser generoso com as camadas mais humildes da nossa população. Por isso, o projeto, em sua primeira parte, trata de garantir a quem hoje está usufruindo desses serviços mediante o pagamento de uma tarifa mínima, a manutenção do serviço, mesmo com a privatização das empresas.

O segundo ponto com o qual o projeto se preocupa diz respeito à forma como a privatização deve ser feita.

Espero que o Senado Federal não pense que a proposição que faço tenha relação com as críticas que se fizeram, umas justas e outras não, à forma como foram utilizados os recursos da privatização das empresas distribuidoras de energia elétrica nos Estados. Nada tem a ver uma coisa com a outra. Mas tem a ver com o seguinte: não há um único Estado no Brasil, Senadora Heloisa Helena, não há um só Município no Brasil, Senador Ney Suassuna, que possa dizer que já oferece a todos os seus habitantes os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Há, portanto, necessidade de serem realizados investimentos importantes para que, um dia, todos os nossos compatriotas tenham um bem essencial à vida, como é a água tratada, que, ao invés de comprometer,

proteja a saúde dos brasileiros. Quer dizer que há necessidade de se mobilizar em recursos para que esses investimentos possam ser realizados.

Hoje mesmo, um jornal da minha cidade, dando notícia de que o Governador do Rio Grande do Norte se reuniu com vereadores da Capital para defender a privatização da empresa local, informa o seguinte: "Já o Governador Garibaldi Filho ressaltou a importância da privatização, na medida em que, segundo ele, vai assegurar novos investimentos em saneamento no Estado". Em outras palavras, o Governador diz o que estou dizendo: há necessidade de serem obtidos recursos para aplicação em programas de saneamento no meu Estado e, de resto, em todos os Estados do País.

Estou propondo, com relação a isso, que não se permita a venda dos ativos nem a venda de ações ou quotas que os representem; se se deseja privatizar uma empresa de saneamento, que isso seja feito mediante aumento de seu capital. O investidor interessado em obter o controle acionário que aplique o seu dinheiro na compra apenas das ações novas, que devem ser de tal volume que superem o montante das ações atuais, para que quem as subscreva adquira, no mesmo momento, o controle acionário.

O que muda e em que isso ajuda a resolver o problema que preocupa o Governador do meu Estado? Se fizermos de forma diferente, os recursos que entrarem de algum grupo internacional interessado em investir em saneamento no Brasil serão, inicialmente, utilizados no pagamento do desinvestimento do Governo. O Governo está dentro da empresa, o dinheiro que chega é entregue ao Governo para o Governo sair. O Governo sai e leva esses recursos, que poderão ser maravilhosamente aplicados – não é disso que cogita o projeto –, mas esses recursos, que são de alguém interessado em investir em saneamento no Brasil, entram por uma porta e saem pela outra, para terem um destino diferente quando poderiam ser totalmente aplicados em saneamento.

Se, entretanto, ao invés disso, a empresa atual aumentar o seu capital e o investidor estrangeiro, para adquirir o controle, tiver que investir em ações novas, esse dinheiro, ficará na empresa cujo controle terá sido assim transferido. Essa é uma entrada líquida de recursos não onerosos. Se os recursos forem de investidores brasileiros, não aumentam a dívida interna; se forem de investidores estrangeiros, não aumentam a dívida externa, pois não haverá reembolso desses recursos.

Por outro lado, poder-se-ia dizer que o patrimônio público seria degradado pelo fato de que, m

do-se, como acionista o Governo passaria a ter ações que já não seriam de controle e que poderia diminuir o seu o valor unitário. A resposta a isso é no sentido exatamente oposto. Que valor tem hoje, no mercado, ações que os Governos de Estado ou Prefeituras possuem nessas empresas de água e esgoto? Fora do valor teórico, do valor contábil, não me consta que o mercado brasileiro dê sinais de ansiedade para a compra desse tipo de ações, diferentemente do que ocorrerá se os Governos estaduais ou as Prefeituras passarem a ser proprietários de ações de empresas que, segundo se espera, deverão melhorar o seu perfil, e as suas ações deverão passar a ter muito maior credibilidade no mercado.

Por essa razão, ao invés de comprometer o patrimônio público, a proposta que faço o valorizará. Há, no final do projeto, uma disposição que gostaria que tivesse também a atenção da Casa. É uma disposição cautelar. Nem direi que é uma disposição moralizadora, porque implicada fazer apreciações de natureza moral, que não quero fazer. Trata-se do seguinte: as ações que permanecerem em poder do Estado, seja ele Governo estadual, seja ele Prefeitura municipal, não poderão ser vendidas senão três anos após a transferência do controle e desde que a venda não aconteça dez meses antes ou seis meses depois de qualquer eleição, para que os administradores atuais fiquem livres de todas as incômodas suspeitas de que esses recursos possam ser utilizados para financiar gastos eleitorais. A lei oferece, portanto ao administrador de hoje, um dispositivo que o protege poupando-o do risco desse tipo de acusação.

Finalmente, o projeto veda a participação de instituições federais, sejam elas financeiras ou não, bem como a prestação de assistência e apoio técnico, financeiro ou de qualquer outra natureza, direto ou indireto, a programas ou projetos de privatização de entidades prestadoras de serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que não obedeçam a disposições desta lei, sob pena de responsabilidade.

Em síntese, Sr^{as} e Srs. Senadores, já que não posso impedir a privatização, proponho que, privatizadas ou não, se assegure ao usuário de baixa renda de hoje a continuidade dos serviços pela tarifa social que já vem pagando. Segundo, proponho também que não se permita a venda das empresas, mas que se autorize a transferência do seu controle acionário mediante subscrição de aumentos de capital.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Geraldo Melo, V. Exa me concede um aparte?

O SR. GERALDO MELO (PSDB-RN) – Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Ilustre Senador Geraldo Melo, antes de mais nada, minhas desculpas por estar atendendo a uma chamada telefônica o ter perturbado um pouco a ordem, mas era o Presidente da casa que estava me dando um recado.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – De forma alguma, Senador Ney Suassuna, somente porque, quando V. Exa. falava no telefone celular, estava muito alto o volume do “rádio”.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Geraldo Meio, esse assunto abordado por V. Exa está catalisando todo o País, pois trata-se de uma polêmica bastante séria. Há um projeto do Senador José Serra – inclusive já retornou à Comissão de Assuntos Econômicos e foi à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – que busca regulamentar algumas facetas dessa matéria. O maior problema é que as autorizações são de competência das prefeituras – a distribuição de água –, mas, em quase todos os Estados, os governos estaduais as assumiram, seja por delegação, seja por alguma outra forma jurídica. As áreas metropolitanas são as que têm os maiores problemas. Em alguns Estados, compete praticamente ao governo estadual, por delegação das prefeituras, a distribuição da água. V. Exa. está coberto de razão quando diz que nenhum Estado, por mais desenvolvido que seja, tem os 100%. Em alguns Estados do Nordeste, como a Paraíba, por exemplo talvez seja também o caso do Estado de V. Exa., creio que existem até mais problemas, porque certas cidades têm água e as demais nada têm. Não vejo como privatizar as que têm lucro vá dar continuidade àqueles que não possuem condições. Na Paraíba, por exemplo, o lucro das cidades de Campina Grande, João Pessoa e de outras mais, é que é investido na melhoria ou até na feitura daqueles municípios onde falta. Evidentemente que a privatização, para quem está em busca de lucro, vai gerar um problema sério para essas populações desassistidas. Esse projeto voltou ao Senado Federal, está na Comissão de Assuntos Sociais, e deverá chegar, em breve, à Comissão de Assuntos Econômicos. A polêmica não diminuiu. Temos certeza de que teremos aqui inúmeras audiências públicas, porque os funcionários dessas empresas estão mobilizados e algumas prefeituras, onde houve acerto, já privatizaram. Portanto, a solução apontada por V. Exa. é bastante racional. Não diria, neste momento, que a apoio, porque preciso estudá-la um pouco mais, mas ela é extremamente racional. Creio que será um bom indicativo para solucionar pelo menos algumas facetas do problema. Por se tratar de um problema complexo, está-se pensando, em

alguns Estados, que o Estado fique apenas com a produção e que a distribuição seja por conta das prefeituras, e elas possam até participar da privatização. É o caso do Rio de Janeiro, onde a empresa de água da região teria uma receita de quase um bilhão e meio só com a venda da água para as prefeituras. Agora, outras facetas precisarão ser estudadas concomitantemente. Mas a solução que V. Exa. indica é extremamente racional e muito inteligente. Estarei, com toda a certeza, analisando-a com profundidade para apoiá-la no momento oportuno. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Recebo, com entusiasmo, essa informação, na certeza de que a inteligência de V. Exa. e o seu patriotismo o levarão a ajudar a defender a proposição que acabo de formular.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Ouço V. Exa. com muita honra.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Eminente Senador Geraldo Melo, mais uma vez, com a clareza e a lucidez que lhe são peculiares, V. Exa traz luzes à Casa para um problema que é extremamente grave e atual. A solução que V. Exa. preconiza, indubitável e indiscutivelmente, é inédita. Diria até, ou me permitiria dizer, que ela chega a ser revolucionária. Não há dúvida alguma de que é extremamente engenhosa. Mas, no desenvolver do raciocínio, V. Exa, **en passant**, citou a questão das companhias energéticas. Neste ponto, eu gostaria de me permitir dizer o que aconteceu no meu Estado, no meu querido e sofrido Piauí, onde a Cepisa – Companhia Energética do Piauí, foi, há pouco, iniciado em um processo de privatização.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Faça isso, Senador Hugo Napoleão, porque V. Exa me poupa do sofrimento de narrar o que se passou no Rio Grande do Norte.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Imagino que seja igual, pelo menos parecido, com o problema do Piauí. Em verdade, foi iniciado o processo de privatização e ela passa, no momento, por um processo de federalização, digamos assim, porque o Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia, mais precisamente da Eletrobrás, está agindo no sentido de promover o leilão das ações da mesma companhia. Muito bem. O Governo do Estado recebeu, como adiantamento, R\$140 milhões. E o Governador do Piauí, que não é exatamente a pessoa mais sensata que conheço na vida, recebeu o dinheiro e o aplicou, em ano eleitoral, em salários atrasados, atualizando-os, os quais estão novamente atrasados à ra-

zão de três ou quatro meses, sobretudo, no interior do Estado. Mas, não importa. Fico muito a cavaleiro, porque, quando fui Governador, sempre fui um bom pagador de funcionários, um respeitador dos direitos, pois eles ganhavam bem e em dia. Concluo para dizer que, diante desse fato que estou citando, isto não aconteceria se a fórmula aplicada tivesse sido a de V. Exa. Ou seja, governos estaduais ou até prefeituras municipais, eventualmente jogando pelo ralo dinheiro do povo. E o Estado do Piauí está privado do seu maior patrimônio, que é a companhia energética. O seu segundo maior patrimônio precisamos livrar desse perigo e desse risco. Parabéns a V. Exa'.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Agradeço, muito honrado, a intervenção de V. Exa, Senador Hugo Napoleão.

Encerro dizendo que espero que esse projeto abra a oportunidade de uma discussão profunda, serena, a respeito dessa questão.

Como disse, não posso impedir que a privatização se faça. Mas não sinto nenhuma contradição ao dizer que, tendo sido favorável a todas as privatizações até agora, sou contrário a esta, porque acho que para tudo há limites, pois não se pode pretender a privatização universal do Estado. Se amanhã alguém propusesse privatizar a polícia, a justiça, o ensino público e a saúde pública, eu voltaria aqui para dizer que sou contra, porque acho que há tarefas do Governo que são indelegáveis e intransferíveis. E esta, já que a privatização não ensejará nenhuma competição, não trará nenhum benefício para o cidadão. Afinal de contas, a nossa responsabilidade, o nosso objetivo, é com a vida e com a situação das pessoas, e esse entendimento, essa idéia, esse programa, em nada melhorará a vida dos meus concidadãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era isso o que eu tinha a dizer.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR TIÃO VIANA, NA SESSÃO DE 14-1-2000, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, SE PUBLICA NA PRESENTE EDIÇÃO.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, no início da semana, fiz um alerta genérico a respeito do risco da reurbanização da febre amarela, assunto que continua na ordem do dia deste País, já que, hoje, as manchetes dos principais jornais apontam para o risco de uma iminente epidemia da doença.

O caso confirmado no Rio de Janeiro, como noticiou o Jornal **O Globo**, confirma que se trata de uma possibilidade real a reurbanização da febre amarela. É um caso em que a enfermidade foi contraída no Centro-Oeste, em uma viagem de turismo. A vítima passou alguns dias em uma área onde há o *aedes aegypti*, vetor e transmissor da febre amarela urbana, que permite que se complete a cadeia epidemiológica de transmissão. Vale lembrar que em um País com a densidade vetorial do *aedes aegypti*, como o nosso, o risco de que o mosquito vetor fêmea pique uma pessoa portadora do vírus, levando a doença a se propagar a dezenas e até a centenas de pessoas, ainda que de forma branda, é muito grande.

Portanto, estamos vivendo um risco real de epidemia. Não é minha intenção levantar uma preocupação excessiva. Em nada contribuiria alarmar a população. O Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional da Saúde, especificamente do Centro Nacional de Epidemiologia, tem tratado o assunto com seriedade, está preocupado e vem dando orientação sobre o risco de reurbanização da febre amarela.

Devemos nos valer da História para compreender que o risco existe e é verdadeiro. Em 1957, foi anunciado que a febre amarela estaria erradicada das Américas. E, hoje, temos a presença da febre amarela silvestre e o sempre permanente risco da febre amarela urbana. A África registra milhares de casos da enfermidade na sua forma urbana todos os anos. Nas Américas há casos esporádicos, sendo que o Peru e a Bolívia são os países mais vitimados pela presença da febre amarela, concentrada na forma silvestre – é bom que se diga –, mas sempre com o risco presente de contaminação.

Se fizermos um levantamento histórico, verificaremos que uma grande epidemia de febre amarela urbana abateu-se sobre Salvador, em 1682, resultando em mais de dois mil óbitos; Recife, em 1685; e Rio de Janeiro, que apresentou centenas de casos, levando a uma revisão da prática de controle urbano da doença e da própria concepção urbana no início do século.

O início da prática do sanitário e do saneamento básico nas nossas cidades se deve – e muito – à presença da febre amarela, somada à varíola e à peste bubônica. Mas, temos que considerar que a epidemia não atinge só a condição humana, pois envolve, também, aspectos de ordem econômica e social. É por isso que volto a debater este assunto.

Vale lembrar que o turismo é extremamente sensível às situações de doença e de epidemias. Quando se fala em deslocamento e migração turística para qualquer país há sempre o alerta dos indicado-

res de saúde. E uma das barreiras crônicas do Brasil à entrada de mais turistas é a condição sanitária em que nos encontramos ao receber um turista proveniente de país do Primeiro Mundo. Talvez, por isso, nossas receitas, provenientes do turismo, sejam ainda tão pequenas face ao nosso imenso potencial. Isso poderia ser modificado, se tivéssemos outros indicadores de saúde, de saneamento básico e de educação sanitária.

É importante lembrar, quanto ao turismo, que, em 1895, ao atracar no Rio de Janeiro, o navio italiano Lombardia perdeu 234 de seus 337 tripulantes, mortos pela febre amarela. Nessa época, surgiu a seguinte manchete nas empresas de turismo que atuavam nos países do Primeiro Mundo: "Viaje direto para a Argentina sem passar pelos perigosos focos de epidemias do Brasil." Com essa propaganda, uma companhia de viagem européia tranquilizava os seus clientes, no início do século.

Haverá, portanto, um impacto no turismo, um impacto de ordem econômica e social, se estivermos diante de um risco real de reurbanização da febre amarela. À luz do conhecimento sanitário e epidemiológico disponível devemos concordar que o risco é real. Logo, temos que tomar medidas sérias e inequívocas para que não tenhamos consequências desastrosas.

A Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, como medida preventiva, decidiu vacinar 1 milhão de pessoas. Assim, sendo, está exercendo o controle rígido dos portos, aeroportos e das rodovias, e vacinando as pessoas que estão saindo ou chegando de áreas de contaminação da febre amarela silvestre.

São Paulo constitui um exemplo de preocupação mais sustentada, de ação preventiva que se exerce ao longo do tempo. Trabalha com cobertura vacinal anti-amarela da ordem de 20% através da Sucen – Superintendência de Campanhas e Endemias.

Gostaria de trazer aspectos de ordem histórica para que se entendesse que se trata de um risco sério. Nós devemos ter medidas sérias e tenho plena confiança de que o Centro Nacional de Epidemiologia está tomando medidas sérias.

Dados históricos: 1988 – Confirmados laboratorialmente 26 casos de febre amarela. Apesar de ter envolvido cinco Estados – Acre, Amazonas, Goiás, Minas Gerais e Pará –, o maior percentual de casos ocorreu em Minas Gerais.

1993 – passados 5 anos, o país vivenciou a maior epidemia da década, quando 83 casos foram reportados. Desses, 74 ocorreram no Estado do Maranhão, representando 89,2% dos casos, com um indi-

ce de letalidade que oscila entre 12% e 40%. Quanto maior o número de casos detectados nas suas formas clínicas menor a letalidade. Quem não sabe confundir, pensa que febre amarela é sinônimo de evolução para óbito, quando não é a verdade. A grande maioria dos casos são leves, assintomáticos, ou moderados, enquanto uma minoria de formas letais e graves podem evoluir para o óbito. Entretanto, a propagação da doença se dá mesmo naquelas pessoas que têm as formas leves e brandas, porque não há um controle e um estudo da capacidade vetorial, a vigilância entomológica não é eficiente no nosso País.

Em 1998 – duas epidemias foram claramente definidas: uma no Estado do Pará, com 23 casos; outra em Roraima, com 7 casos e o registro de ocorrências também no Amazonas e Mato Grosso, totalizando 34 casos. É uma situação à qual não se pode estar alheio.

Gostaria, ainda, de mencionar um inquérito clínico epidemiológico feito em relação ao surto de febre amarela em 1973, de autoria de J. B. Santos, da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. O autor descreve que, em 18 municípios de Goiás e em um de Minas Gerais, durante aquele surto foram estudadas 812 pessoas suspeitas, das quais 295, ou seja 36,3%, tiveram sintomatologia compatível com o diagnóstico da febre amarela. As formas clínicas identificadas em 130 indivíduos, que representam 44% daquele total, foram classificadas como leves; em 69 pacientes, ou seja 23,4%; como médias e em 96 doentes, o que equivale a 32,5%, como formas graves que podiam de fato evoluir para óbito.

São dados históricos que devem ser levados em consideração. O jornal **Correio Braziliense** tem tratado a questão com muita seriedade. Cito uma pequena nota do jornalista Ari Cunha, publicada naquele jornal, que é dúbia no sentido da informação, mas muito importante para quem é da área da saúde pública:

"Febre Amarela.

Alto Paraíso não cabe em si de tanta raiva da imprensa com a notícia da febre amarela. Surge outra fonte. Fala-se na morte de macacos na região de Luziânia, fato que os especialistas em zoonose associam àquela doença."

Ao mesmo tempo que traz uma crítica ao exagero de certos setores da imprensa, a matéria aponta um dado epidemiológico muito importante, que é a morte de macacos, supostamente causada pela febre amarela. Para que a sociedade brasileira tenha clareza, o macaco é o grande transmissor da febre amarela, que tem como elo da cadeia epidemiológica entre o macaco contaminação e o homem o mosquito. No caso da forma silvestre, o gênero **haenagogus** e na

forma da febre amarela urbana, que também transmite o dengue, o *aedes aegypti*. São dados epidemiológicos que apontam para a necessidade de uma intervenção de Estado, para uma ação de saúde pública. Acredito que o Cenep está plenamente qualificado e preparado para cumprir com essa meta, que já passa por um processo de adaptação moderna, muito eficiente, com gestão séria como vem sendo conduzido.

Gostaria de lembrar um documento memorável escrito em 1996; elaborado pelo Ministério da Saúde, pela Organização de Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde, Conselho Nacional da Saúde, Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde, Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde e com o Núcleo de Medicina Tropical da Universidade de Brasília, que, no caso, teve como dirigente do estudo a Professora Doutora Vanize Macedo, o Dr. Paulo Sella, que também foi representante, a Dr^ª Maria da Glória Lima Cruz Teixeira, a Dr^ª Fabíola de Aguiar Nunes, o Dr. Juan Bisset e o Dr. Elias Antônio Jorge, representando o conjunto de entidades e instituições que mencionei. São colocadas duas situações: um projeto de erradicação da febre amarela, discutindo também o controle em nosso País, lembrando que ela já foi erradicada algumas vezes, e, ao mesmo tempo, um projeto que demonstra porque se falhou em relação a esse programa tão importante para o Brasil e que já encontra a possibilidade de ser concretizado se a visão de saúde pública estiver à altura do que preconizou nossa Constituição Federal em 1988, que fala em um modelo de organização de Estado descentralizado para o campo da saúde, com ação forte dentro dos municípios, organização, hierarquização e boa estruturação dos setores.

As afirmações constantes neste documento, a meu ver, são plenamente atuais e este deve ser lembrado pelo Ministério da Saúde. No caso específico, é importante lembrar que o *aedes aegypti*, que é a forma transmissora da febre amarela urbana, já foi erradicado no nosso território mais de uma vez e, não obstante, foi novamente reintroduzido. Impõe-se, portanto, que se procure identificar as razões dos fracassos anteriores, analisando criticamente suas causas, que foram basicamente as seguintes:

a) relaxamento da vigilância entomológica na fase de manutenção, especialmente no que se refere à vigilância de portos, aeroportos e fronteiras, que dificultou a detecção precoce da entrada do vetor no Brasil, procedente de países infestados;

b) execução centralizada do programa de erradicação mediante estruturas criadas, específica-

mente, para esse fim e de caráter temporário, o que criou obstáculos a uma intervenção pronta e eficaz sobre os focos detectados;

c) ausência de envolvimento das administrações municipais na gestão sanitária, agravando os problemas já referidos;

d) descontinuidade do apoio político à proposta de execução plurianual, envolvendo mais de um Governo, o que reduz a prioridade dada ao programa e necessária ao seu sucesso;

e) falta de uma estratégia que envolvesse todos os países americanos, o que resultou na manutenção de focos no continente;

f) os modelos de erradicação empregados anteriormente não contemplavam ações de saneamento, deixando, portanto, intocadas as causas geradoras de mosquito;

g) da mesma forma, nos programas anteriores de erradicação do *aedes aegypti*, foram bastantes reduzidas as atividades voltadas para a divulgação de informações, a comunicação social ou a educação popular, todas incrementadoras da consciência sanitária da população.

E apontando o avesso, Sr. Presidente, aí diagnosticadas e definidas em discussões maduras e profundamente qualificadas as causas dos fracassos sucessivos da erradicação sustentada da febre amarela do Brasil, aponta-se para as diretrizes, para o desenho do novo modelo de erradicação, especialmente do *aedes aegypti*, responsável pela transmissão da forma urbana da febre amarela. O desenho de um novo modelo de erradicação do *aedes aegypti* levou em conta:

"a) os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde;

b) a experiência acumulada com as campanhas de erradicação anteriores;

c) as Diretrizes Técnico-Políticas para a construção de um Projeto de Erradicação do *aedes aegypti* do Brasil, aprovadas pela comunidade científica brasileira, no Seminário de novembro de 1995.

5.3. Características do novo modelo.

O novo modelo de erradicação proposto tem as seguintes características:

a) ser um projeto de toda a Nação, especialmente um projeto do Governo Brasileiro, em todos os níveis de organização político-administrativa do País;

b) observar e reforçar os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde, especificados nos artigos 198 da Constituição da República e no sétimo da Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, desta-

cando-se, dentre estes, dada a sua relevância para o efetivo combate ao *aedes aegypti*, a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera do governo;

c) propiciar o avanço da municipalização na área de controle de vetores;

d) contribuir para que o nível estadual exerça seu papel de coordenador das ações de saúde desenvolvidas no Estado, de assessor técnico dos Municípios e de executor suplementar;

e) preconizar a atuação integrada de três grupos de ações, todos voltados para os objetivos de eliminar a circulação do vírus do Dengue, evitar a reurbanização da Febre Amarela e erradicar o *aedes aegypti* do território brasileiro.

Grupo 1 – *Ações de saneamento básico*, especialmente as asseguradoras do abastecimento de água em quantidade e de qualidade satisfatórias; e as voltadas para o manejo adequado do lixo;

Grupo 2 – *Ações voltadas para a divulgação de informações, comunicação social e educação* que favoreçam o envolvimento consciente da população em ações de promoção da saúde e no controle social do programa;

Grupo 3 – *Ações especificamente orientadas para o combate ao aedes aegypti*, através do uso racional dos meios físicos, químicos e biológicos disponíveis."

Então, só posso afirmar ao Senado Federal e ao Brasil que não há mais o que inventar em relação à febre amarela. Trata-se de uma doença reemergente, que, lamentavelmente, tem sobrevivido ao longo dos anos. Temos todas as condições de conhecimento científico, de intervenção do Estado para controlar e mesmo para erradicar, porque o custo/benefício da ação de controle é muito menor quando se fala na ação de erradicação.

Em princípio, gasta-se mais quando se pensa em erradicação, mas, a médio e longo prazos, a redução de custos é fantástica, sem contar que, quando se trata de erradicação da febre amarela, é um benefício amplo, porque se horizontaliza a transmissão de outras doenças que ocorrem em nosso País e nos demais países latino-americanos.

O Brasil precisa refletir sobre o fato de que não dá mais para termos as nossas cidades amontoadas de lixo, num sistema vergonhoso de coleta, em nível de indicadores sul-americanos, latino-americanos e até de países africanos. Não dá para imaginar um desabastecimento de água tão violento como o que ainda acontece no País. Não há também planos com vistas à informação técnica para que cheguemos à uni-

dade alvo do modelo de saúde que defendemos no Sistema Único de Saúde: o Município.

Se hoje, Sr. Presidente, perguntarmos a milhares de Prefeituras, constataremos que os Prefeitos não sabem o que é cadeia epidemiológica ou controle vetorial. Como vamos controlar doenças que deveriam estar erradicadas de nossos meios sem uma ação mais enérgica, mais forte e mais ousada que possa lembrar a envergadura da autoridade sanitária que teve Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e tantos outros cientistas deste País?

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Exª com prazer.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Tião Viana, a postura de V. Exª nesta Casa tem sido de defensor do setor saúde. Já tivemos várias oportunidades de discutir esse assunto, inclusive com a colaboração do também médico, Senador Carlos Patrocínio. Nossas preocupações são gigantescas, inclusive com a questão do orçamento, que já traz problemas para esse setor. A própria previsão de aprovação do orçamento é extremamente problemática para o setor saúde. Há uma grande resistência do Congresso em votar uma proposta de emenda constitucional já discutida nesta Casa pelo Senador Antonio Carlos Valadares, em relação à fixação de percentuais de comprometimento das receitas dos Estados e Municípios com o setor saúde. Essas são questões fundamentais, embora não sejam únicas, para que possamos resgatar o setor saúde. Nós sabemos que milhões de brasileiros têm como única possibilidade ou o setor público gratuito, que tem obrigatoriamente que ser de qualidade, ou o setor conveniado, credenciado pelo SUS, conforme estabelece a Constituição. Já é gravíssima essa situação. Sei que V. Exª, como médico da área de infectologia, e eu, como professora da área de epidemiologia, temos uma gigantesca obrigação com a sociedade em não estabelecermos o pânico. Isto é verdade, não podemos estabelecer o pânico. Mas não podemos aceitar que as autoridades responsáveis do País não estabeleçam medidas concretas e eficazes em relação à questão da febre amarela. Como V. Exª bem disse, já há a cadeia epidemiológica feita, existe a possibilidade concreta, sim, de uma epidemia dessa doença, então, não é possível que o Ministério da Saúde, o Governo Federal e os epidemiologistas, técnicos extremamente capacitados, não estejam vendo isso. Não creio, eles estão vendo. É o momento de o Congresso Nacional exigir uma campanha de vacinação *contra a febre amarela, porque existe a cadeia epi-*

miológica, existem os famosos mosquitinhos, que, como bem já disse V. Exª, há muitos anos foram identificados. É de fundamental importância que o Congresso Nacional exija do Governo Federal uma campanha de vacinação. Isso não significa estabelecer o pânico, não podemos ser irresponsáveis. Mas nós, que pertencemos à área de saúde, temos obrigação de conhecer uma cadeia epidemiológica. Sei da enorme responsabilidade de V. Exª e sei também que não podemos estabelecer o pânico, é verdade, mas não podemos simplesmente enfrentar a situação de forma estereotipada depois que a bagaceira estiver generalizada no País. É o meu apelo: façamos uma campanha de vacinação contra a febre amarela. A cadeia epidemiológica está constatada e não podemos deixar as pessoas em risco espalhadas por este País. Parabéns mais uma vez V. Exª, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço à Senadora Heloisa Helena o aparte. S. Exª, pela condição de epidemiologista, sabe exatamente o tamanho da preocupação que este País deve ter em relação à febre amarela.

Acredito que os dados históricos servem de alerta: Salvador, em 1682, apresentou 2 mil casos graves de febre amarela. O navio italiano Lombardia, no início do século, perdeu 234 tripulantes. O nosso País tem casos confirmados em alguns Estados hoje. A cadeia epidemiológica está pronta, como V. Exª coloca muito bem, e o elo de quebra da cadeia é o vetor *aedes aegypti* na forma urbana, que está na grande maioria das cidades do Brasil.

Entendo que o Ministério da Saúde tem esse dever. Confio plenamente na figura do Diretor do Cenep, Dr. Jarbas, porque o conheço e sei que ele está interessado em adotar, em nosso País, uma visão de CDC para atuar de maneira mais vigilante, mais contemporânea e à altura do que merece o setor de saúde do Brasil, mas acredito que as autoridades estaduais devem assumir uma responsabilidade associada. Apenas 60% da população das capitais da Amazônia brasileira, que são o alvo da transmissão da febre amarela, alcançou índice de cobertura vacinal contra a febre amarela. Em São Paulo, somente 20%.

É preciso levar em conta o exemplo do Acre que, no primeiro ano de Governo, alcançou o índice de cobertura vacinal de 93%. O Acre pode-se dizer um Estado tranquilo em relação à febre amarela porque, mesmo diante da presença de uma cadeia epidemiológica, se não conseguimos destruir todo o foco de *aedes aegypti*, conseguimos quebrar a cadeia pela imunização da nossa população por meio da vacina.

Então, o nosso País tem nas mãos um instrumento de defesa: uma vacina fabricada no Brasil. Hoje, está na iminência de sair uma vacina nova, muito mais eficiente e muito mais amena, que é a vacina com fibroblasto. E acredito que podemos dar uma grande contribuição para as Américas se fizermos o que V. Ex^a sugere, Senadora Heloisa Helena. A história nos mostra que é preciso muito cuidado, muita segurança e muita tranquilidade na condução desse risco que, de fato, está diante dos olhos das autoridades do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ATA DA 59ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1999

(Publicada no **DSF**, de 21 de maio de 1999.)

RETIFICAÇÃO

À página nº 12325, 2ª coluna, na fala da Presidência sobre o Requerimento nº 256, de 1999.

Onde se lê:

.....
O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento nº 256, de 1999, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para emitir parecer, e a matéria vai da Ordem do Dia para aguardar a manifestação da Comissão.

Leia-se:

.....
O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para emitir parecer, e a matéria sai da Ordem do Dia para aguardar a manifestação da Comissão.

AGENDA DO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

17-1-2000

Segunda-feira

- 14h30** -- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
- 16h** -- Senhora Maria João Espírito Santo Bustorff, Presidenta da Fundação Ricardo Espírito Santo
- 17h** -- Entrevista ao Jornalista Carlos Chagas.

PARECER Nº 1, DE 2000 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Emenda nº 1, da Câmara dos Deputados, oferecida ao Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 1997, que “Aprova como regulares as Contas do Governo da República, relativa ao exercício financeiro de 1993”.

Autor: **Matheus Schimdt** (PDT – RS)

Relator: **Waldemir Moka** (PMDB – MS)

Relatório

O Senhor Matheus Schimdt (PDT – RS) apresentou uma Emenda ao texto do art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 372/97, que “Aprova como regulares as contas do Governo da República, relativa ao exercício financeiro de 1993”.

A emenda pretende alterar o texto do art. 1º do supra referido Projeto de Decreto Legislativo, de tal forma que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam aprovadas as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1993, de acordo com os arts. 49, inciso IX, 71, inciso I e 166, § 1º da Constituição Federal”.

Em sua justificativa, o Nobre Autor argumenta que “É clara a redação do dispositivo citado pela própria redação original, isto é, o inciso IX do art. 49 onde reza que é de competência exclusiva do Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e, não, como pretende o autor da redação, de considerar regulares as contas do Governo da República. Portanto, nem podem ser consideradas regulares ou irregulares as contas, bem como não se trata de julgar as contas do Governo da República, e, sim, do Presidente da República”.

É o Relatório.

Voto do Relator

Assiste razão ao nobre autor da Emenda, de fato, o art. 49, inciso IX da Constituição Federal é taxativo ao estabelecer que é competência exclusiva do Congresso Nacional “Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República...”. Portanto, uma vez que a intenção do Projeto é aprovar as contas e, de certa forma, “dar baixa”, na responsabilidade do Presidente da República, decorrente das contas apresentadas, não é necessário utilizar a expressão “aprovar como regulares” as referidas contas. Basta que elas sejam aprovadas.

Da mesma forma, a Constituição Federal não menciona "contas do Governo da República", e sim, literalmente, ao teor do inciso IX do art. 49, "as contas prestadas pelo Presidente da República". Não pode, portanto, o Decreto Legislativo que aprova as contas referir-se a uma entidade, o "Governo da República" que não é citado pelo referido dispositivo constitucional. Portanto, assiste razão ao autor da Emenda.

Pelos motivos expostos voto pela *Aprovação* da Emenda apresentada pelo Nobre Autor.

Sala da Comissão, de novembro de 1999. – **Waldemir Moka** (PMDB – MS), Relator.

OFÍCIO Nº P-99/99-CMPOPF

Brasília, 11 de agosto de 1999

Excelentíssimo Senhor
Deputado Waldemir Moka
Nesta

Senhor Deputado,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência sua designação para o cargo de Relator da emenda apresentada no Plenário da Câmara dos Deputados ao projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 1997 que "Aprova como regulares as contas do Governo da República relativas ao exercício financeiro de 1993", em substituição do Deputado Pedro Novais.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – **Senador Gilberto Mestrinho**, Presidente.

EMENDA Nº 1, DA CÂMARA (De Plenário)

Ao Projeto de Decreto legislativo nº 372 de 1997, de iniciativa da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização que "Aprova como regulares as contas do Governo da República, relativa ao exercício financeiro de 1993".

Dê-se ao art. 1º do projeto de Decreto Legislativo nº 372/97 a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam aprovadas as contas prestadas pelo Presidente da República relativas ao exercício financeiro de 1993, de acordo com os arts. 49, inciso IX, 71, inciso I e 166, § 1º, da Constituição Federal."

Justificação

É clara a redação do dispositivo citado pela própria redação original, i.é., o inciso IX do art. 49, onde

reza que é de competência exclusiva do Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e, não, como pretende o autor da redação, de considerar regulares as contas do Governo da República. Portanto, nem podem ser consideradas regulares ou irregulares as contas, bem como não se trata de julgar as contas do Governo da República e sim, do Presidente da República.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1997. – Deputado **Matheus Schmidt** (PDT – RS).

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Waldemir Moka, favorável à aprovação da emenda oferecida pelo Deputado Matheus Schmidt ao Projeto de Decreto Legislativo com a seguinte redação: "Ficam aprovadas as Contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1993, de acordo com os arts. 49, inciso IX, 71, inciso I e 166, § 1º da Constituição Federal".

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, B. Sá, Ben-Hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Freire Júnior, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Viana, Ricardo Barros, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores: Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luzia Toledo, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Tião Viana.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 1999. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **Waldemir Moka**, Relator.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PUBLIQUE-SE
EM 14/01/00
— Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 41, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000077/00-3, **resolve transformar a aposentadoria voluntária** concedida na forma do Ato do Diretor-Geral nº 940/96, à servidora **PAULA GONÇALVES MONTEIRO**, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, Padrão 26, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, em **aposentadoria por invalidez**, nos termos do artigo 190, da Lei nº 8.112/90, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 14 de janeiro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE

EM 14/01/00


Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 42, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000074/00-4, **resolve transformar a aposentadoria voluntária** concedida na forma do Ato do Diretor-Geral nº 959/96, à servidora **DÓRIA ANTONINHA SAUTCHUCK PIMENTA**, Assessor, DAS-101.3, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal -PRODASEN, em **aposentadoria por invalidez**, nos termos do artigo 190, da Lei nº 8.112/90, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 14 de janeiro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMISSÃO REPRESENTATIVA
DO
CONGRESSO NACIONAL**
(PERÍODO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1999 A 14 DE FEVEREIRO DE 2000)

SENADO FEDERAL

Titulares

PMDB

1. Nabor Júnior
2. Renan Calheiros
3. Iris Rezende

Suplentes

1. Casildo Maldaner
2. Mauro Miranda
3. Maguito Vilela

PFL

1. Carlos Patrocínio
2. Bello Parga

1. Edison Lobão
2. Francelino Pereira

BLOCO DE OPOSIÇÃO

1. Roberto Saturnino

1. Geraldo Cândido

PSDB

1. Geraldo Melo

1. Lúdio Coelho

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Titulares

PFL

1. Darci Coelho
2. Paes Landim
3. Vilmar Rocha

Suplentes

1. Aracely de Paula
2. Paulo Braga
3. Paulo Octávio

PMDB

1. Eunício Oliveira
2. Jorge Pinheiro
3. Ricardo Noronha

1. Alberto Fraga
2. Euler Moraes
3. Pedro Chaves

PSDB

1. Julio Semeghini
2. Lúcia Vânia
3. Maria Abadia

1. Danilo de Castro
2. Dr. Heleno
3. Juquinha

PT

1. Geraldo Magela
2. Pedro Celso

1. João Fassarella
2. Pedro Wilson

PPB

1. Márcio Reinaldo Moreira

1. Roberto Balestra

PTB

1. Luiz Antônio Fleury

1. Magno Malta

PDT

1. Celso Jacob

1. Fernando Coruja

BLOCO, PSB, PC do B

1. José Antonio

1. Agnelo Queiroz

PPS

1. Clementino Coelho

1. Márcio Bittar

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoff1.
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

- 1 José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloísa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fones: 311-3265
311-4552
Chefe: Marcello Varella

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612) - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE					
Presidente: NEY SUASSUNA					
Vice-Presidente: BELLO PARGA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO FERREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199
PPB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1.ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) PPS retira-se do Bloco. em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PPB. em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
OSMAR DIAS	PR-2121/25
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:**

PMDB

**LUIZ ESTEVÃO DF-4064/65
MARLUCE PINTO RR-1301/4062**

PFL

**JUVÊNCIO DA FONSECA MS-1128/1228
DJALMA BESSA BA-2211/17**

PSDB

ANTERO PAES DE BARROS MT-1248/1348

(1) BLOCO DEBILITADO (PT-PDT-PSB)

SEBASTIÃO ROCHA AP-2241/47

PPS

LEOMAR QUINTANILHA TO-2071/77

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:
Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PLF - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE					
Presidente: FREITAS NETO					
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067
PPB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(4) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefone : da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de reunião com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regular: Quinças-feiras às 14.00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ-2431/37

(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)

TITULARES

		PMDB
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	
		PFL
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	
		PSDB
TEOTÔNIO VILELA	AL- 4093/95	
		(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ- 4229/30	
		PPB
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COST
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Presidente: JOSÉ SARNEY****Vice-Presidente: CARLOS WILSON****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Destituiu-se do PSDB, em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPLCY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNADES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES

MEMBROS SUPLENTE

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTÉ MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	*268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e_mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO



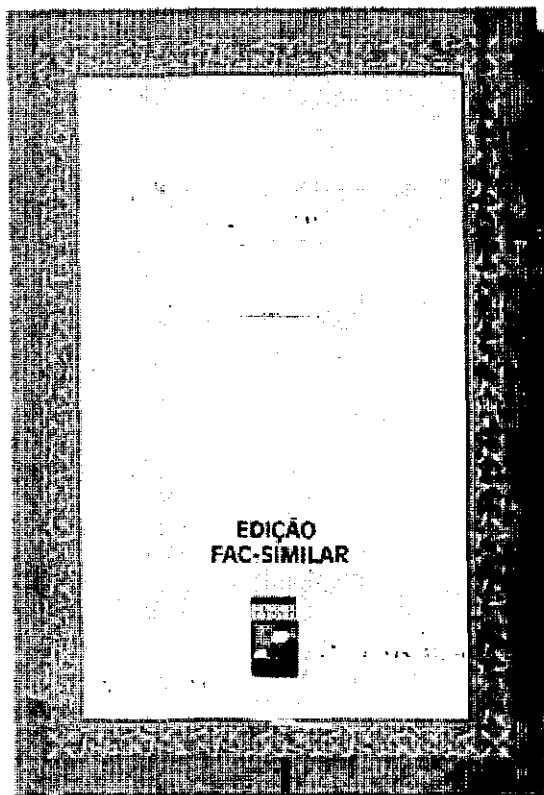
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Da Propaganda à Presidência

Coleção Memória Brasileira

Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Livro da Profecia

Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação

Quantidade

Preço Unit. (R\$)

Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Catálogo da Exposição de História do Brasil – Coleção Brasil 500 Anos – Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00

Clodomir Cardoso – Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado
Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



O Projeto do Código Civil no Senado Federal – Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



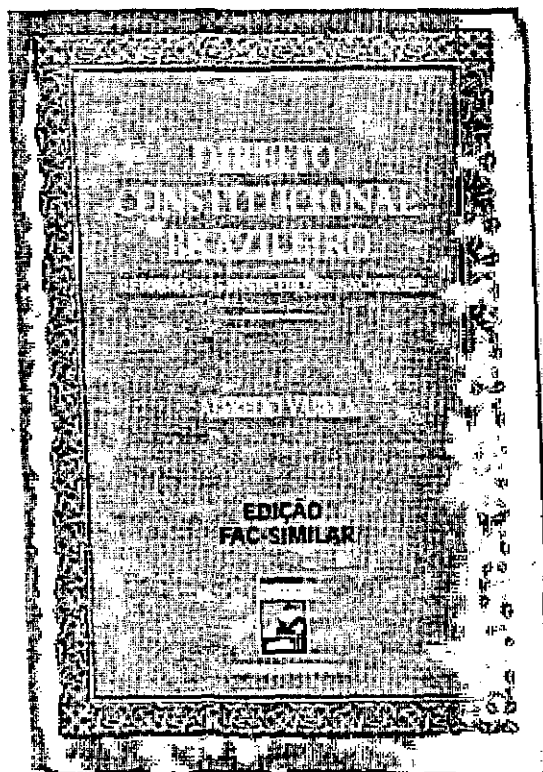
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Direito Constitucional Brazileiro - reforma das instituições nacionais

Coleção Memória Brasileira

Fac-símile da segunda edição da obra publicada em 1902. Abrange onze temas: reformas constitucionais no Brasil, organização federal, base material da união, poder público federal, sistema eleitoral, a questão da estabilidade governativa, a decretação de leis, os juizes, cidadania, liberdade e a questão da defesa social. Com 544 páginas, tem introdução de Nelson Saldanha e prefácio de J. Izidoro Martins Júnior.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS